

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

BENEDITA ROSÂNGELA LEITE LIMA

**DA HEREDITARIEDADE BIOLÓGICA À HEREDITARIEDADE
SOCIAL:** o pensamento educacional do médico Achilles Lisboa
(1920/1930)

São Luís
2016

BENEDITA ROSÂNGELA LEITE LIMA

**DA HEREDITARIEDADE BIOLÓGICA À HEREDITARIEDADE
SOCIAL: o pensamento educacional do médico Achilles Lisboa
(1920/1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof. Dr. César Augusto Castro.

São Luís
2016

BENEDITA ROSÂNGELA LEITE LIMA

**DA HEREDITARIEDADE BIOLÓGICA À HEREDITARIEDADE
SOCIAL: o pensamento educacional do médico Achilles Lisboa
(1920/1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADOR

Prof. Dr. César Augusto Castro (Orientador)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Regina Helena Martins Faria
Doutora em História
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Márcia Milena Galdez
Doutor em História
Universidade Estadual do Maranhão

À minha filha Maria Luíza, razão total e completa de toda a minha existência. A ela todo o meu amor.

À meus pais, Arlúde Fernandes Lima e Antônia Leite Lima, sempre parceiros em cada passo.

À meu marido Alisson Frazão de Araújo pelo acompanhamento diário de todas as minhas inúmeras tarefas

AGRADECIMENTOS

Ao grande pai, Deus, por mostrar a cada dia o Seu amor e bondade, -me nos momentos mais difíceis desta minha jornada.

Aos meus pais, Arlúde e Antônia (Nilta) por sempre me amparar, apoiar e confiança inabalável em minha capacidade.

Ao meu esposo Alisson pelo apoio e deliciosas comidas para alimentar meu corpo e espírito, sustentando-me em todas as áreas.

Ao Professor César Augusto Castro, pela orientação do meu trabalho e palavras certas nas horas certas.

À professora Regina Faria, por todo o aprendizado a mim proporcionado. Palavras não dão conta de lhe mostrar toda a minha gratidão, carinho, respeito e acima admiração pelo ser humano que a senhora é. Um dia estarei feliz em alcançar um décimo de sua competência profissional e humanidade.

Ao professor Wagner Cabral, meu grande mestre, leitor e atento debatedor de todos os meus escritos. Sem palavras Wagner para descrever seu papel neste trabalho.

Ao meu irmão de coração Getúlio Germano Brito Júnior, por toda parceria e dedicação nesses últimos meses. Por tardes de ricas discussões, noites de agonia, dias de conversas nas redes sociais e milhões de áudios trocados.. pelos: “Isso não Rô!”; “Isso sim Rô!”; “melhor ler mais sobre isso..”; “já chega de ler sobre aquilo”; escreve! . Obrigada irmão! Espero poder um dia retribuir à altura! Beijo no coração!

A todos os colegas do Mestrado em História, especialmente a Eline, presente de Deus no ano de 2014 na minha vida.. Obrigada doce Eline, por tudo. A Leide Ana, pelos milhões de áudios de trocas de esperanças e fé.

Ao PPGHIS da Universidade Federal do Maranhão e a FAPEMA pelo fomento destinado a realização desse trabalho.

À Achíllea Lisboa, por ter me cedido parte de seu precioso tempo em longa conversa, pelo envio de materiais e gentileza com que me ouviu e a mim repassou informações cruciais para que eu pudesse reconstruir em parte a vida de seu pai.

Ao Professor João Mendonça Cordeiro, pela entrevista concedida, pela tarde de agradável conversa e os livros emprestados. Obrigada Professor!

Agradeço a todos que me acompanharam, de longe ou perto, nesta longa e dura jornada, mas também enriquecedora para minha vida, especialmente como pessoa. MUITO OBRIGADA!

*As contas serão com a História, que não
pode falhar nos seus julgamentos!*

Achilles Lisboa
(1945; p.30)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a atuação do médico Achilles Lisboa no campo da educação através de suas publicações, especialmente por meio da obra *Sobre a melhor maneira de divulgação do Ensino Primário no Brasil*. Buscamos entender a construção de seu pensamento perpassando por suas leituras e seu construto social e político. Para tanto traçamos um caminho pelo viés do estudo nos conceitos de higienismo, noções de sanitizarismo e civilização. Procuramos ainda reconstruir, através dos seus próprios escritos sua trajetória de vida e trajetória social e a partir destas entender a formação de seu pensamento e o processo que se deu à formulação de sua tese educacional - a hereditariedade social. Conceito que iremos apresentar, desenvolver e minuciar ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: História das Ideias. Achilles Lisboa. Educação e Saúde. Pensamentos educacionais. Higienismo. Hereditariedade Social.

SUMMARY

This work aims to analyze the performance of the medical Achilles Lisbon in the field of education through its publications, especially through the work *On the best way of promotion of primary education in Brazil*. We try to understand the construction of his thought permeating by their readings and their social and political construct. Therefore we draw a path for the study of the concepts of bias hygienism, sanitizarismo notions of civilization. We also seek to rebuild through their own written his life story and social trajectory and from these to understand the formation of his thought and the process that gave the formulation of his educational theory - social heredity. Concept that will introduce, develop and minuciar throughout this work.

Keywords: History of Ideas; Achilles Lisbon; Education and Health; educational thoughts; hygienism; Social Heredity.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Leite Lima, Benedita Rosângela.

Da hereditariedade biológica à hereditariedade social:
: o pensamento educacional do médico Achilles Lisboa.
1920 /1930 / Benedita Rosângela Leite Lima. - 2016.
160 f.

Orientador(a): Prof. Dr. César Augusto Castro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
Maranhão, 2016.

1. Achilles Lisboa. 2. Educação e Saúde. 3.
Higienismo. 4. História das Ideias. 5. Pensamentos
educacionais. I. Augusto Castro, Prof. Dr. César. II. Título.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	– Comparação em dois momentos do currículo do Liceu Maranhense.....	67
Figura 1	– Jornal O ensaio – produzido por Achilles Lisboa e amigos de turma no período em que frequentava o Liceu Maranhense.....	69
Quadro 2	– Disciplinas cursadas por Achilles Lisboa na Bahia.....	71
Quadro 3	– Disciplinas cursadas na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro.....	73
Figura 2	– Saída de Achilles Lisboa do Palácio dos Leões quando é afastado do Governo do Estado do Maranhão.....	90
Tabela 1	– Levantamento de obras estrangeiras.....	96
Gráfico 1	– Pesquisa empreendida acerca dos referenciais de leitura de Achilles Lisboa.....	97
Tabela 2	– Evolução do crescimento populacional e da escolarização; população de 5 a 19 anos, 1920/1940.....	119
Quadro 4	– Distribuição das disciplinas.....	124

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	POR UMA QUESTÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: um olhar sobre os discursos higienistas no Brasil e no Maranhão.	28
2.1	Gênese do discurso higienista.....	29
2.2	Encontros possíveis de higienismo e educação no Brasil...	36
2.3	Maranhão: educação e higienismo.....	51
3	CONSTRUINDO E RECONSTRUINDO ACHILLES LISBOA..	57
3.1	O construto social e político de Achilles Lisboa.....	61
3.2	A reconstrução de Achilles Lisboa.....	83
4	DA HEREDITARIEDADE BIOLÓGICA À HEREDITARIEDADE SOCIAL: o pensamento educacional de Achilles Lisboa.....	93
4.1	A história de um livro.....	94
4.2	Um antídoto à divergência e ao determinismo biológico.....	104
4.3	A Educação como <i>hereditariedade social</i>.....	109
4.4	A doença da incultura.....	112
4.5	A fórmula de Achilles.....	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	132
	Apêndice A- Produção intelectual de Achilles Lisboa.....	141
	Apêndice B -Genealogia da Família de Achilles Lisboa.....	145
	Apêndice C - Trajetória de vida de Achilles Lisboa (1872 – 1951).....	146
	Apêndice D - Principais teóricos, pensadores e políticos que influenciaram Achilles Lisboa em suas obras.....	150
	Anexo A - Dados demográficos sobre a população do Brasil(especialmente do Maranhão) no anos de 1940 a 1980.....	154
	Anexo B – Dados demográficos sobre a população do Brasil (especialmente do Maranhão) no anos de 1872 a 1920.....	155

Anexo C – Autobiografia de Achilles Lisboa (manuscrito)....	156
--	------------

O primeiro contato com os escritos de Achilles Lisboa se deu em meio à sessão de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite, quando participamos de um projeto de pesquisa em nível nacional, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo era fazer um levantamento sobre o processo de evolução urbana das cidades históricas do Brasil. O que mais nos chamou a atenção naquelas produções textuais foi o quanto o autor conseguiu articular temas tão díspares como educação e saúde numa mesma estrutura coerente, em uma época onde essa concepção provavelmente não soaria tão natural quanto nos dias de hoje.

Achilles Lisboa era um intelectual atuante. Conseguia passear em temas como comportamento social, doenças infecciosas, engenharia agrícola, psicologia, educação, tudo como formas práticas de resolver os problemas civilizacionais do Brasil, começando pelo Maranhão. Em seu afã missionário discutia com vários autores das mais diversas paragens do Brasil, com quem trocava correspondências, e tinha acesso a livros de vários intelectuais europeus e norte-americanos, para construir uma teoria geral de explicação do Brasil

Trabalhar com os textos de Achilles Lisboa é trabalhar com uma pluralidade de campos de atuação e lugares de fala. Afinal, nosso personagem começou sua atuação no final do século XIX, publicou e fora assíduo em colunas de jornais, participou de sociedades e institutos de pesquisa; publicou e palestrou sobre moléstias tropicais; liderou várias pesquisas sobre engenharia agrícola; fora militante em engenharias sociais; participara, ele mesmo, da vida política no século XX e só cessou de escrever quando de sua morte, em 1951. Um personagem tão diversificado requer cuidados e o desenvolvimento de alguns aspectos centrais na compreensão das suas condições de possibilidade.

Ele, sujeito múltiplo, tal como se apresenta grande parte dos intelectuais próprios de sua época, possuía graduação em dois cursos na área de Saúde, nas duas principais universidades do Brasil do setor, a saber: a Universidade da Bahia, na qual obteve o título de bacharel em Farmácia e, na Universidade do Rio de Janeiro, que lhe rendeu a formação em Medicina e os conhecimentos em sanitização, atividade que exercera concomitantemente às demais da área médica.

No entanto, o trabalho dele não era tão somente a produção de saberes propriamente exclusivos de sua área de atuação. Como dito anteriormente, ele

transitava em vários campos tanto imiscuído de poderes políticos propriamente ditos quanto com os efeitos sociais das *verdades* dos seus escritos. (FOUCAULT; 1996)

Mesmo reconhecendo o quão difícil é fazer um recorte em um pensamento tão diversificado, optamos por trabalhar em específico os problemas educacionais que perpassam pelas práticas políticas e discursivas de Achilles Lisboa, especialmente dos anos de 1920 ao começo dos anos de 1930. Nesse intervalo de tempo vê-se presente em suas construções textuais uma constância nas ideias educacionais, especialmente no que tange ao papel que essa temática exercia na construção de um plano prático para a resolução dos problemas nacionais.

Com esse problema em mente, traçamos como objetivo deste trabalho analisar os mecanismos de apreensão e leitura da realidade, formas de expressão do pensamento sistematizado do nosso personagem, projetos de transformação social e a concepção geral da Educação nos textos de Achilles Lisboa, especialmente na obra *Sobre o Melhor Meio de Divulgaçãodo Ensino Primário no Brasil*, publicada no ano de 1926, mas que, como veremos mais adiante, já estava sendo construída desde pelo menos o começo da década de 1920.

Para atingir essa finalidade, apresentaremos as concepções epistemológicas da época da construção do sujeito e quais experiências foram mais marcantes na construção da concepção social dele; bem como, a influência que a sua atuação nos mais diversos campos influenciou em sua prática discursiva. Por fim, será preciso comparar e analisar as produções especificamente educacionais de Achilles Lisboa ao projeto político geral do autor, nas condições de possibilidade que se lhe apresentavam nas mais diferentes conjunturas.

Enquanto um intelectual edificado na virada do século XIX para o XX, Achilles Lisboa não escapa à tendência missionária dos intelectuais de sua época, na construção de uma civilização nacional a partir de seu campo intelectual específico e não raro transcendendo seus limites. O intelectual, assim construído, não é somente um escritor, mas um agente que aspira ao poder político para a construção do que se acreditava ser uma “*sociedade melhor*” (PECAULT, 1989).

Isso vai ao encontro do momento de tensão do qual chamava atenção Foucault (2004), quando aponta que os chamados intelectuais tidos como “universais” começaram a se defrontar como os intelectuais “específicos”. O intelectual específico ou o “cientista absoluto” passa a transpor os limites de seu campo de saber pelos

problemas que enfrenta e quando passa a recolocar suas verdades locais em “verdades universais”.

Apesar de estarmos cientes de que literários e cientistas se confundiam no Brasil na virada do século XIX para o XX, especialmente em um contexto em que o Positivismo coexistiu por quase um século com o chamado humanismo de matriz clássica e cristã (SCHWARCZ; 1993), podemos entender Achilles Lisboa, como um sujeito que produz nessa transição. Se por um lado consegue ler e dialogar com todas as práticas linguísticas dos chamados “intelectuais universais”, ele por outro lado, exerce uma tarefa específica de produção de saberes médicos que invadem o campo da política e da educação como se estes pertencessem ao seu domínio epistemológico.

O que se torna a epítome da ciência é fonte de poderes simbólicos e políticos. Mesmo tentando falar em nome de uma neutralidade científica, Achilles Lisboa é também agente de uma disputa de posições entre elites que toma de empréstimo sua “estética” na atuação do *movimento higienista*, sociedade político-discursiva que se organizou e atuou nas sociedades europeias desde finais do século XVIII, apoiando-se e renovando-se nas descobertas nas mais diversas áreas e nas concepções positivistas e evolucionistas, gerando um campo de saber/poder que atua pelas forças políticas constituídas.(FOUCAULT; 1996)

Quando pensamos as primeiras décadas do século XX no Brasil, não podemos perder de vista que há continuidade de vários processos sociais mais gerais que não se resolveram completamente na transição do regime imperial para o republicano.(SCHWARCZ; 1993) Da mesma forma, os intelectuais¹ que viriam a tornar-se a *intelligentsia* nacional no começo do século XX, bebiam basicamente nas mesmas fontes epistemológicas do século anterior, mas fazendo as devidas apropriações, adaptações e subversões, mas sem deixar de prestar seu culto aos grandes intelectuais que pensavam as regras e normas contínuas e constantes dos fenômenos sociais, como a sociologia durkheimiana, o positivismo comtista, o darwinismo social, o determinismo geográfico, dentre outros.(SCHWACRZ; 1993)

¹Considerando ‘intelectual’ como o utilizado no conceito desenvolvido a partir das noções de *intelligentsia* desenvolvido no século XIX e que chega ao século XX já com a ideia próxima a apresentada por Carlos Eduardo Vieira (2008), na qual diz que “A palavra no plural, designando o conjunto dos cultos, denota de forma mais precisa a existência de um protagonista político com identidade definida”.

Nesse contexto, a Educação não se torna um campo específico de produção do nosso referido personagem, mas um instrumento para a obtenção do objetivo maior de sua prática política: a *higienização*, logo civilização da sociedade brasileira. Os saberes educacionais decrescidos de sua autonomia seriam parte de todo um corpo de medidas profiláticas que transmutariam as questões sociais em uma lógica metaforicamente ajustada ao pensamento médico, a saber: profilaxia, diagnóstico, intervenção.

O ponto de institucionalização do encontro entre a Medicina Social e Educação no Brasil se dá no *I Congresso Nacional sobre Educação*, em 1927. Esse encontro, organizado pela *Associação Brasileira de Educação* (ABE), fundada em 1924, mobilizara intelectuais, médicos, cientistas, educadores, juristas e até religiosos que pretendiam fazer da educação institucionalizada a principal transmissora dos valores prevaletentes da época, tendo como foco maior a higiene, a moral e o patriotismo (CARVALHO, 1998).

Este primeiro acontecimento institucional na área da Educação de alcance nacional, tinha como tema central “*o grande problema da educação nacional*”. Carvalho (1998) considerava este acontecimento uma “*feira cívico-nacionalista*” a qual trazia nas palavras do comunicado oficial do próprio evento “a unidade e grandeza da Pátria por um ensino bem orientado” (CARVALHO, 1998, p. 134). Uma forma sistematizada de reproduzir um tipo ideal de sujeitos, com a qual Achilles Lisboa, coaduna: “A solução do nosso problema nacional tem de fato de ser em equação em nossas escolas, que para tão alto objetivo se devem convenientemente aparelhar”.² Acrescentando mais à frente que “A reforma tem de vir pelo ensino, pela educação”. (LISBOA, 1931, p. 21).

No que tange a ABE, é importante destacar que embora não houvesse homogeneidade de interesses, posto que surgiam acirradas disputas internas entre os participantes da Associação, que formavam grupos rivais, decorrente de interesses divergentes pela criação de um partido político ou pela difusão do ideário moral católico, entre outras rusgas e sedições menores, havia certa conformidade de ideias no tocante aos objetivos principais (CARVALHO, 1998).

²Trecho extraído da obra ‘Raízes positivas da nossa equação nacional’, fruto de um discurso pronunciado por ocasião da inauguração do edifício construído para a Escola de Artífice do Pará no ano de 1932, período em que Achilles Lisboa encontrava-se estabelecido neste local.

O objetivo maior dessa iniciativa girava em torno da difusão de maneiras civilizadas, produzidas por um cuidadoso processo que abrangesse não somente a escolarização, mas também a orientação de outras práticas e costumes da vida social. Buscava-se transformar a sociedade (GONDRA, 2004). Isso significava, portanto, incluir medidas práticas fundamentadas pelo discurso médico-pedagógico, como cuidados com a higiene corporal, vestimentas mais adequadas ao clima quente e úmido que prevalece em grande parte do Brasil. Abrangiam também essas medidas, orientação arquitetônicas dos prédios escolares, como o tamanho apropriado das salas e a posição das janelas para melhor circulação de ar nesses espaços de aula. O discurso científico, por fim, era a base de todos os conceitos envolvidos nas tramas do ideal médico-pedagógico naquele período (GONDRA, 2004).

Convém esclarecer que o Brasil vivia um momento de grandes mudanças desde fim do século XIX com a abolição da escravidão e a implantação do regime republicano, ambos os processos impactando de forma relevante na sociedade e na política do país. É importante ainda mencionar o processo de transformações de cunho econômico que modificara sobremaneira o cotidiano da população, particularmente nas capitais. (CARVALHO; 1987) Esse êxodo rural gerou inchaço, aglomeração e, conseqüentemente, o aumento de doenças nos espaços de convívio urbano que ainda estavam em processo de divisão público/privado, trazendo com força o embrião do discurso higienista, explicitado por Chalhoub (1996) através da construção da noção de *classes perigosas*.³

Os cursos de Medicina no Brasil, ainda pelos idos de 1840, já punham em pauta, pelos trabalhos de conclusão de curso que nos informa Gondra (2004), propostas acerca da seleção de locais e modos para construir escolas, passando por medidas para a disposição das salas de aula até os exercícios físicos para robustecer o corpo e restabelecer a saúde do aluno. A proposta da ABE viria a dar ares mais institucionais e conferir um halo simbólico à prática discursiva que estava se construindo desde o século XIX. O século XX, a seu turno, assistiria a interferências mais amplas da medicina no ambiente escolar, tais como exames e testes das

³Chalhoub reconstrói, passo a passo, o movimento decorrente da instauração das crenças que justificaram a derrubada dos cortiços e o conseqüentemente afastamento dos pobres das áreas centrais da cidade – a identificação das “*classes pobres*” como “*classes perigosas*” constituir-se-ia na primeira delas. Os higienistas alegavam que a promiscuidade presente nos cortiços era um perigo para a ordem pública e que tais habitações coletivas eram focos de irradiação das epidemias e fértil terreno para a propagação dos vícios. (CHALHOUB, 1996).

condições sanitárias, tanto biológicas, quanto psíquicas dos alunos. Este último elemento estava em voga, de acordo com Stephanou (1996, p. 7)

A educação mental, impulsionada pela crescente consolidação da Psicologia e da Psiquiatria, e a Educação Física, incentivada pelo desenvolvimento da Fisiologia, da Eugenia e de outras disciplinas que se debruçaram sobre o corpo com o intuito de moldá-lo, treiná-lo, mas também extrair-lhe o máximo de energias e utilidade. Essa nova cultura do corpo estendia-se ainda para a higiene da nutrição e sexual.

A Educação Mental é também fonte de preocupação do intelectual aqui estudado, o que nos leva a creditar Achilles Lisboa como um representante do pensamento da *saúde pela educação*. Em uma de suas obras, nas quais trata mais diretamente e sobre Educação, diz ele,

Orientadas pelos modernos processos da educação activa, que exercita todas as faculdades no sentido harmônico de um desenvolvimento integral do indivíduo, elas criariam uma mentalidade nova, condicionada por sua vez de um desenvolvimento integral da nação, o qual em verdade, mais do que das suas leis, dos seus governos, das suas relações internacionais, depende seu systema de educação (LISBOA, 1931, p. 21).

A orientação pelos modernos processos de ‘*educação activa*’ da qual trata Achilles Lisboa estará muito ligado e auxiliará em muito aquilo que mais tarde geraria a ideia de “*trabalhismo*” tão utilizado por Vargas em seu governo a partir da década de 30, conforme elucida Gomes (1998) em sua obra “*A invenção do trabalhismo*”, na qual menciona que foisobuma lógica utilitarista e num cuidadoso investimento simbólico que tomou do discurso das lideranças trabalhadoras do início da República (o movimento operário, formação dos sindicatos, etc.) “*elementos-chaves de sua auto imagem e os investiu de novo significado, em outro contexto discursivo*”(GOMES, 1988, p. 23)., ocasionando por fim a submissão política das massas

A parceria entre saúde, educação e trabalho, através de exemplos, atividades práticas, e o desenvolvimento de “hábitos”, como princípios privilegiados da Educação Sanitária, e sem excluir a necessidade de ensinamentos teóricos na escola, eram, por assim dizer, o “caminho” a ser seguido neste momento da história do Brasil. Ao professor cabia a missão de fornecer aos educandos noções elementares, mas imprescindíveis de Higiene. Dessa forma, ao longo das décadas de 1920 a 1940 do século XX, a dimensão propriamente instrutiva merecia igual atenção

e orientação médica, especialmente porque a Escola tornara-se o centro de irradiação de conhecimentos que se queria generalizar (MUNHOZ, 1933, p.15).

Assim teremos os médicos principalmente, mas não somente eles - pois também houve a participação de advogados, engenheiros e professores - produzindo discursos que defendiam uma *pedagogia salvacionista* para os males que afligiam o povo brasileiro. Dentre estes médicos, e no caso específico do Maranhão, destacamos a figura de Achilles Lisboa.

Em seu curso intelectual para demonstrar o uso e benesses do seu método educacional como fato positivo, Achilles Lisboa faz um trabalho de leitura, apropriação e subversão do conhecimento de sua época, apresentando visões alternativas aos grandes axiomas correntes. Biologia, psicologia e sociologia são as linhas de pensamento sistemático nos quais um conceito inusitado se constitui: a *hereditariedade social*.

Esse conceito surge como oposição a hereditariedade genética, filha dileta dos darwinistas sócias, com o qual acreditavam determinar toda a natureza humana. Opondo-se a essa apriorística ele sustenta, dentro de uma metodologia positiva, e usando de informações que colhe com outros intelectuais –por correspondência, notícia, periódicos e livros – e dentro das próprias experiências que desenvolvera ao longo de sua trajetória social – sanitarismo, engenharia agrária, atendimento médico, atividade política e científica – que existiria uma “outra natureza” que os cientistas sociais e biólogos deixavam escapar e que, ao contrário de sua contraparte mais aceita, não só era mutável, mas dependia de métodos adequados para reverter certos imperativos genéticos.

Em um misto de reificação de saberes consagrados, subversão e negociação com as categorias que se apropria, ele gera uma tese demonstrável, e, segundo ele próprio aplicável e reproduzível em ambientes propícios, opondo ao determinismo genético, um determinismo humano de cunho educacional.

Um dos grandes problemas de analisar o *pensamento achilleano* é da própria natureza pela qual fomos apresentados a ele: o texto escrito. Como não podemos dispor, tampouco analisar de tanto material quanto precisássemos para entender não apenas a sua ocorrência datada/localizada no *continuum* do pensamento e do autor, mas suas referências intertextuais, ou mesmo a circulação e receptação de sua obra propriamente educacional – ao contrário de sua obra médica

que era assiduamente referida nos jornais de época – não nos foi possível avançar para o campo de uma *História Intelectual* ou de uma *História Social das Ideias*.⁴

Por mais que o termo *História Intelectual* seja o termo mais recorrente na historiografia brasileira para temas como nosso objeto, o *pensamento educacional* de um sujeito datado, optamos por enveredar para uma *História das Ideias*⁵. Seguindo a tipologia oferecida por Darton (2010), num recorte que ele denomina como sendo “de cima para baixo”, estaria desta forma dispostos os domínios desses saberes:

[...] poderíamos imaginar um espectro vertical onde os temas se transformam gradualmente entre si, passando por quatro categorias principais: a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo da ideologia e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas) (DARTON; 2010, p. 219).

O autor francês se refere a um tipo de História das Ideias, ao qual credita à obra “princípios atemporais”, “ideias universais” e tem uma busca ferrenha pela especificidade do autor (TUCK, 1992). Esse uso tradicional da História das ideias, o qual se refere a grandes sistemas de pensamento, especialmente filosóficos e/ou políticos, dominante dos anos de 1920 até 1950, não resolve nossa problemática com Achilles Lisboa.

Por outro lado, não dispomos de material suficiente para conseguir correlações intertextuais a nível satisfatório ou mesmo reconstruir o pensamento do nosso autor fora da chamada cultura letrada. Podemos inferir algo sobre “climas de opinião” pelos escritos (*História Intelectual*), mas não julgamos serem suficientes para

⁴Segundo nos conta Barros (2009) e Hahn (2007) existe uma imbricação muito grande quanto aos limites desses dois domínios, já que precisam necessariamente de uma cadeia de recepção das ideias para além do que é chamado de *cultura letrada* ou *cultura formal*, no caso da História Intelectual e nos caminhos de difusão das ideias e da transmutação dessas em ideologia no caso da História Social das Ideias.

⁵Segundo Hahn (2007), existem correntes historiográficas que ostentam nomes diferentes para objetos similares, ou que tem alguma diferença mínima para campos que as suas respectivas academias tornaram mais evidentes. Em alguns casos, a mesma nomenclatura abarca práticas totalmente distintas. Nos Estados Unidos há a chamada Intelectual History; na Alemanha, a Gertsgeshichte; na Itália, a StoriaIntellettuale; na França, a HistorialIntellectuelle que fora engolida pelas Mentalities dos *Annales*. O Autor se baseia em Francisco Falcon que apresenta a tradição da História das Ideias no Brasil, onde o termo, apesar de estar próximo à tradição inglesa, fora fagocitado pelo nome História Intelectual, sendo assim uma decisão acadêmica de nomenclatura. Na prática apresentar-se-ia tão imbricada em temas e métodos quanto seus congêneres da Europa e E.U.A.

entender a difusão de suas ideias (História Social das Ideias) ou mesmo adentrar na *mentalites* (História Cultural).

Só podemos trabalhar com aquilo que temos de concreto sobre Achilles Lisboa e, ato contínuo, do que as fontes podem proporcionar diretamente pela intenção ou indiretamente pelo silêncio, fazendo inferências maiores ou menores. Hahn (2007) e Barros (2014) apontam justamente para a imprecisão da tipologia de Darton (2010), posto que existem muitos pontos de contatos não somente entre esse domínio, mas do domínio com a História Social, com a História Política, com a História Cultural, com a História do Discurso e outras que não podemos contemplar no curto espaço deste trabalho.

Desmelindrar as formas específicas com as quais um indivíduo constrói, entende e dá a entender a sociedade que o cerca, e à qual inexoravelmente participa (CHARTIER; 1988), pressupõe encarar riscos. Achilles Lisboa não pode ser entendido apenas como um fenômeno textual, mas também como uma “prática discursiva”, já que tem o intento de que sua visão de mundo seja entendida, compartilhada, difundida e que tenha seus enunciados como veículos de leitura e reordenação do meio social.

Em meio a tantos temas que dissertou ao longo de sua vida foi nos penoso ter de fazer um recorte e, mesmo sendo justificável limitar o horizonte de observação para uma análise mais detida, o *pensamento educacional* do referido médico, fica a sensação de que a parte analisada faz sempre referência ao todo que atua de modo invisível, reclamando o sentido de cada trecho. Essa intertextualidade que reconhecemos como corrente a quaisquer circuitos de circulação discursivos, não pôde ser apreendida de forma mais profunda.

Desta forma, optamos por tentar fazer algo semelhante ao que fizeram os “contextualistas linguísticos” ingleses ao tentar renovar o que era entendido como História das Ideias até os anos de 1950⁶. Segundo esse grupo de autores, todo texto teria de ser entendido enquanto “ato de fala”. Todo texto responderia a um contexto, conjuntura, acontecimentos, as chamadas “outras falas” que podem se alinhar, serem indiferentes ou anatematizar o que diz o autor. Ainda, respondem a uma estrutura das quais derivam seus enunciados e axiomas, a uma tradição de pensamento

⁶ Conta-nos Tuck (1992) que a renovação da antiga História das Ideias resultou em um campo que vem sendo denominado como *História do Pensamento Político*. Outros autores como Barros(2014) e Hahn(2007) creditam os movimentos do grupo de autores representantes desta tendência – Skinner, Dunn e Pocock – ou à História das Ideias ou à História Intelectual respectivamente. Todavia, os denominadores de suas problemáticas são as mesmas.

sistematizado maior e mais perene de um lado, e colheria sua forma específica de expressão e de temas no *momentum* linguístico de cada conjuntura. (TUCK, 1992; BARROS, 2014; HAHN, 2007).

[...] ideias deveriam ser sempre e necessariamente relacionadas diretamente aos contextos de enunciação, uma vez que os ambientes históricos e culturais sempre influenciam extraordinariamente a escolha de questões a serem estudadas e, sobretudo, a formatação da própria linguagem mais específica dentro da qual um debate de ideias se realiza [...] (BARROS, 2014, p. 9).

Essa concepção “texto e contexto”, que hoje é apontado como lugar comum a qualquer uma das denominações e domínios ao qual a História das Ideias está associada, resolve algumas questões sobre o *pensamento achilleano*, especialmente no que tange as formas como diz as coisas, a “escolha das questões”, nos alinhamentos de grupos e deflagração de seus anátemas. A estética embebida de cientificismo e sanitarismo como sendo própria de sua própria comunidade discursiva em situação de disputa.

Mas a concepção “contextualista linguística” apresenta algumas ambições que são apontadas como problemáticas e até impossíveis. O objetivo desse movimento é justamente reconstruir uma situação contextual e linguística onde a intencionalidade do autor possa ser resgatada (TUCK, 1992; BARROS, 2014; HAHN, 2007). Para tanto seria necessário reconstruir o “contexto intelectual” da produção dos pensamentos expressos nas suas mais variadas formas, a fim de “ressuscitar as questões” a qual o autor teve de responder ao tempo da produção daquele texto ou conjunto de textos que se pretende estudar em específico, revelando como aqueles sujeitos “*entendiam o seu próprio mundo*”. (HAHN; 2007)

Nesse quesito as dificuldades de apresentaram maiores. Se esta concepção pode responde aos “problemas de nuances” que todo autor encontra em sua obra tomada em conjunto, silencia no que diz respeito à questão da apropriação e circulação discursiva. O discurso do sujeito e as representações acerca de sua obra parecem amalgamar-se. Entendendo o texto escrito como um “texto vivo” e animado pelas leituras subsequentes que dele se faz, ainda assim cria filtros que sedimentam camadas de releituras sugerem encaminhamentos em nossa própria leitura. (VELAZQUEZ; 2010)

Se por um lado podemos sucumbir à tentação de corroborar à ideia de que a natureza aguda dos enunciados de nosso personagem deve ser creditada ao caráter excepcional da trajetória individual do sujeito e à uma existência prodigiosa; por outro podemos fazer o caminho inverso e retirar do sujeito as suas condições de possibilidade, negando sua autoconstrução em meio à experiência, convertendo-o no resultado lógico de uma equação de forças sociais externas e de categorias explicativas. (HAHN; 2007).

Por ter sido componente de um grupo de intelectuais que fazia auto oblação, os Novos Atenienses, Achilles Lisboa foi representado por biógrafos de forma apologética, ressaltando-o como um arguto intelectual, representante de uma “comunidade imaginária” real, cuja identidade socialmente reconhecível seria justamente sua alta erudição e contribuição direta à alta cultura nacional.⁷

Por outro lado, sua produção discursiva em outras fontes acaba sendo reduzida à sua atuação como sanitarista, sendo assim identificado às práticas comuns de todos os seus congêneres da época, que assim como tantos outros cientistas corroborou com o racismo científico, com a docilização dos corpos das *classes perigosas* e com as políticas de segregação que eram levadas a cabo pelos órgãos oficiais.⁸

Em meio ao fogo cruzado das representações de outrem, também temos a auto representação do nosso personagem, na qual faz de si um grande injustiçado de forças externas a sua vontade, perseguido por grupos retrógradas e portador de saberes e intenções úteis a uma causa que representava, dentro de seu próprio juízo axiológico, o melhor para a população brasileira, portanto, acima das dos interesses partidários dos grupos hegemônicos da Primeira República e da Era Vargas.⁹

Dentro dessa tripla perspectiva há de se discriminar que a forma com que Achilles se apresentou a nós foi justamente pelo texto escrito, dos quais só podemos trabalhar alguns, que são artefatos ou construtos culturais que carregam os sintomas

⁷ Foram responsáveis por obras sobre vida e obra de Achilles Lisboa: SOUZA, Haroldo Silva e. **Achilles Lisboa**. Glória do Maranhão e do Brasil., pesquisa e organização de Carlos de Lima – São Luís: Lithograf, 2000, e CORDEIRO, João Mendonça. **O impeachment do governador Achilles Lisboa**. São Luís, 2013.

⁸ Muitos trabalhos já foram produzidos sobre esta temática como: Medicina e poder: a trajetória de Aquilles Lisboa e a questão da lepra no Maranhão de Cidinalva Silva Câmara (disponível em: <http://anais.anpuh.org>. Acesso em 20/08/15). O começo e o fim do mundo: estigmatização e exclusão social de internos da colônia do Bonfim, mesma autora (Disponível em: www.ppgcsoc.ufma.br).

⁹ Através de contato estabelecido com Achílea, a filha de AchillesLisbos, a única, ao que tudo indica ainda viva. Tivemos acesso em material restrito à família como um manuscritos de ua autobiografia de Achilles Lisboa, a qual disponibilizaremos a primeira página como ANEXO ao fim deste trabalho.

do seu contexto de gestação. Enquanto leitores de sua obra somos apropriadores não neutros de uma representação, e ele enquanto produtor de discursos é também um recriador intencional de uma visão de mundo (CHARTIER; 1988)

O trato com um texto requer que busquemos o conteúdo explícito e intencional daquilo que o autor propõe, representado na semântica do que é falado, sem contudo, aparta-lo da geometria da existência do autor enquanto ser social concretamente localizado no tempo-espaço que coloca o sujeito em seu lugar de fala e, sem perder de vista as conversações e ligações ocultas que seguem o seu texto e que o atrelam a comunidades discursivas, cuja atuação está no ponto oscilante da sugestão inconsciente e da invenção subjetiva. Esses mesmos textos circulam em diversos outros meios, gerando uma proliferação de releituras, apropriações e subversões que escapam à intencionalidade primeira do seu autor (WHITE; 1994).

Mesmo atentando para essas importantes questões, não é nossa pretensão fazer um grande estudo semiótico ou mesmo social dos enunciados de Achilles Lisboa, já que as fontes que dispomos e os autores que elencamos discutir não nos dão subsídios para adentrar mais nas nuances do seu pensamento e da difusão deste num corpo social. Todavia sabemos estar trabalhando com representações que são projeções imagéticas que atrelam e visam atrelar significados, que funcionam como

classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER; 1988, p 17).

Em outras palavras, Achilles Lisboa se movimenta em uma estrutura social temporalmente datada, que o põe em condição de desenvolver determinada forma de perceber/ler o mundo social, incorporar códigos específicos de apreensão/expressão da realidade, que são partilhados por um grupo social que se identifica, reconhece e se comunica pela mesma linguagem, dando sentido ao mundo. Mas não há um consenso sobre o real, existe ao contrário, uma competição pela imposição de sentidos ao mundo. E justamente por estar em um lugar específico e representar “os grupos que as forjam” as representações buscam subjugar visões concorrentes.

(CHARTIER; 1988) Nesse sentido, o conceito de *habitus* de Bourdieu (1996), se mostra bastante útil as nossas pretensões, posto que é um

[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante (BOURDIEU; 1996, p. 191).

Este conceito nos possibilita o reencontro do autor e sua obra. Faz-nos entender com não há a dicotomização de sujeito e sociedade, posto que o sujeito só pode agir e gerar significação em sociedade e, mesmo que respondendo ao grupo que lhe agrega sentido e capitais de relações sociais e simbólicos, ele tem possibilidade de, segundo determinados espaços que pode conquistar e determinadas conjunturas que podem favorecer-lo, atualizar os códigos, as práticas e as percepções, difundindo-as para seus pares. Dessa forma, é-nos possível trabalhar o *pensamento achilleano* dentro de sua própria trajetória, correlacionando-o tanto ao contexto que tentamos reconstruir, quanto à trajetória social que este desenvolve.

Entendendo a construção do sujeito e de suas práticas como um “fazer-se”, e estando Achilles presente na construção de seu próprio pensamento (THOMPSON; 1987). Trataremos nosso personagem e sua obra especificamente educacional, como “experiência”, no sentido de espaço onde são realizadas ações concretas e onde relações de identidade e antagonismo se dão de acordo com interesses e valores em comum ou em oposição. Dessa forma, podemos dialogar com seu contexto e identificar os “traços pertinentes” de sua “biografia individual” (BOURDIEU; 1996)

Achilles Lisboa é assim parte de uma cultura letrada, da qual participa por uma prática de leitura e escrita específicos, o faz nos termos propostos pelas discussões da época; as expressa e apropria segundo as regras do seus congêneres pelo filtro da filosofia positivista diluída nos saberes dos especialistas com os quais aprendeu, leu, produziu; dialoga e pertence à *intelligentsia* nacional que, assim como ele, também fazia pública, pela linguagem escrita, seus próprios juízos e propostas acerca dos rumos nacionais; e tinha acesso aos bens culturais com os quais reforçava suas tomadas de posição ante as questões que se apresentavam. (VEZLASQUEZ, 2010)

Decorrência de sua própria experiência dentro dos espaços possíveis que sua posição permitia e debatendo com os grupos que concorriam pela hegemonia das representações, ele construiu um discurso agregador de saberes, vanguardista e, por que não, pretencioso que mirava não apenas fornecer subsídios técnicos para problemas práticos do cotidiano nacional, mas também ser parte de uma intervenção redentora viável do país. (PECAULT; 1989)

A História das Ideias então, dialogando com o conceito de *habitus*, experiência e prática discursiva, dá-nos o subsídio para pensar Achilles Lisboa como um produtor de ideias (BARROS, 2014), mas também um leitor de outros discursos (CHARTIER, 1988). Ao colocar autor, texto e contexto na mesma linha de pensamento tomamos a tenência necessária a construção do nosso objeto de estudo. As ideias de um autor especificamente datado e localizado, dentro de uma tradição discursiva positivista, onde toma emprestado categorias de análise e apreensão; com um *habitus* específico que, respondendo às conjunturas de forma não causal, lhe dá uma configuração linguística para ler/expressar o mundo social; com os capitais necessários para elaborar uma prática discursiva, atuando num campo maior, a medicina social, porém podendo produzir saberes sobre um campo de ideias mais específico, a educação.

Dessa forma, buscamos a leitura atenta dos artigos de jornais do referido período, especialmente o Diário do Norte; O Imparcial, no Maranhão e nos jornais A Noite e A Manhã, do Rio de Janeiro, no afã de rastrear os passos do nosso personagem aqui no Maranhão, local onde tem as condições necessárias para publicar livros, não somente artigos de jornais.¹⁰ O intento é tentar entender as formas de expressão, circulação e confrontação de ideias de nosso personagem, bem como o peso social que ele tem tanto para com seus pares, quanto para com o grupo de leitores não intelectuais. Essas características próprias do pensamento do autor serão de ajuda para entender as nuances do seu pensamento educacional

Para atingir essa meta tivemos de pesquisar e catalogar as obras que foram referidas em outros trabalhos acerca de nosso personagem, fichando-as para tentar filtrar delas o pensamento imbuído e aplicado aos intelectuais daqueles tempos.

¹⁰ Os jornais A Noite e A Manhã foram localizados e analisados via BNDigital (Biblioteca Nacional Digital), disponível em: <https://www.bn.br/explore/acervos/bndigital> acessado diariamente ao longo dos meses de maio, junho e julho de 2016.

Mantivemos, contudo, o foco naquilo que chegava ao estado do Maranhão, em especial à cidade de São Luís por meio da figura de Achilles Lisboa.

No Apêndice A apresentamos uma Tabela que reúne algumas das suas publicações, sendo que muitas ainda não foram catalogadas, especialmente sua correspondência, mas segundo informações que obtivemos no já citado projeto do IPHAN, é possível que estejam em bibliotecas particulares, ou mesmo em acervos de bibliotecas e arquivos públicos de outros estados onde o referido personagem passou. Chegamos a um total de 35 obras inventariadas. Dessa forma, acabamos por nos limitar a catalogação que conseguimos articular dentro das referências da tabela elaborada por Nunes (2000)¹¹.

O que se pretende é entender a trajetória do intelectual e as construções discursivas que ele produz num período específico, vistas sob a luz dos problemas concretos que ele, enquanto sujeito histórico enfrenta e emite juízos, ou seja, a Educação como meio de obtenção de uma sociedade sadia. Não temos, portanto, uma biografia, nem tampouco um elogio ao interventor, Achilles Lisboa. Pretendemos historiar a forma que as ideias educacionais são formatadas, filtradas e expressas pelo referido intelectual

Temos como objetivo geral deste trabalho entender o pensamento educacional de Achilles Lisboa dentro de uma perspectiva alternativa dos determinismos sociais correntes em seu período de atuação, destacando as formas como ele construiu esse pensamento e as pretensões do referido personagem com suas postulações teóricas.

Para isso precisamos reconstituir o contexto não só em que vivera e atuara nos diversos momentos de sua trajetória social, como também se constituíram as ideias que se tornaram basilares em sua formação, bem como na estruturação dos contextos intelectual e social no qual se inseriu, atuou e gerou representações

Reconstituir a trajetória social de Achilles Lisboa a fim de entender as peculiaridades de seu *habitus*, apontando, quando as fontes permitirem as condições de possibilidade de nosso personagem ao se defrontar com as mais diversas conjunturas e quais as relações que possibilitaram a ele a aquisição de capitais sociais, culturais, políticos e simbólicos que foram mais contundentes na construção

¹¹ Parte do material que constituímos foi extraída da obra de Nunes (2000), ver REFERÊNCIAS ao fim deste trabalho.

não apenas de sua visão de mundo em particular, como dos locais de fala em sua obra.

Analisar as proposições da obra *Sobre o Melhor Meio de Divulgação do Ensino Primário no Brasil* destacando os conceitos que se apropriara, a construção da obra, a metodologia utilizada, o espaço social em que a obra pretendia circular e os conceitos subvertidos das premissas originais, apresentadas como formas verdadeiras de modificar a realidade brasileira pela educação.

Assim, para realização dessa tarefa, dividimos este trabalho em três partes de forma a contemplar o pretendido. Assim, o capítulo primeiro ficou reservado à explanação sobre o contexto vivido no que tange a gênese do discurso higienista, analisando seus pontos constitutivos mais importantes, enfatizando sempre que possível os momentos-chave em que a Educação como instrução formal lhe fora consonante. Ainda, buscou-se entender as condições de apropriação e ressignificação dessas mesmas ideias no Brasil, bem como as possíveis soluções específicas aos problemas surgidos nos contextos de fins de século XIX e começo do século XX. A realidade do Maranhão tanto no que tange ao contexto social e econômico, quanto o contexto educacional, também terá o mesmo cuidado.

No segundo capítulo, optei por traçar breve trajetória social de Achilles Lisboa, no intuito não só de apresentar de fato o intelectual em questão ao leitor, mas pensar as condições de possibilidade objetiva de nosso personagem. Com isso quer se identificar o seu local de fala, as instituições que contribuirão na formação de seus esquemas de pensamento, as relações e os sujeitos com quem manterá contato e os ganhos sociais que isso lhe trouxe, e as conjunturas na qual o seu discurso se desenvolveu e circulou.

A história de vida do indivíduo nos oferece a oportunidade de um conhecimento histórico. A partir de suas experiências individuais, podemos reconstruir um determinado contexto histórico/social. Assim, a biografia, especialmente, a política, nos permite apreender a dinâmica do processo social.

Neste sentido, o que me proponho no segundo capítulo, é tentar compreender a maneira pela qual Achilles Lisboa percorreu os espaços sociais, no caso específico, dentro dos campos da Saúde e da Educação no Maranhão nas décadas de 1920 a 1930, do século XX.

No terceiro capítulo, procurei identificar as tecnologias de poder que Achilles Lisboa utiliza em seus discursos com o intuito de pô-los em prática. Com isso,

faremos a construção dos sentidos intrínsecos de obras suas especificamente referentes à construção das relações possíveis entre Educação e Saúde, contrapondo as condições possíveis de realização de suas propostas. Para tanto, vamos lançar um olhar sobre a obra *Sobre o Melhor Meio de Divulgação do Ensino Primário no Brasil*, de 1926, onde buscamos apreender os conceitos e categorias utilizados por nosso personagem, bem como os diálogos intertextuais possíveis, e o momento intelectual e político em faz seu “conjunto de afirmações.” (TUCK; 1992) Neste, apresentaremos a ideia pensada e defendida por Achilles Lisboa, sobre como o Maranhão e o Brasil poderiam alcançar o progresso através da *Hereditariedade Social*.

2 POR UMA QUESTÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: um olhar sobre os discursos higienistas no Brasil e no Maranhão.

À primeira vista parece demasiado simples fazer um entrecruzamento dos caminhos da educação e da saúde. Postos lado a lado no discurso, assim como na prática cotidiana, parecem ser congruentes e ter um determinado consenso no senso comum: a Saúde como uma preocupação individual atingida por meios coletivos; e a Educação como uma política coletiva que marca a construção individual.

Entretanto, a marca do consenso é apagar os caminhos quase sempre conflitantes de sua construção enquanto projeto e demarcação de sujeitos (em seus lugares e relações de poder) não só como conceito, mas como meio de dar a realidade às formas, dimensões e categorias do discurso vencedor, subtraindo o processo de negociações, contradições, colaborações e tensões que marcam seu fazer-se histórico.

Nestes termos, educação e saúde, não podem ser entendidos como que pairando sobre a *práxis* social. Ao contrário, os lugares de fala e ação, ou de fala pela ação, têm de ser entendidos como resultantes possíveis dos processos pelos quais ideias e ações são realizadas por sujeitos concretos, historicamente condicionados, mas nunca determinados *a priori*. (NICOLAZZI, 2004).

O processo que torna educação e saúde conceitos complementares, e práticas públicas confluentes, dá-se ao longo dos séculos XIX e XX, quando os saberes estritamente anatômico-fisiológicos são transformados em ações não somente de intervenção no corpo do indivíduo, mas em sua prática cotidiana e nos espaços que habita. Isto posto, os poderes policiais dados aos higienistas não seriam suficientes na produção de uma *sociedade sadia*, mas seriam acrescidos pela profilaxia social realizada através dos meios de instrução formal. Pela educação prevenia-se a formação de futuros sujeitos doentes, encerrando um ciclo de higienização social. (FOUCAULT; 2011)

Não é intento deste trabalho abarcar todas as nuances do processo que amalgama higienismo e práticas educacionais, contudo, tocaremos nos pontos-chaves que importam ao recorte desse trabalho a saber: a formação do discurso higienista na Europa; o processo de apropriação do referido discurso pela *intelligentsia* brasileira; as práticas discursivas e repressivas realizadas no Brasil em finais do século XIX e começo do XX; e, na medida que as informações permitirem, entender

as condições de possibilidade das práticas sanitárias nas instituições de instrução formal cruzando, sempre que possível, os momentos em que houve confluência entre higiene e educação; e por fim, como os sujeitos no contexto maranhense apropriaram-se e reinventam modelos e práticas de outros contextos.

2.1 Gênese do discurso higienista

O discurso higienista que se configura no recorte deste trabalho é fruto de um processo que envolve circulação de saberes e práticas ao longo do tempo e dos locais que alcança. Assim, desde sua gestação na França oitocentista até sua real aplicação, que perdurou até a primeira metade do século XX, existe uma série de características cujo confronto com as mais diversas realidades sociais gera os elementos distintivos que darão o tom das atividades dos seus agentes e seus modos de ação, organização e produção de saberes.

Sem nos aprofundarmos no crescente prestígio social da Medicina e, por conseguinte do médico da época iluminista, podemos evocar o neo-hipocratismo (COSTA, 2013) oitocentista europeu que enfatizava fatores do ambiente sobre o organismo humano, relocando as balizas desse campo de conhecimento na época. Como consequência, abria-se uma correlação entre a ordem/desordem do meio com a saúde/doença do indivíduo. De acordo com Foucault (1984, p. 92):

uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência. Esta medicina das coisas já delineia, sem empregar ainda a palavra, a noção de meio que os naturalistas do final do século XVIII, como Cuvier, desenvolverão. A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana. Não se passou da análise do organismo à análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo.

A *medicina das coisas* que então se formulava pautava-se sobre os eixos homem-doente / natureza/ sociedade nos meios urbanos, esboçava, mas ainda não definia plenamente, a correlação possível entre elementos de natureza diversificada (águas, ares, alimentos, hábitos em geral). Ao tom das novas descobertas da Medicina, e mesmo, como se viu, anteriormente a seu descobrimento, aumentava-se o *saber-médico* na sociedade. Dessa forma explica Foucault

O olhar médico circula, em um movimento autônomo, no interior de um espaço em que se desdobra e se controla; distribui soberanamente para a experiência cotidiana o saber que há muito tempo dela recebeu e de que se fez, ao mesmo tempo o ponto de convergência e o centro de difusão. (FOUCAULT; 2011, p. 33).

Antes mesmo de findar os oitocentos, cidades francesas presenciaram a associação do médico a grupamentos policiais fundindo o saber adquirido e compartilhado pelos seus pares com a intervenção, tipificação e hierarquização do meio social de forma coercitiva. O *olhar médico* gerava ações por seus efeitos incontestes de verdade. Desse modo, pode-se inferir que o comportamento /condições sociais tornam-se o centro do agir e pensar do médico (FOUCAULT, 2011).

Cabe salientar que, segundo Hobsbawm (2001), o que se chamava centro urbano nos oitocentos era uma rede de “cidades provincianas” que poucas vezes ultrapassavam os 20.000 habitantes. Ainda, segundo o autor, até o ano de 1851, a população europeia não suplantara a urbana na maioria dos países¹². Enormes espaços rurais, florestas e pântanos se interpõem entre esses núcleos urbanos, gerando um efeito de distanciamento das populações citadinas.

Os casos que importam a este estudo se dão nos centros maiores, onde a concentração populacional já causava os problemas que ainda seriam sistematizados pelas gerações subsequentes de higienistas. Dessa forma, as populações atingidas por essas medidas eram em sua maioria de origem campesina, com pouco ou nenhuma instrução formal¹³.

Uma outra questão que também foi posta no século XVIII, diz respeito a organização dos espaços urbanos como fonte de saúde/doença. Segundo Corbin (1986 apud COSTA 2013), o ideário de *cidade sadia* teve seus primórdios no ano de 1762, pelo Abade Jacquin, que sugerira a construção de uma cidade sobre uma colina, com ruas largas e amplas praças, de forma que pudesse haver a livre circulação dos ventos, sem a interrupção causada por muralhas, como era de costuma na época.

¹² Segundo Hobsbawm, as maiores cidades europeias em número de habitantes seriam, até a década de 1780, que ele define como sendo o ponto de partida da Revolução Industrial: Londres com 1 milhão de habitantes; Paris com 500 mil; e algumas dezenas de cidades ao longo de todo continente espelhadas entre Portugal, Espanha, Alemanha, Polônia, Holanda, Áustria, Irlanda, Escócia e Turquia.

¹³ Hobsbawm salienta que várias figuras importantes da Revolução Francesa, entre letrados, profissionais liberais e alguns funcionários públicos atuam e se formam nesses aglomerados urbanos provincianos.

As descobertas posteriores de Lavouissier, especialmente no que toca a composição e qualidade do ar, corroboravam a necessidade de organização do meio urbano proposta pelo referido abade, ao sugerir que a corrupção dos ares seria causadora de doenças, fazendo necessária a renovação dos ares pela ventilação¹⁴ (CORBIN, 1986 apud COSTA, 2013). Esses estudos e descobertas são o ponto de partida para as interferências no espaço urbano como o formato e a simetria dos edifícios que passam a ser relacionados, ainda que de forma fugaz, com a salubridade e a obedecer aos comandos dos higienistas.

Na França, essas interferências começaram a ocorrer desde 1760, quando iniciou-se o processo de drenagem das ruas e calçamentos, sendo solidificado em 1783, quando o Rei Luís XVI (1774-1792) cria normas relativas ao alargamento das ruas e alturas das casas com o intuito de garantir a circulação do ar (CORBIN, 1986 apud COSTA, 2013).

Costa (2013), afirma que o neo-hipocratismo abrigou diversas teorias divergente e/ou complementares, e aponta as duas teorias médicas desenvolvidas em fins do século XVIII e, início do XIX, como bases para a consolidação dos discursos higienistas: a Teoria Miasmática ou Infeccionista e a Teoria Contagiosa.

A primeira entende que os males trazidos pelo *ar corrompido* e/ou *parado* poderia ser combatido pela renovação do mesmo. Esta exigia a higiene profunda do meio físico e social. Daí o espaço urbano ser identificado enquanto um local perigoso. Corbin (1986 apud COSTA, 2013, p. 54) explica que *para os reformadores sociais não se tratava apenas de evacuar os dejetos, mas a evacuação igualmente dos desocupados e com eles do mal cheiro e da infecção social*.

A segunda, a Teoria Contagiosa, foi mais utilizada já no início do século XIX e considerava o *contagium* ou vírus o maior dano ao ser humano. Esse contágio que antes recebia como preocupação o contato direto com doentes, ganha maior atenção. E o contágio indireto passa a receber olhares, gerando a necessidade de vacinação, quarentenas e isolamentos (COSTA, 2013, p. 53-54).

As primeiras medidas profiláticas no sentido de instruir a população sobre higiene foram os *catecismos de higiene*, tratados e manuais de medicina escritos por iniciativa de algumas pessoas mais “esclarecidas”, que às vezes eram curiosos no assunto, que visavam orientar a população adulta, alfabetizada ou não, sobre os

¹⁴ Teoria Miasmática, que será descrita adiante no decorrer do texto.

cuidados com os seus atos cotidianos e na organização dos seus espaços de convivência¹⁵.

[...] o discurso higienista surgia sob um novo ângulo. Disseminar conselhos úteis sobre a saúde e a doença, impor representações do corpo de acordo com os cânones do saber médico oficial, combater preconceitos, abusos e más práticas e convidar o estado a ordenar o universo clínico caótico e fragmentado – propósitos maiores daquele gênero literário – não eram afinal formas que visavam consolidar o prestígio do saber médico junto dos indivíduos e das populações? Reclamar a presença dos poderes público nesse domínio não era igualmente um meio de, por via da força da espada, dar maior fôlego e amplitude a todo o processo, mormente através da ilegalização e repressão dos agentes e práticas extraoficiais? Como advertiria Mathew Ramsey, a propósito do caso francês, ' a medicina moderna não surgiu num vácuo; ela estabeleceu-se negando a legitimidade aos praticantes e culturas médicas concorrentes (BARREIROS, 2014, p. 06).

O século XVIII, através da postura neo-hipocrática, pôs em movimento saberes, descobertas e formas de atuação que serviram de base para as ações dos sanitaristas do século seguinte, especialmente ao evocar o ideal de *cidade sadia* e de *saber médico* como um aparato de coerção e modificação de comportamentos, espaços físicos e sujeitos sociais indesejáveis.

Todavia, não havia ainda uma *sociedade em vias de medicalização*, posto que espaço para práticas e saberes *extraoficiais* era bastante dilatado e, não havia ainda um consenso ou monopólio do saber pelo especialista em Medicina em nenhum dos grandes centros europeus, sendo todos colaboradores na construção de um campo de conhecimento. O século seguinte completaria a tarefa de monopolizar os saberes, os sujeitos que estavam autorizados a exercer e os efeitos de sua ação (BARREIROS, 2014).

No século subsequente, essas teorias e práticas, embora muitas vezes se confrontassem, acabam por compor um todo eclético de explicações; uma espécie de centelhas de verdade que nortearam o discurso higienista na Europa e que por sua vez espalharam-se pelo mundo, chegando ainda no referido século ao Brasil.

O século XIX alvorece com a chamada Revolução Industrial em curso¹⁶. O crescimento populacional dos centros urbanos se dá de maneira rápida, nítida e

¹⁵ Para saber mais consultar ABREU, 2010.

¹⁶ Segundo Hobsbawm (2001), já podemos pensar em revolução industrial iniciada a partir da década de 1780, quando são retirados os “grilhões das forças produtivas”. Contudo, o processo só se faria sentir como um fenômeno perceptível e discursivamente construído a partir da década de 1840, quando a produção literária de época dá conta dos novos fenômenos produtivos, técnicos e sociais que desencadeou.

ininterrupta. Esse inchaço dos centros urbanos se reflete na ocupação desordenada das cidades, pelo êxodo rural e pela constituição de uma nova massa de operários que não mais estava atada aos laços comunitários, nem ao modo tradicional de trabalho. Grassava não apenas a coação econômica do operariado, mas seu completo despreparo para exercer funções, acirrando clivagens sociais e *desmoralizando* os novos operários:

Tudo concorria para aumentar essa desmoralização. As cidades e as indústrias cresciam rapidamente, sem planejamento ou supervisão, e os serviços mais elementares da vida da cidade fracassavam na tentativa de manter o mesmo passo: a limpeza das ruas, o fornecimento de água, os serviços sanitários, para não mencionarmos as condições habitacionais da classe trabalhadora. A consequência mais patente desta deterioração urbana foi o reaparecimento das grandes epidemias de doenças contagiosas [...]. (HOBSEBORN, 2001, p. 224).

Amontoados em espaços não planejados, especialmente cortiços e bairros operários, as novas populações operárias geraram, aos higienistas do corrente século, os mesmos problemas com que a geração dos seus pais do final do século XVIII se defrontou (organização dos espaços urbanos, ventilação, aglomeração de pessoas) aumentados de maneira exponencial e sem precedentes, especialmente com a questão da água e os grandes surtos de cólera que varreram o continente a partir década de 1830¹⁷.

A doença nesses contextos é vista como parte da clivagem social gerada nos grandes centros urbanos nos anos oitocentos na Europa. As novas classes médias e altas daquelas composições sociais não eram atingidas pelas moléstias do operariado, o que não tornava urgente quaisquer medidas mais enérgicas de combate às epidemias (HOBSEBORN, 2001). Corroborando o historiador inglês, Rosen (1994, p. 153), aponta que nas primeiras décadas do século XIX.

a pobreza e o infortúnio social já se espalhavam mais do que nunca, em virtude das mudanças na agricultura e na indústria, a despeito de várias ações, porém, o problema da massa de trabalhadores e suas precárias condições de vida, permaneceu sem solução.

Contudo, o não acometimento das elites econômicas pelas epidemias dava-se justamente pela aplicação do método de remoção e isolamento dos grupos

¹⁷ Hobsbawm (2001, p. 224) também informa sobre duas grandes epidemias no continente: tifo e cólera na década de 1830 e tifo, cólera e “febre recorrente” na década de 1840.

operários em bairros próprios, prática iniciada com os higienistas do século anterior, criando assim espaços urbanos nitidamente apartados: um “sadio” e “civilizado” e outro “doente” e “atrasado”.

Outro problema decorrente da industrialização refere-se à qualificação dos trabalhadores em vários setores. Provenientes em sua maioria do campesinato, os operários recebiam pouca ou nenhuma instrução formal, além de atender, no caso dos artesãos, a outro ritmo de produção. As fábricas necessitavam de trabalhadores aptos e disciplinados a cumprir horários e as metas máximas de produtividade, por isso não somente a instrução se torna importante, como também o controle dos *vícios* e das doenças, a fim de extrair a maior quantidade possível de trabalho do operário (HOBSEWANE, 2001).

O avanço dessa sociedade pelo mundo e a consequente mundialização dos problemas decorrentes dela, levou as mazelas sociais também a todos os grupos sociais. Nesse contexto, os *maus hábitos* da classe operária (como a bebida, a vadiagem, a promiscuidade) passaram a ser preocupação não só dos industriais (como empecilhos a produtividade), mas também aos grupos mais abastados, atingidos pela criminalidade, pelas turbas descontentes e pelas doenças que vinham desses grupos. Sobre isso, fala Hobsbawm (2001, p. 225)

Só depois de 1848 quando as novas epidemias nascidas nos cortiços começaram a matar os ricos, e as massas desesperadas que cresciam tinham assustado os poderosos com a revolução social, foram tomadas providências para o aperfeiçoamento e uma reconstrução urbana sistemática.

Cobrando o duplo espaço de proteção dos corpos da elite, formação de um consenso social e exponenciação da produtividade, ocorreu o surgimento da *ciência do trabalho* que colaborou, por exemplo, para a redução da jornada, o aumento nos intervalos e melhores condições de vida para o trabalhador (RABINBACH, 1992). O operário, *desmoralizado* pelo salário, pela doença e pelo vício precisaria de ajuda para sair da sua situação:

A bebida não era o único sinal desta desmoralização. O infanticídio, a prostituição, o suicídio e a demência têm sido relacionados com este cataclismo econômico e social, graças em grande parte ao trabalho reunido na época daquilo que hoje dia seria chamado de medicina social (HOBSEWANE, 2001, p.225).

Diante dessa situação diversos escritores, médicos e filósofos começaram a traçar planos e discursos acerca das possibilidades para a melhoria de vida da

população. Sem dúvida essa mentalidade que começa a ser construída deu suporte ao *movimento higienista*. A autoridade científica acumulada e distribuída por institutos e discursos, são usados como meio de convencer governos, industriais e a própria população sobre a necessidade da aplicação da ciência em suas práticas diárias. O movimento urbanização/sanitarização teve como um de seus vieses a ideia de valorizar a população como um bem, como capital, como um importante recurso da Nação (RABINBACH, 1992) ¹⁸.

A educação e a higiene são apresentadas formalmente nesse contexto. Além de preparar os alunos para o mundo das fábricas, os cursos primários passaram a adotar a higiene como componente formativo. Mas não somente como saber, a própria estruturação dos prédios, o vestuário, a alimentação e o exercício dos corpos apontam para uma conexão mais profunda da higiene com o cotidiano das crianças.

Escapa-nos ainda a dimensão essencialmente prática dos saberes que se tornariam bases fundantes das verdades científicas do século XIX. Estabelecidos em vários setores, e em paralelo a toda prática higienista que vimos trabalhando até aqui, produziu novas categorias de apreensão e entendimento do mundo social. Ao fim, o higienismo como prática política pela ciência, ou científica através da política, absorveu ao longo de sua trajetória conceitos que reforçavam seu status social e que reafirmavam seu poder sobre os corpos da sociedade.

A primeira tarefa do médico é portanto, política: a luta contra a doença deve começar por uma guerra contra os maus governos; o homem só será total e definitivamente curado se for primeiramente liberto [...] Em uma sociedade finalmente livre, em que as desigualdades são apaziguadas e onde reina a concórdia, o médico terá apenas papel transitório a desempenhar: dar ao legislador e ao cidadão conselhos para o equilíbrio do coração e do corpo (FOUCAULT, 2004, p.36).

O médico sanitaria, assim, que começou como organizador do espaço urbano, passou pela organização da produção e se tornou, ao final do século

¹⁸ RABINBACH, é um especialista norte-americano em [história europeia](#) do século XX, professor de história na [Universidade de Princeton](#) e diretor do Centro de Estudos Europeus que defende a tese de que houve uma preocupação com a saúde do trabalhador, através da chamada 'ciência da fadiga', sendo este ponto de partida para a formação de um dos vieses que compôs mais tarde o discurso higienista. No seu entender, houve uma preocupação com o ele chamou de 'Motor Humano' que seria o trabalhador, com observações feitas por meio de análises de dados de produtividade das fábricas, na qual mostra que o excesso de horas de trabalho apontava para baixos rendimentos o que possibilitou repensar o tempo de permanência e consequentemente a redução da jornada de trabalho, na França, onde a pesquisa ocorreu. (RABINBACH, Anson. *The Human Motor*. Los Angeles: University of California, 1992. Disponível em: <https://history.princeton.edu/people/anson-rabinbach>. Acesso em: 20/07/2016.

engenheiro social. Munido do Positivismo, Evolucionismo, dos determinismos de diversas vertentes e do Darwinismo Social, que se desenvolvem ao longo do século XIX, o higienista/sanitarista reificou sua posição de poder. (SCHWARCZ; 1993).

Não nos cabe aqui também pormenorizar cada inferência, seja das Ciências Biológicas, seja das nascentes ciências sociais na construção desse cabedal intelectual e sócio-político dos higienistas. Contudo, para fins do objeto em questão trataremos a seguir de como esse pensamento se configurou no Brasil.

2.2 Encontros possíveis de higienismo e educação no Brasil

A construção do discurso e da prática higienista/sanitarista no Brasil também não é um simples movimento de transposição de ideias e instituições europeias; nem mera aplicação de manuais e livros adquiridos no exterior, ou ainda, resultado isolado de correspondências, cursos e visitas dos maiores intelectuais deste país com a nata da intelligentsia europeia. A estrutura social e as dinâmicas sociais aqui presentes deram outras conotações ao movimento, apesar de terem semelhança inquestionáveis aos atos perpetrados por seus pares na Europa.

Mais do que o produto do crescente poder do discurso científico, como no século XVIII, ou da necessidade de gerenciar grandes contingentes populacionais em uma zona urbana para fins de produção e resguardo dos corpos das elites, como no século XIX, o discurso higienista brasileiro precisou passar por um processo de fortalecimento institucional e adaptações epistemológicas até ter meios de fato para agir e reorganizar o meio social urbano brasileiro.

O recorte que concerne a este trabalho, a República dos anos 1920 aos anos de 1930, quando o estágio de urbanização estava em outro patamar, não pôde prescindir de conjunturas anteriores, especialmente do século XIX, tampouco desconsiderar as discrepâncias que apartaram os grandes centros econômicos do país das cidades em regiões de menor importância.

No entanto, no que diz respeito à construção do espaço social e do ganho institucional dos higienistas, é preciso entender o contexto social em que os discursos aportam e se rearticulam, ou seja, a configuração socioeconômica da época imperial (especialmente a partir da segunda metade do século XIX); como ao longo desse período o discurso e as instituições em que ele se expressa ganham poder de ação num meio cada vez mais urbanizado; e finalmente, como essas práticas se

apresentam após a mudança de regime, a partir da Proclamação da República, em 1889.

De antemão, temos de entender que o Brasil não é uma “nação industrial”, em outros termos, os processos socioeconômicos nos meios urbanos europeus que alimentaram práticas e discursos não encontram correspondentes no mesmo patamar aqui. De acordo com Costa (2010), aqui se vivia um modelo agroexportador baseado em grandes propriedades rurais e na mão de obra escrava, gradativamente substituída por mão de obra assalariada a partir segunda metade do século. Essa configuração social imprimiu a marca rural do país que perdurou para além do recorte deste trabalho¹⁹.

Até meados do século XX as cinco maiores cidades do Brasil são o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Belém que não atingiram a quantidade de 1 milhão de habitantes até antes da década de 1920 (COSTA, 2010). Entre essas ilhas mais densamente povoadas estavam pequenas povoações, que não excediam os 20 mil habitantes, mas que também tinham status de núcleos urbanos, a despeito da influência mais forte do meio rural:

a maioria dos núcleos urbanos do interior, caracterizava-se por um aspecto descuidado, sendo imprecisos os limites entre a zona rural e a zona urbana. Boa parte da população vivia em chácaras, cujos limites chegavam à cidade. A maioria das casas era construída de taipa, segundo a tradição colonial. Muitas permaneciam fechadas durante a semana, pois os moradores só vinham às cidades durante os domingos e dias de festa quando compareciam a cerimônias religiosas e faziam compras nas lojas e feiras locais. Continuavam, na sua maioria, a viver no campo. Vacas, cabras e cavalos eram frequentemente vistos pastando nas ruas da cidade onde, não raro, o capim crescia nas praças e nas ruas, por entre as pedras toscas do calçamento, em virtude do escasso trânsito urbano. (COSTA, 2010, p. 243).

Esse quadro de cidades interioranas fora ainda muito comum em todo o Brasil, a exemplo do que vimos na Europa, no entanto, ao contrário do que acontecia naquele lado do planeta, as cidades brasileiras são articuladas em função dos vastos meios rurais, ao invés de estabelecimentos fabris. No Brasil, a ocorrência de cidades, e seu consequente incremento, se deu especialmente por serem sede dos poderes

¹⁹ Dados sobre o IBGE nas décadas subsequentes desde o século XIX nos apontam a disparidade da população rural e urbana. Para exemplificar, podemos citar que mesmo já na década de 1940, o Maranhão tinha uma população total de cerca de 613.938 homens e 621.231 mulheres, somando ao total de 1. 235.169 habitantes ao longo de todo o estado. Sendo que, destes, apenas 185.552 habitavam zonas urbanas, enquanto que 1.049.617 habitavam áreas rurais. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf acesso em 21/07/2016 às 11:16. (Anexo A).

administrativos e dos agentes comerciais das mais variadas nacionalidades que se instalam após a Independência. Dessa forma, sem as demandas de mão de obra de uma sociedade fabril os centros urbanos eram bem menos povoados que os europeus, mas não necessariamente menos problemáticos (COSTA, 2010).

A escravidão, herança do antigo sistema colonial português, configurou-se como uma necessidade das grandes lavouras na produção permanecendo relevante até quase ao final do império, quando dividia espaço com a mão de obra imigrante, sendo o campo o destino da maioria dos cativos. Para fins do nosso recorte, focamos apenas na faceta urbana desse fenômeno. Nesses meios, apesar da diversificação de funções e do relaxamento de certos tratamentos com os cativos, ainda havia desconfiança generalizada com sua presença, existindo para isso certos resguardos legais quanto a sua mobilidade nesses espaços²⁰.

Selbach (2012, p. 7) elucida que

Se nos dois primeiros Códigos procurava-se conter a pressão do negro cativo no espaço urbano, no terceiro Código, já sob o advento da República e da abolição, a pressão era para conter o mesmo grupo social que, embora liberto, não tinha mais denominação definida. Os capítulos XV e XVII eram especiais neste sentido. Os artigos 118 e 119 impediam a circulação dos alienados. Os embriagados encontrados vagando pela cidade seriam detidos e os bodegueiros que vendessem bebidas “espirituosas” aos já embriagados seriam multados (art. 120). De igual, quem mantivesse em casa animais perigosos (artigos 121 e 122). Os artigos 139 a 144 proibiam quem fizesse vozerios nas ruas e praças, praticasse injúrias, obscenidades, atos contra a moral, tocadadas, ajuntamentos, batuques, cartomancias e curativos por meio de imposturas.²¹

O interstício social entre os grandes proprietários e o grupo escravo comportou uma gama de sujeitos em diversas funções. À sombra destes proprietários, altos comerciantes e burocratas postavam-se como articuladores e mantenedores do *status quo*. Enquanto os comerciantes cuidavam do financiamento da produção, bem como aquisição e dispersão de bens, entre eles os escravos (COSTA, 2010; PRADO JR, 1998); Por sua vez, os burocratas, além de exercerem as funções administrativas

²⁰Sobre isto ver Códigos de Posturas da cidade de São Luís de 1893 e 1936, (disponíveis na Biblioteca Pública Benedito Leite, Setor de Obras Raras), os quais revelam parte da realidade desta época, apresentando as normatizações, permissões e proibições, práticas que eram aceitas ou rejeitadas, e acima de tudo determinava a ação social disseminada ou criminalizada.

²¹Informações extraídas do artigo “O ir-e-vir nos códigos de postura de São Luís/Ma: 1842, 1866, 1893, 1936 e 1968”, apresentado nos Anais: Seminário de História da Cidade, 2012. Disponível em: [PDF] **de unuhospedagem.com.br**. Ver também: Mobilidade urbana em São Luís, do mesmo autor Jeferson Francisco Selbach, disponível em: <https://books.google.com.br> .acesso: em 15/07/16 às 18:30.

de toda sorte, tinham entre seus membros alguns sujeitos preocupados em adquirir o conhecimento científico que afluía da Europa.

Por outro lado, os grupos urbanos fora desses círculos, os trabalhadores livres, convivem com os escravos no espaço público. Exercendo eles também as mais diversas funções na cidade, não raro competiam com os cativos por ocupações. Com o decorrer do século e a diversificação das ocupações urbanas, formou-se um grupo menos dependente da mão de obra escrava que forneceu parte dos intelectuais que trataremos mais à frente (COSTA, 2010). Esse quadro acabou por confundir, aos olhos das elites, um e outro grupo, especialmente por conta da alta mestiçagem que havia no país (CARVALHO, 2004).

Mesmo antes que os capitais disponíveis no mercado externo e a alta nos preços dos produtos de exportação, especialmente o café nas três últimas décadas do século XIX, criasse uma demanda pela modernização no Brasil, algumas “atualizações” estavam em curso antes mesmo da Independência, no chamado Período Joanino.

As demandas sociais por certos serviços eram bem maiores do que o atendimento dos *práticos* poderia proporcionar (especialmente dos emigrados portugueses), por isso era preciso criar instituições de ensino que reproduzisse certos profissionais como boticas, barbeiros, engenheiros e artífices de toda sorte. A maioria desses processos se deu durante todo o século XIX e ainda não se completou em vários estados no período republicano, encontrando ainda muitas dificuldades para se estabelecerem cursos e contratarem professores capacitados (SANTOS FILHO, 1997).

No que tange aos assuntos relativos à saúde, ou de uma pequena parte do público urbano, o então regente Dom João criou duas faculdades de Medicina: uma na Bahia em 1808, e outra no Rio de Janeiro, no mesmo ano. Anos mais tarde, em 1813, criou a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Apenas na década de 1830, já durante a Regência, é que foi reformulado o ensino para abarcar também a área de Farmácia e Obstetrícia (SANTOS FILHO, 1997).

Até antes da metade do século o espaço reservado às questões de saúde foi legado às Câmaras Municipais que além de elaborarem os códigos de posturas²²,

²² Sobre códigos de posturas, convém elucidar que meios com os quais é possível revelar parte da realidade de sua época, pois que normatizam permissões e proibições, práticas que são aceitas ou rejeitadas, a ação social disseminada ou criminalizada. De acordo com Pesavento (2004), é “uma

inspeção de alimentos, drogas, e boticas, promoveram a limpeza pública. Os hospitais civis eram escassos, sendo um trabalho feito predominante pela Igreja Católica através das Santas Casas. Procedimentos científicos dividiam espaço com a fé, *elixires*, *benzedeiras* e *curandeirismos*. (SANTOS FILHO, 1997).

Em outros termos, não havia nem profissionais de medicina suficientes para atender as demandas de saúde urbana, tampouco para as cidades interioranas e meios rurais. Sem poder político ou discursivo, tampouco institucional, encontrava-se o profissional da saúde submetido aos órgãos públicos municipais.

A partir da segunda metade do século XIX, os capitais dedicados ao tráfico negreiro são transferidos a outras atividades e as conjunturas internacionais geraram aumento na demanda por exportações, acelerando a dinâmica da vida urbana pelas transformações das relações econômicas

O país entre bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. O decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro. Boa parte desses empreendimentos e outros semelhantes que aparecem pela mesma época não representam mais que especulação estimulada pela subida libertação dos capitais dantes invertidos no tráfico africano [...]. (PRADO JÚNIOR, 1998, p 192).

Apesar de alguns revesses experimentados mais à frente nesse crescimento, a tendência foi do aumento de serviços e da população do espaço urbano, sempre com a ressalva que, se comparado ao contingente populacional rural do país ou mesmo dos grandes centros mundiais, era relativamente tímido. Embora, os chamados *melhoramentos* nos meios urbanos nesses contextos favoráveis advieram da maior presença de proprietários rurais com residências fixas nas cidades. Esses grupos vieram para engrossar as fileiras de habitantes urbanos juntamente com burocratas, comerciantes, a crescente categoria de profissionais liberais e a massa de trabalhadores urbanos, entre livres e cativos (COSTA, 2010).

forma objetiva de normatização da vida ou do controle social que pressupõe uma representação da sociedade desejável", sempre em determinado momento histórico.

Com relação a esse último setor, que fora acrescido com o fluxo de escravos e imigrantes ao longo dos séculos XIX e XX, não houve melhoria significativa em suas habitações, já que não havia uma organização maior dos seus espaços de vivência, proliferando tipos de moradias desorganizadas com grande número de habitantes, chamadas de cortiços. Aos quais Chalhoub (1996) já localizara em códigos de postura datados de 1855.

As *melhorias* iam desde as mais funcionais para a economia agroexportadora, como os quilômetros de linhas férreas ligando centros de produção rurais até os portos das cidades, a instalação de telégrafos e lampiões a gás para iluminação pública, e, perto do fim do século, a instalação de bondes, telégrafos e telefones. Só que a avalanche não era apenas tecnológica, juntamente com as novas tecnologias, novas ideias deveriam dar *banhos de civilização* na sociedade brasileira (COSTA, 2010).

Adotar *ideias novas* não era uma tarefa simples para os que se dispusessem a dirigir intelectualmente o país. Além da proeminência dos políticos ligados aos setores mais pulsantes da economia, eivados ainda do paternalismo e da escolástica de inspiração humanista clássica e cristã, vivia-se um “ecletismo filosófico” que tentava assimilar as grandes correntes de pensamento que pululavam na Europa (COSTA, 1997).

As instituições de ensino superior fundadas no Brasil, ao longo do século XIX, foram timidamente absorvendo algumas linhas de pensamentos que já grassavam na Europa desde pelo menos a década de 1820. Apesar de serem esforços pontuais de “atualização” do pensamento brasileiro, essa insipiente *intelligentsia* tropical, filha do processo de expansão dos negócios rurais, ganhou força discursiva e efetiva nos espaços urbanos ao final do Império, organizando ações e recriando discursivamente modelos explicativos para toda a coletividade nacional (SANTOS FILHO, 1997).

Segundo Schwarcz (2002), o Positivismo, o Darwinismo Social e o Evolucionismo foram as balizas que nortearam os cientistas sociais brasileiros, bem como boa parte dos europeus, a partir da segunda metade do XIX, estendendo-se até meados do século XX. Dialogando com a Biologia, a Medicina e as recém-criadas Ciências Sociais, os sanitaristas, formados nos cursos de medicina do Brasil, e não raro da França, se apropriaram de conceitos como evolução, raça e determinismo para entender a realidade brasileira, sua população e propor soluções para seu

estágio “atrasado”. Quanto à chegada dessas ideias no Brasil, Sevecenko (2003, p. 96) diz que

os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um novo mundo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectiva ilimitadas, como ele se pretendia.

Bebendo neste *fluxo cultural europeu* deu-se início, ainda em fins do século XIX, ao processo de mudanças que culminariam mais tarde na intervenção mais direta, tanto na estrutura urbana das cidades quanto na questão da educação, nas décadas de 1920 e 1930, objetivo deste estudo.

Apesar de ansiar por um “estágio de civilização”, as elites intelectuais, entre eles os higienistas, não fizeram mera transposição dos saberes construídos nos “países civilizados” para a experiência brasileira. Embora tivessem acesso às publicações mais recentes dos assuntos, trocassem correspondência com as autoridades intelectuais de várias correntes de pensamento, recebessem visitas de pesquisadores de todo o *mundo civilizado* e fizessem cursos no exterior, os intelectuais brasileiros tiveram que reformular, adaptar e ressignificar as ideias que lhes foram apresentadas (SCHWARCZ, 1993; SANTOS FILHO, 1997; COSTA, 1997).

Uma das grandes inquietações a permear os discursos acerca da realidade brasileira, especialmente no que tange à possibilidade de “civilização” de sua sociedade, girou em torno do conceito de raça. Alguns racialistas de maior vulto, como o Conde de Gobineu, defendiam que havia uma pré-disposição racial ao estágio de civilização, com óbvia hegemonia de brancos frente a outras populações no planeta, não havendo qualquer tipo de temeridade com populações “inferiores” e “racialmente puras” (SCHWARCZ, 1993).

Porém, no que dizia respeito a mistura de raças, questão que não assombrava aos europeus da forma como assombrava aos povos da América, havia não só a inaptidão à civilização, mas uma condenação prévia ao fracasso social. O Brasil, como paraíso de *raças degeneradas*, porque mestiçadas, estaria fadado ao fracasso num *futuro breve* (SCHWARCZ, 1993). Essa degeneração não se daria apenas na inaptidão intelectual do mestiço brasileiro ou pela sua inclinação natural à subserviência, indolência e trabalhos manuais, mas para uma tendência ao crime, à loucura, aos vícios e também à doença (SCHWARCZ, 1993).

A *intelligentsia* brasileira recusava-se a dirigir um *país degenerado*, mesmo não sendo ela o grupo hegemônico no comando, mas os interesses dos setores mais pulsantes da economia (MICELLI; 2001), no entanto fez-se presente na tentativa de recriação eugênica do Brasil, especialmente após a década de 1870²³. Quando a pressão do crescimento da produção cafeeira demandou mão de obra para além das possibilidades da debilitada escravidão, houve a preferência por trabalhadores europeus, portadores de “civilização”, em particular, portugueses, italianos e espanhóis. (SCHWARCZ; 1993).

Uma contrapartida foi criada por parte da intelectualidade brasileira invertendo o princípio da “lógica degenerativa” de Gobineu. A mestiçagem com a raça hegemônica, o branco europeu vindo na condição de trabalhador livre ou colono, ao se misturar com o grupo mestiçado local, ou *sub-raça*, poderia ao longo de algumas gerações diluir os aspectos negativos dos grupos nativos e reencaminhar a sociedade renovada e branqueada ao tão sonhado “estágio civilizado” (SCHWARCZ, 1993).

Entretanto, havia uma distância muito grande entre esse futuro racialmente redimido pela mestiçagem e o presente da realidade brasileira. As populações operárias e mestiças, acrescidas a partir de 1888 com o grupo de ex-escravos, preenchiam os espaços públicos, as oficinas e as moradias das maiores cidades do país. Elas foram tratadas com desconfiança e vigilância, *classes perigosas* por assim dizer, precisando de controle vindo das esferas superiores (CHALHOUN, 1996).

Outro pensamento balizou a ação da *intelligentsia* brasileira: a linha filosófica positivista. Baseada em August Comte que defendia a superação da sociedade metafísica para alcançar o estágio positivo (CARVALHO, 1990; COSTA, 1997). Não cabe aqui pormenorizar as nuances dessa linha de pensamento, tampouco o papel que vai desempenhar na construção sócio-política da República, porém, o positivismo praticado no Brasil deu-se por duas linhas principais: pelo contato direto com a filosofia (das quais decorrem as vertentes políticas utilizadas na

²³Sobre este momento nos esclarece JANZ JÚNIOR (2011, p. 3) ao discutir Eugenia e Higienismo, que: “Nas primeiras décadas do século XX, a utilização da dupla “higiene-eugenia” como promotoras da saúde no Brasil foi recorrente no discurso de médicos e educadores. O novo panorama urbano dos grandes centros brasileiros, marcado nesse início de século pelo rápido crescimento e aumento populacional marcante, criou uma demanda por soluções de caráter higiênico que permitissem um novo encaminhamento para as questões urbanas e sociais. Inseridos nesse contexto ideológico, muitos intelectuais se engajaram ao novo modelo de promoção de saúde do país, colocando em evidência agentes sociais como os médicos-higienistas e os professores”.

República) e as que foram assimiladas nos cursos técnicos por renovação epistemológica (COSTA, 1997).

O Positivismo era a base epistemológica na qual se formaram especialistas no país, especialmente médicos e engenheiros, com todo o rigor metodológico consagrado pela referida filosofia francesa. Os cursos de medicina, por exemplo, se converteram em centros de pesquisa de doenças tropicais já durante o Império, produzindo e divulgando conhecimento acerca das doenças sobre as quais pouco se sabia até então (SANTOS FILHO, 1997).

Esse saber acumulado deu o embasamento científico as ações dos sanitaristas ao final do Império e começo da República e tiveram no progresso técnico seu norte de ação.

A vertente política do Positivismo visava a elevação da coletividade por uma elite intelectual, dotada dos valores universais positivos, como o altruísmo e a solidariedade comunitária (CARVALHO; 1990). Trazia em si uma concepção “evolucionista” das sociedades humanas ao propor que o estado em que toda a coletividade seria gerida como um organismo racionalizado, tecnocrático e harmônico, logo *positivo*²⁴. Esse último estágio deveria ser a finalidade de toda sociedade que se pretendesse civilizada (CARVALHO, 1990).

Apesar de não ser ortodoxia dos principais pensadores positivistas a assumpção de cargos públicos, os chamados “positivistas práticos”, os quais deveriam ser apenas consultores na construção de uma *sociedade positiva*, refizeram sua função na sociedade brasileira, convertendo-se em uma burocracia tecnocrata a tomar medidas autoritárias que afetavam a coletividade (CARVALHO, 1990).

A mudança do Império para o regime republicano não trouxe alterações significativas na estrutura de funcionamento das relações sociais desenhadas ao final deste regime, a saber: a predominância da produção rural e da população majoritariamente localizada no campo; e a imigração de trabalhadores assalariados da Europa como solução as demandas de mão de obra; e ao branqueamento do país pela mestiçagem. As diferenças manifestas residiam na ausência da escravidão como

²⁴ Segundo o pensamento comtiano o termo “positivo” refere-se a uma correspondência quase imediata entre o fenômeno e sua explicação experimental/racional, estabelecida segundo métodos rigorosos e com resultados verificáveis no mundo empírico. Acreditando no progresso e na conservação de uma ordem social, o positivismo, não excluiu um projeto político ou uma aproximação emotiva da sociedade em momentos posteriores desse sistema de pensamento. A ocorrência desse termo no texto deve ser entendida pelo sentido aqui exposto, salvo em casos quando o sentido axiológico for expressamente mencionado. (GIOLO; 1993- impresso)

relação de trabalho e da febre especulativa que se acelerara com o novo regime (CARVALHO, 1987; COSTA,1997).

As relações sociais ainda se pautavam no desnível entre os grupos sociais burocráticos, comerciantes, produtores, investidores, os profissionais liberais que proliferavam mais visivelmente, e a massa de trabalhadores de toda sorte, entre eles os operários. Esse último grupo não fez parte de nenhum plano efetivo de inclusão social, propenso assim não só as doenças endêmicas, mas também aos *vícios*, a *vadiagem* e a *promiscuidade*. O Império tornara-se República e as classes perigosas continuavam a existir e a se multiplicar. Quanto a este conceito (classes perigosas), Chalhoub (1996) localiza dois pontos fundamentais para entender a diversidade urbana daquele período. Enuncia ele que

O primeiro é a construção da noção de que “classes operários” e “ classes perigosas” – para usar a terminologia do século XIX – são duas expressões que denotam, que descrevem basicamente a, mesma “realidade”, O segundo refere-se ao surgimento da ideia de que uma cidade pode ser apenas “administradas”, isto é, gerida de acordo com critérios técnico e científicos (CHALHOUB,1996,p. 20).

Logos nos primeiros anos da República, o saber acumulado pelos higienistas no campo das pesquisas e o poder institucional cedido pelos grupos políticos mais afeitos à *modernização*, transformaram os sanitaristas, antes consultores de inspetorias, em agentes de reordenação urbana e ações profiláticas coercitivas. Os problemas relacionados a questão da saúde reincidentes ao longo de todo o Império (como epidemias de febre amarela e varíola) seriam de vez sanados, ou ao menos assim se acreditava.

O movimento do *bota-abaixo*, despejamento de pessoas de cortiços e demolição dessas habitações, levado a cabo na capital federal, mostrava que a tolerância com os *maus hábitos* das *classes perigosas*, ou seja, as classes operárias urbanas, era quase nula. Corroborando essa postura Vigarello (1985, p. 165), menciona que

toda a máquina exige a limpeza frequente das suas engrenagens. Dessa forma, o corpo humano seria então uma máquina das mais delicadas, tornando-se necessário, portanto, velar pela sua limpeza e expulsão daquilo que se entende como sujeira.

Com essa alegoria da sociedade/corpo, corpo/máquina, podemos entender que o país precisava ser saneado da “sujeira” advinda das epidemias, da vadiagem, da marginalidade, do “atraso” em que se encontrava. O movimento higienista estava na linha de frente na reformulação do povo brasileiro, daí as tendências eugênicas da maioria dos higienistas. Nesse sentido, o principal papel do Estado foi o de manter a unidade política territorial do Brasil e ceder aos seus especialistas a gestão da sua população.

Um dos episódios mais marcantes entre as forças modernizadoras /civilizatórias e a “população ignorante” se deu no Rio de Janeiro, quando os moradores de bairros operários e cortiços iniciaram uma grande revolta contra a vacina obrigatória contra a varíola, idealizada pelo higienista Oswaldo Cruz, que seguia as medidas que já estavam sendo feitas na França e na Inglaterra desde o século anterior. O referido higienista foi o principal ícone no Brasil no que diz respeito à questão da saúde, tanto pelo seu *modus operandi* como pelas pesquisas desenvolvidas por ele, muitas inéditas no Brasil.

As discussões em fim dos anos 10 e durante os anos 20 na área da saúde pública se dão, grosso modo, à luz da obra empreendida por Oswaldo Cruz nas duas primeiras décadas do século e sob o peso das conquistas por ele alcançadas ao instaurar a medicina em bases científicas para combater a febre amarela, a varíola e a peste, e institucionalizar a pesquisa biológica e a formação de cientistas nesse campo. (LABRA, 1985, p 173).

Ao longo de toda Primeira República, as contribuições de Oswaldo Cruz foram o guia para sanear a sociedade. Entretanto, como a referida reforma deixara claro, havia um hiato entre a comunidade científica brasileira e a população que ela visava “curar”. No bojo desse conflito encontrava-se a completa incompreensão dos grupos higienistas *empoderados* pelas instituições públicas das condições reais de existência das populações urbanas. Uma síntese desse período nos é dada por Sevchenko:

Tanto o episódio de Canudos quanto o da Revolta da Vacina, com suas evidentes afinidades, são dos mais exemplares para assinalar as condições que se impuseram com o advento do tempo republicano. Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização “a qualquer custo”. As ações concretas desencadeadas por esses discursos, como visto nesses dois exemplos se traduziram em formas

extremas de opressão quando voltadas para as populações destituídas de qualquer educação formal e alheadas dos processos decisórios.(SEVCHENKO; 1998, p. 27).

Mas a modernização “*a qualquer custo*” é pensada muito mais para a apresentação aos investidores estrangeiros do que propriamente elevar culturalmente a população em geral. Para esse fim, um projeto educacional massivo deveria entrar em ação, a fim de “curar” a ignorância da população, era preciso elevá-la culturalmente. No plano educacional, a República ainda dava passos tímidos no sentido de ampliação dos serviços à população.

Os embates com os currículos tradicionais herdados do Império ainda se deram até pelo menos meados da década de 1930. Pretendia-se que a formação dos novos cidadãos girasse em torno da laicização e do cientificismo em oposição à formação literária (SAVIANI, 2007).

Desta forma, o ensino primário se ampliava pelas vias pública e privada, no entanto, não havia ainda uma eficiência muito grande para uma população que entrara no século XX com 60% de analfabetos (VEZLASQUEZ, 2010).

Conta-nos Saviani (2007, p.160) que a República que deveria primar pela formação da “consciência nacional” através da Educação, focando-se na “*educação de caráter, educação cívica, educação física e o papel da mulher como educadora*” traço da ortodoxia positivista na formação da ‘consciência republicana’ (CARVALHO, 1990) enfrentava problemas para se estabelecer.

Havia, por fim, grandes dificuldades na aquisição de verbas; currículos que oscilavam entre o positivismo e o humanismo/literário/católico; oficialização e desoficialização da rede de ensino; formação de professores (daí a criação de escolas normais desde o império); reforma de níveis; obrigatoriedade ou não do ensino, dentre outras questões que tornaram a criação de um sistema de ensino brasileiro uma quimera (SAVIANI, 2007).

Porém, algo que se tornou patente na abertura de escolas, de quaisquer níveis, desde a segunda metade do século XIX, e que a República, mesmo com seus problemas de realização manteve, foram as inspeções sanitárias que permitiriam o funcionamento das instituições de ensino. Higiene, moralidade, eugenia e instrução eram partes do todo que edificariam uma nova civilização brasileira. Não raro a escola mesma era metaforizada como um antídoto a “doença social” que eram o “atraso” e a “ignorância” (SAVIANI, 2007).

Na década de 1910, a substituição de importações realizada por conta da Primeira Guerra Mundial dera novo impulso à abertura de fábricas, à urbanização e ao inevitável inchaço das cidades. Os traçados e fachadas urbanas em art nouveau, aliados a novidades tecnológicas como o cinema, a indústria fonográfica e a explosão do mercado editorial tiveram grande impulso até meados da década de 1920. Todavia os problemas urbanos e populacionais persistiam (SEVCENKO, 1998).

Assim, na tentativa de formular propostas que solucionassem alguns desses problemas, políticos e intelectuais arrogaram-se como tarefa, ou mesmo uma *missão*, pensar os problemas do Brasil. Uma das medidas capitais para este intento foi fundação, em São Paulo, no ano de 1923, do Instituto Higiene.(SEVCHENKO; 2003).

De acordo com Rocha (2003, p. 44), no período que de 1922 a 1927, o Instituto de Hygiene passou a assumir um lugar de destaque no que diz respeito à política sanitária estadual, exercendo papel decisivo na produção de um discurso científico sobre as “questões urbanas” e na elaboração de estratégias de intervenção. Modelo que fora imitado posteriormente por institutos estaduais.

Esses discursos e estratégias tinham objetivo central a formação de uma *consciência sanitária*. Consciência essa, que só poderia ser desenvolvida através da educação. Assim, segundo Rocha, o Instituto de Higiene passou a apresentar a educação sanitária como primeiro plano para resolver esse problema no país. A partir disso passaram a deslocar os conhecidos métodos de policiamento sanitário para modernos métodos de persuasão (ROCHA, 2003, p. 44).

Os cursos de Medicina e Farmácia também eram o público-alvo dos chamados Manuais de Higiene, já que lidavam diretamente com a população adoecida. Acrescentava-se a esses manuais os Compendios de Hygiene a serem distribuídas a professores que já estavam com seu curso concluído, para complementar as informações recebidas durante sua formação ou garantir o acesso a esses saberes àqueles que ainda não tinham tido contato com esse material²⁵.

Sobre isto mencionam Lima e Pontes (1998, p. 7)

²⁵ As autoras compilaram algumas obras como: Higiene Escolar e Pedagogia de B. Vieira Melo de 1917; Noções de Higiene de Afrânio Peixoto de 1921; Biologia Aplicada a Educação de Aristies Ricardo de 1936; O Século da Crença de Oscar Clark de 1937; Higiene e Educação da Saúde de 1957.

Nesses volumes podemos achar diversos tipos de recomendações [...] trazem orientações sobre a vestimenta e a higiene pessoal dos alunos, bem como sobre a nutrição. As orientações eram dirigidas a professores e também a profissionais na área da higiene escolar, como por exemplo, o inspetor de higiene e o médico higienista, que eram os principais responsáveis pela saúde dos alunos no âmbito escolar". (LIMA; PONTES; 1998, p. 7)

Segundo Lima e Pontes (1988), o médico ficava responsável por vacinas, diagnósticos e acompanhamento físico e mental dos alunos, em contrapartida os inspetores supervisionavam as escolas e procuravam falhas na limpeza e organização do espaço escolar além de dar consultoria sobre a organização espacial e eventuais reformas. Mas abrangiam ainda mais

As orientações contidas nos manuais de higiene escolar são tão diversas que abrangem desde a construção do prédio escolar; a alimentação dos alunos; a configuração da sala de aula; a identificação de anormalidades nos alunos e o preenchimento da caderneta de exames médicos até sugestões sobre o tipo e o tempo de duração das atividades educacionais para cada idade (LIMA; PONTES, 1998, p.7-8).

Os manuais seguiam dispendo sobre assuntos como locais para construção da edificação das escolas, os recuos, as dimensões de salas de aula, materiais de construção, disposição de objetos no espaço, iluminação e qualidade do ar. Percebe-se que os sanitaristas converteram-se em verdadeiros engenheiros do espaço escolar.

Desse ponto em diante podemos observar uma alteração nos discursos higienistas no Brasil. Se até o começo da década de 1920 os conhecimentos dos médicos-higienistas sobre a população brasileira e sobre as condições sanitárias em grande parte do território nacional os fazia crer que as classes populares eram um perigo ao progresso do país por conta das teorias ligadas ao Darwinismo Social; agora passavam a ser vistas como *indolentes, preguiçosas e improdutivas* porque estavam doentes e abandonados pelas elites políticas. Nesse sentido, era necessário redimir o Brasil e para isso era preciso saneá-lo e higienizá-lo o mais rápido possível. (HOCHMAN; LIMA, 1996, p. 23).

O movimento que pregava o saneamento do Brasil passou, a partir da década de 1920, a concentrar esforços na rejeição do determinismo racial e climático. Com esse intento, entendeu-se que era preciso convencer o Estado a cumprir seu papel no campo social, já que este se encontrava inoperante nas questões nacionais.

Skidmore (1998), chama a atenção que desde os anos de 1910 já aparecem os primeiros nomes que apresentam um crescente esforço para educar o público no sentido de fazer entender que, na realidade, a improdutividade dos brasileiros seria por causa das doenças causadas por necessidades médicas e sanitárias não oferecidas pelos governantes.

Foi ainda, segundo esse autor, graças às campanhas de saúde realizadas por Rondon e Carlos Chagas neste período que possibilitaram aos brasileiros considerados “mais esclarecidos” desafiar as teorias deterministas raciais e climáticas que dominavam as discussões da elite, nas quais apontavam o Brasil como fadado ao fracasso. Todos estavam preocupados com uma raça que desenvolvesse o país e garantisse a formação de um Estado Nacional. (SKIDMORE, 1998, p. 117)

Em linhas gerais, percebemos que o percurso empreendido pelo discurso higienista encontra variadas formas de manifestações e práticas, passando na década posterior, os anos de 1930, a ser lugar comum tanto das medidas de intervenção social quanto da profilaxia através do ambiente escolar. Construindo uma concepção própria da sociedade brasileira, o higienista oscilou entre o burocrata tecnocrático, responsável pela sanitização e reordenação dos espaços urbanos, e o construtor de uma nação sadia e civilizada pelo estudante.

2.3 Maranhão: educação e higienismo

Compreender como as discussões tratadas até aqui se articulam no Maranhão requer que nos atentemos a algumas de suas especificidades. Tal qual ocorria com o restante do país durante o Império, a referida província também se valia do modelo agroexportador escravista como principal fonte de renda. A cotonicultura era responsável por boa parte das exportações imperiais, pelo menos até o começo da década de 1830, figurando por algum tempo como uma das províncias mais ricas do Brasil juntamente ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A partir da década de 1870, a cultura de cana-de-açúcar também gerou um certo período de euforia (MEIRELES, 2001).

Com ganhos dilatados no cenário internacional, a província era composta por grande número de escravos, e assim, como as demais regiões do país tinha a maior parte da sua população concentrada no campo. Suas cidades também não se tornaram tão extensas quanto as principais do Império, mesmo durante os grandes surtos de exportação que se deram ao longo do século XIX.

Os grandes produtores aproveitaram-se dos ventos favoráveis vindos do mercado internacional para dar uma instrução aos seus filhos mais condizente com o status econômico que usufruíam naquele começo de Império, enviando-os especialmente a faculdades em Lisboa, Coimbra e Paris (VELAZQUEZ; 2010).

O grupo de intelectuais que publicarem escritos que ganharam relevância nacional e cujas gerações sucederam ao longo do período imperial abarcando nomes como Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis, Odorico Mendes e Gomes de Souza, compuseram a chamada Primeira Geração de Atenienses²⁶. Às “linhagens” subsequentes, já no século XX, conhecidas como Segunda Geração ou “Novos Atenienses” formaram a linha de frente tanto nas discussões centrais da “civilização brasileira” como de querelas provinciais, não raro liderando movimentos pela educação, ou mais preciso, pela recuperação de um status de “grandiosidade da província”, são eles: Antonio Baptista Barbosa de Godóis, Antonio Francisco Leal Lobo, Antonio Lopes da Cunha, Domingos de Castro Perdigão, Domingos Quadros Barbosa Álvares, Fran Paxeco, Inácio Xavier de Carvalho, José Maranhão Sobrinho, José do Nascimento Moraes, José Ribeiro do Amaral, Justo Jansen Ferreira, Manuel de Béthencourt, Raimundo Lopes da Cunha, Raul Astolfo Marques e o próprio Achilles Lisboa. (MARTINS, 2006, p. 149-162).

Há poucas informações no que concerne a população da capital do Maranhão, especialmente por falta de censos confiáveis, no entanto, há indícios de que havia 25 mil habitantes em 1836-37, e em 1896, já em dias republicanos, contava com 50 mil pessoas (LACROIX, 2012). Podemos perceber que mesmo comparado a grandes centros do Brasil, a capital do Maranhão nos períodos de surtos de exportação nunca tivera uma população tão dilatada.

No que se refere à educação, apesar do aparecimento de tipografias, periódicos e clubes literários, promovidos especialmente pelos “novos atenienses”,

²⁶ Expressão utilizada durante o século XIX e bastante difundida ao longo de todo o século XX, quando a ideia de decadência cultural começa a aparecer por quem defendia a ideia de “Atenas Brasileira”. (BORRALHO, 2000: 40).

não havia tanta diferença do Maranhão de qualquer outra província periférica do Império. Com relação ao acesso ao ensino formal ou mesmo ao grau de alfabetização havia uma elite letrada intelectualizada e uma população geral, entre livres e cativos, que viviam à margem das letras (VEZLASQUEZ, 2010).

Havia instituições públicas de ensino, instituições privadas e, especialmente, religiosas, havendo uma certa clivagem no acesso dos indivíduos segundo sua renda, sexo e pertencimento social. A quantidade e continuidade no tempo de tais instituições não foram constantes, sendo pouco o seu número, relativamente curta a sua duração e baixa a sua procura fora dos grupos interessados em serviços educacionais (VEZLASQUEZ; 2010).

O maior e mais estabelecimento de ensino, era o Liceu Maranhense, escola pública criada em 1838, onde a maioria dos filhos de fazendeiros, comerciantes e funcionários públicos da província concluía os estudos secundários. Há informações da expansão das escolas de primeiras letras nas zonas rurais ao longo de todo período imperial, mas pouco se sabe sobre as condições concretas desse ensino (CASTRO, 2007).

Um dos problemas que mais atingiram a província, e mesmo quando essa se torna um estado durante a República, é a falta de professores capacitados para ministrar aulas em todos os níveis. Quando o Positivismo começou a adentrar mais fortemente no discurso educacional nacional, a partir da década de 1870, ainda não havia instituições com um trabalho continuado na formação e capacitação de docentes, situação que perduraria até 1890, quando uma escola normal fora fundada no Maranhão.²⁷

Os currículos dessas instituições, que eram chamados de “literários”, tinham moral e doutrina cristã como componentes curriculares, coisa que desagradava aos grupos que defendiam um ensino laico e afinado com as mais novas descobertas do campo científico, sobretudo durante o período republicano (SAVIANI, 2007).

Entre idas e vindas dos sabores do mercado internacional, a província do Maranhão teve seus pontos de rápida euforia, seguidos por longas depressões. Quando a escravidão sofreu os golpes das leis que visavam extingui-la, parte dos

²⁷ Vezlaquez (2010) relata que houve tentativas anteriores de criação de escolas normais na província em 1838, 1844 e 1874, mas todas acabaram fechando por falta de recursos e/ou interesse da população.

grandes proprietários vendeu suas propriedades (ou abandonou devido à alta desvalorização) e migrou para setores mais pulsantes da economia (MEIRELES, 2001, VIVEIROS, 1954).

Parte desses fazendeiros, contudo, aproveitou-se da febre especulativa do final do Império e começo da República e começou a investir seus capitais na indústria têxtil. O novo negócio ou “loucura industrial”, fez com o Maranhão atingisse por um tempo o status de segundo maior parque fabril do país. Atividade que parecia promissora atraindo um novo grupo de empresários fabris que acabaram diversificando suas atividades para produção de chumbo, sabão (VIVEIROS, 1954).

Assim como acontecera em outros centros urbanos, não havia mão de obra qualificada a trabalhar nas fábricas. O maranhão não teve melhor sorte na indústria do que tivera nas plantações no que tange aos períodos extensos de prosperidade, contudo enfrentou também as mesmas questões que cidades fabris enfrentaram, a saber: inchaço, desorganização de espaços, insalubridade, falta de escolaridade de seus trabalhadores, epidemias e a degradação moral que tanto afrontava a sociedade (prostituição, alcoolismo, jogatinas, vadiagem) (CORREIA, 2006).

Enquanto a *intelligentsia* maranhense se via as voltas com o preparo de seus filhos mais ilustres, já que a regra era de uma grande população não alfabetizada, a modernização do Estado pela educação permanecia inerte no campo das ideias. A realidade dos espaços físicos e da massa dos seus grupos sociais majoritários denunciava sua condição de “atrasada” que a simples implementação de um parque fabril não redimiria. A capital do estado, por exemplo, não estava isenta dos problemas urbanos de uma cidade herdeira de um conjunto de edificações em estilo tradicional português apresentava. Conforme relata Lopes

No início do século XX, da cidade colonial portuguesa das primeiras décadas do século XVII restam o traçado urbano do núcleo original e a permanência de alguns usos: o mercado, as praças, habitações. A esses elementos, agrega-se a arquitetura em estilo barroco pombalino, construída no século XIX, com seu padrão de ocupação dos lotes e suas tipologias, como elemento característico da paisagem urbana ludovicense. (LOPES; 2004, p. 24)

Essa *permanência de alguns usos* citada por Lopes (2004) nos aponta para a ideia de que se por um lado existia uma imagem de imponência dos tempos passados, no século XX, essa imagem reconfigura-se mediante o contexto econômico vivido que trará como consequência uma cidade com muitos problemas que serão

gerados por conta do fluxo de pessoas que chegaram a São Luís neste período, como nos mostra Espírito Santo

A implantação das primeiras indústrias têxteis e o surgimento de infraestrutura e serviços urbanos, como a criação da Companhia de Águas e da Companhia Telefônica, evidenciou um processo de crescimento, revelando a aplicação de recursos financeiros por parte do recém-surgido empresariado, classe composta por antigos agricultores que naquele momento passaram a trocar não só seus investimentos como também suas residências do interior do estado pelas da Capital. (ESPIRITO SANTO; 2006, p.76).

Em decorrência desse processo de saídas do interior para a capital relatada por Espírito Santo (2006), somado à decadência econômica por conta da falência do modelo agroexportador, a cidade sofrerá fortes consequências em vários sentidos. Especialmente a partir do segundo quartel do século XX, quando o tecido urbano da região do antigo centro econômico, a chamada Praia Grande, foi se degradando, tanto pela saída das famílias abastadas, que foram em busca de outras áreas da cidade, quanto pelo próprio decréscimo do comércio.

Segundo Lacroix (2012) na década de 1920, e com uma população de cerca de cinquenta mil habitantes, a cidade de São Luís tendo muitos de seus casarões abandonados, ocupados por pessoas da camada mais baixa da população, que passam a fazer desses casarões grandes pensões e a vinda de parte da população do interior, para a capital desde fins do século XIX, como já referido anteriormente, ocasionou um processo de inchaço na cidade que a estes tempos configurava-se em um tecido urbano ainda muito restrito.

Esse inchaço populacional ocasionou uma série de epidemias ao longo da virada do século XIX para o século XX e nas décadas seguintes. Nessa conjuntura o discurso sanitarista ganhou força, legitimado pela necessidade de profilaxia dos ambientes considerados insalubres e provocadores de males. Esse saber médico, disseminado pelo país e reforçado pelo Positivismo como pensamento hegemônico, toma a cidade por objeto, seja na atuação e nas memórias de viagem dos higienistas de São Paulo, Victor Godinho e Adolpho Lindenberg ou, ainda, nos artigos que Justo Jansen Ferreira publica no Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), sobre 'o saneamento do Maranhão' (1921), artigos reproduzidos pela imprensa oficial local (LOPES, 2004).

Nesse contexto, apareceram as primeiras intervenções, de início como discurso e somente algum tempo depois, mais especificamente anos 1920 e 1930,

como prática, no que tange ao processo sanitaria/higienista. Atuante nesse contexto, apareceram diversos nomes que permearam entre a saúde e a educação perpassando por problemas de um e/ou de outro, e por vezes dos dois.

Destacaram-se, nesse interim, Barbosa de Godóis, que participou e integrou-se ao projeto de modernização da educação maranhense, idealizado por Benedito Leite. Barbosa de Godóis chega a assumir a direção da Escola Normal e toda a instrução pública do Estado, tornando-se figura central no campo pedagógico maranhense nos primeiros anos do século XX (CASTRO LICAR, 2012).

Outro que colaborou em muito às questões educacionais maranhenses foi Antonio Lobo, intelectual autodidata, foi professor da Escola Normal, dirigiu a Biblioteca Publica do Estado. Antonio Lobo liderou um grupo de intelectuais denominado de O sistema, referência ao sistema solar, cujo principal objetivo era a troca de conhecimentos (CASTRO LICAR, 2012).

As discussões sobre a qualidade da instrução pública passaram a permear os assuntos tratados pelos intelectuais da época, casava-se a isso a situação de penúria vivida pela cidade. O resultado disto foi a inserção de médicos recém-chegados de grandes centros nos quais as interferências já haviam sido iniciadas, ou ao menos, já estavam em curso, como é o caso do Rio de Janeiro.

É neste contexto que aparece o médico sanitaria Achilles Lisboa, cuja trajetória será apresentada no próximo capítulo, no qual exploraremos de maneira mais minuciosa o processo que o levou a desenvolver sua tese da educação como hereditariedade social, a qual iremos nos deter mais minuciosamente nos capítulos seguintes.

3 CONSTRUINDO E RECONSTRUINDO ACHILLES LISBOA.

Quando se pretende trabalhar a trajetória social de um indivíduo, seja ele enquadrado no que a tradição biográfica chamava de grande personalidade²⁸ ou de uma chamada pessoa comum, é preciso percorrer um caminho tortuoso e, não raro, cheio de percalços. Por mais que a ilusão de um caminho reto e teleológico, atrelado unicamente a uma cronologia de ações, seja o caminho mais comum e ilusoriamente mais compreensível a se tomar, é preciso entender que o indivíduo não é um ente aspergido no mundo.

Quando se entende a construção de si mesmo como um *fazer-se*, deve-se levar em consideração não apenas a subjetividade, mas também as decisões e posturas que os sujeitos tomam em relação uns aos outros sujeitos que com ele se alinham e desalinham e as práticas de diversas naturezas com as quais se identifica e/ou recusa entre as possíveis no momento em que ele era/estava no mundo. (THOMPSON, 1987)

Podemos entender, a partir disto, o indivíduo parte como construção do grupo a que pertence e parte como invenção *estética de si mesmo* (NICOLAZZI, 2004). Para fins mais práticos desse trabalho reconhecemos que existem *espaços do possível* no qual o indivíduo se insere, atua, cria, recria, apreende e se posiciona no mundo. Esses espaços por sua vez estão atrelados aos grupos sociais nos quais o sujeito se insere, ou visa inserir-se, em oposições objetivas aos demais grupos de sujeitos que condicionam, mas não determinam, as condições de possibilidade desse mesmo sujeito de ser/estar no mundo em um tempo/espaço específicos. O sujeito não é desta forma nem senhor autônomo de seu próprio arbítrio nem tampouco, em sentido contrário, um produto puro e simples da época em que se insere, ou das estruturas e grupos nas quais viveu. (BOURDIEU, 1996)

Falar sobre Achilles Lisboa requer um olhar simultâneo já que sua atuação não se circunscreveu a apenas um campo social, mas em diversas áreas. Vida pública, educação, pesquisa científica, engenharia social, sanitarismo, jornalismo, docência, gestão de institutos e entidades públicas não só constituíram sua

²⁸ Passando pela construção da História do Pensamento Político, TUCK (1992), aponta para as correntes historiográficas que privilegiavam a especificidade do indivíduo, as biografias se tornaram apanágio dessas grandes personalidades, as quais expressavam as formas específicas com que esses autores pensavam as grandes questões.

idiossincrasia como indivíduo, mas também partes integrantes e definidores do seu espaço social, como também elementos congruentes em sua prática discursiva.

Todo o entorno sócio-político que tentamos trabalhar no capítulo anterior, a transição da Monarquia para a República, numa situação de expansão do capitalismo e inserção de países periféricos nesse enclave, tal como o Brasil, põe em discussão o papel que deveria desempenhar o país no cenário mundial (COSTA, 1987). Isso implicava na atualização da sociedade e sua consequente elevação aos padrões civilizatórios vindos da Europa não só sob a forma de capitais especulativos, filiais de empresas estrangeiras, produtos, oferta de serviços de diversas naturezas e inovações tecnológicas, como também a participação da *intelligentsia* nativa nas grandes discussões mundiais sobre os rumos dos saberes nos mais diversos campos da ciência. (SCHWARCZ, 1993).

Este contexto abarca não apenas Achilles Lisboa, mas vários de seus contemporâneos, que seguiram os passos de diversos intelectuais brasileiros antes deles, especialmente a partir da década de 1850 (SANTOS FILHO, 1997). Tentar reconstruir um indivíduo, representação sobreposta a uma rede de representações justapostas e aglutinadas, apresenta grandes dificuldades. Embora tratemos aqui de um personagem que ganhou notoriedade por sua participação na política maranhense ao assumir o governo do Estado, em 1935, vemo-nos restritos aos quistos documentais que conseguimos minerar.

Por isso, se há abundância de material autoral do personagem ou sobre este personagem nas décadas de 1920 a 1930, quando suas publicações e ações políticas fizeram-se mais evidentes, o mesmo não ocorre quando recuamos para a década de 1910, os primeiros anos do século XX, ou mesmo suas condições de nascimento e formação escolar no século XIX.

O desaparecimento dos vestígios de Achilles Lisboa também se dá quando avançamos no tempo, longe do epicentro das agitações políticas, quando ele foi publicando cada vez menos, culminando com sua morte no início dos anos de 1950, aos 72 anos de idade, mais precisamente em abril de 1951, vítima de um câncer de pele. (SOUZA, 2000; CORDEIRO, 2013)

Uma das grandes dificuldades de rastrear essa figura, da sua gênese em 1872 até sua morte em 1951, é a grande quantidade de residências em que se fixara, com passagens em vários estados (Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Maranhão), que incluíam trabalhos em instituições de pesquisa, palestras e mesmo docência, incluindo

também em seu roteiro participações em eventos em outros países. Um verdadeiro trabalho de costura de referências teve de ser feito, já que vários escritos do autor estão espalhados em arquivos de outros estados em que morou, não sendo possível assim serem contemplados no universo da presente pesquisa.

Por isso, a fim de estabelecer uma relação mais segura com a trajetória que pretendemos montar neste momento, optamos por trabalhar no horizonte mais visível de sua atuação, sua vida pública nos anos de 1920 e 1930, de onde partirão regressões e progressões atentando para os momentos em que se tornou mais evidente sua presença, dentro de suas áreas possíveis de atuação.

Escolhemos como ponto de partida o que seria talvez o momento mais importante da trajetória de Achilles Lisboa, os anos de 1935 a 1936. Especialmente porque corroboramos Nunes (2000) quando aponta que os intelectuais brasileiros realizam pretensões políticas através do seu saber-poder. Aqui teria sido o ponto em que o referido médico estava no limiar da realização do seu projeto político para uma coletividade.

Desse modo, dentre os 72 anos de vida do nosso personagem, é este o preciso momento em que toda o seu cabedal de bagagem cultural, política e científica é mobilizado para que ele se torne o candidato ideal para um momento de reorganização política do estado do Maranhão. Assim nos é narrada a vitória de Achilles Lisboa nas eleições indiretas de 1935 por Cordeiro (2013, p. 33),

As 20 horas desse mesmo dia (21 de Junho), foi eleito, indiretamente, pelos deputados estaduais o Governador Achilles Lisboa com 16 votos, tendo o doutor Cássio Miranda, candidato do interventor, 13 votos, e um em branco. Pelo acordo para a eleição do Governador, Genésio Rego renunciou a cadeira de deputado federal recém-eleito, em favor de Godofredo Mendes Viana, sendo escolhidos pela mesma assembléia os senadores: Clodomir Cardoso, com 19 votos, e Genésio Rego, com 18, sendo que os candidatos do PSD, Josias Cunha, obteve 12 sufrágios e Alarico Pacheco, 11.

Os anos de 1930 apresentavam novas oportunidades de rearranjo político, ou pelo menos, outras formas com que as forças políticas tradicionais de um Estado periférico como o Maranhão pudessem perpetuar seu jogo de disputas sob a égide de novas regras. O jogo eleitoral fora suspenso com a Revolução de 30, do mesmo modo que também fora suspenso o judiciário e destruídos todos os representantes do executivo e legislativo anteriores. Urgia reiniciar o jogo em todas as esferas, no entanto, ainda havia muitas dúvidas de como fazê-lo.

De 1930, ano da revolução, até 1935, ano da posse de Achilles Lisboa, passaram pelo cargo de interventor, substituto do governador no cargo executivo estadual pelo menos até a promulgação de uma nova constituição, nada menos que nove indivíduos, entre interventores titulares e interinos²⁹, totalizando onze atuações políticas, antes do que viria a ser o primeiro governador da nova constituição, feito por eleição indireta pela assembléia constituinte estadual. O vitorioso desta disputa seria o próprio Achilles Lisboa.

Os militares ganharam bastante força política nas interventorias. Nem todos eles eram adeptos do que ficou conhecido como tenentismo, que era então uma força política emergente contra hegemônica que se organizara nos anos 20. Do mesmo modo, o socialismo, que também fora uma outra força contra hegemônica que tivera representantes entre os militares que encabeçariam o estado no começo da década de 1930.

No entanto, antes de termos personagens com essas posições ideológicas por assim dizer, alguns dos militares que conduziram interventorias já tinham pretensões políticas que prescindiam de ornamentos modernizantes, expressas na participação do jogo partidário diretamente em pleitos prévios e participando dos jornais da época, veículo onde os grupos de interesse político faziam saber suas propostas, oposições e acusações (MEIRELES, 2001).

Dessa forma vemos os militares (não necessariamente os tenentistas) como mais um grupo a entrar no jogo de espaços políticos do Maranhão. Valendo-se de sua posição nas interventorias eles realinhavam e desequilibravam o jogo de poder a favor dos grupos que apoiavam, ou mesmo criando novos grupos de interesse. Ao todo estiveram 8 militares à frente da interventoria, sendo apenas o Padre Astolfo Serra o titular do cargo de interventor que não figurara na corporação.³⁰ (MARANHÃO, 1992).

²⁹Segundo maranhão (1992) e cordeiro (2013), foram esses os interventores do Estado do Maranhão que antecederam Achilles Lisboa: Major José Luso Torres (15/11 a 27/11 de 1930); Bel José Maria dos Reis Perdigão (27 ou 28/11 de 1930 a 08/01 de 1931); Astolfo de Barros Serra (08 ou 09/01 a 17/08 de 1931); Tem Col. Joaquim Guardie de Aquino Correia (18/08 a 07/09 de 1931); Capitão Lourival Seroa da Mota com duas atuações (08/09 de 1931 a 12/01 de 1932 e 14/04 de 1932 sem informações sobre a data de saída); Bel. Amerino Wanick, com duas atuações (13/01 a 14/04 de 1932 e 10/02 a 29/04 de 1933); Cel Olavo Jansen Serra Lima Saldanha (30/04 a 28/06 de 1933); Capitão Antonio Martins de Almeida com 3 atuações (29/06 a 06/11 de 1933); Capitão Onésio Becker de Araújo com duas atuações (07/11 de 1933 a 05/02 de 1934)

³⁰ Sobre as primeiras interventorias ver Flavio Reis e Mario Meireles.

Além das forças militares que entravam na disputa, havia 05 partidos atuantes na capital do Estado. Quando da convocação da constituinte nacional, em 1932, os partidos eram: Partido Republicano, União Republicana Maranhense, Partido Socialista, Aliança Liberal e a Liga Eleitoral Católica. Dois anos mais tarde, no ano de 1934, já aprovada a nova Constituição, fora convocada uma constituinte estadual que também estaria responsável pela eleição de deputados federais, da câmara estadual, de 2 senadores e do Governador do Estado, no ano de 1934. O número de partidos se mantivera, no momento da constituinte estadual, no entanto, não havia mais a Aliança Liberal, e um novo partido, encabeçado por um ex-interventor se formara, o Partido Social Democrático (PSD). (CORDEIRO, 2013).

O clima na capital não era dos melhores. Muitos atritos se deram entre os grupos que disputavam espaço político. Havia acusações generalizadas de agressões e intimidações das mais variadas formas não apenas entre políticos, mas também com a Associação Comercial do Maranhão, ou mesmo com os membros da Igreja e do reestabelecido poder judiciário, tudo veiculado pelos jornais de época, que também assumiam papel de instrumentos de ganho de capital político. (BOURDIEU, 1996). É nessa situação tensa que o nome de Achilles Lisboa surge como uma opção política ao governo do estado.

3.1 O construto social e político de Achilles Lisboa

Não sabemos precisamente se a candidatura do Dr. Achilles Lisboa ao governo do estado do Maranhão fora por iniciativa própria, sendo ele a procurar partidos para se filiar, ou se, num caminho inverso, ele fora contatado pelos grupos locais, representados pela coligação entre o Partido Republicano e a União Republicana Maranhense, para concorrer contra o Dr. Cássio Miranda, candidato indicado pelo Capitão Martins de Almeida que fora interventor em 3 oportunidades e pretendia, decerto, perpetuar sua influência política no recém-formado governo constitucional. Mas será que a política estivera sempre como um ponto fora das pretensões do referido médico? Conseguimos rastrear inúmeras vezes, especialmente durante os anos 1920 declarações do próprio Achilles Lisboa acerca de sua participação em campanhas políticas.

O que era o Maranhão ao tempo em que fizemos a campanha contra o Dr. Urbano Santos? Sob o ponto de vista da saúde pública consintam-me que fale *ex-cathedra*, morria-se aqui muitas vezes sem se saber de que, tal era a deficiência dos recursos que a clínica médica, embora manejada por profissionais habilitados, tinha para os seus diagnósticos. Temos entretanto hoje uma filial do Instituto Oswaldo Cruz, estabelecimento de alto valor para nós e que nenhum outro Estado do norte possui. Quem no-lo trouxe? O Dr. Urbano Santos. (LISBOA, 1926, p 33)

Como visto acima, o nosso personagem está publicamente engajado em questões políticas, primeiro ao fazer uma campanha aberta contra um adversário (não necessariamente dele, mas do grupo político ao qual pertencia), e mais a frente fez elogio aberto ao adversário quando este tomou medida que ia ao encontro de suas propostas de governo. Todavia o mais emblemático fora a eleição do referido médico como prefeito de Cururupu, sua cidade natal, no ano de 1925. A postura desinteressada já aparecia em sua prática discursiva

Para me eleger, não pedi votos a ninguém: perguntei apenas, como epigrafe do meu programa, se os cururupuenses me poderão dar os seus votos para o cargo de Prefeito do Cururupu. É a resposta, sem interferência de quem quer que fosse, foi a unanimidade dos votos na eleição. (LISBOA; 1926, p. 24).

A despeito de suas múltiplas atuações em diversas áreas de conhecimento, o setor político³¹ (campanhas, acordos, alianças) já parecia ser tratado como menor interesse pelo nosso personagem. A auto representação de Achilles Lisboa ao tentar colocar-se acima do jogo partidário local, presume uma elevação moral do seu desinteresse e uma ligação direta com os interesses da sociedade em geral. Esta postura possivelmente deriva de sua formação positivista, que apesar de ganhar fôlego político-burocráticos no Brasil, tem em suas premissas uma postura dúbia de não pretensão política, mas ao mesmo tempo, um papel de orientador do corpo social (CARVALHO, 1990).

³¹ Aqui assemelhando-se perfeitamente ao tipo que Micelli (2001, p. 198) chamou de “anatolianos”, explicando que esses “eram polígrafos porque deviam satisfazer às mais diversas demandas da imprensa e dos políticos que os protegiam, mas também porque o grau incipiente de diferenciação do mercado cultural fazia apenas a imprensa pudesse garantir a difusão daqueles gêneros literários de baixa rentabilidade quando veiculado no varejo cultural.”

Concorria para esse fim também o prestígio social que Achilles Lisboa acumulara ao trabalhar não só nas áreas específicas de suas duas graduações, ou seja, tendo uma botica e uma clínica³², mas também sua presença nos órgãos públicos que tinham poder direto de intervenção no cotidiano social. Como corrobora Nunes (2000, p. 275),

O conhecimento médico funciona de certo modo como critério que habilita ao exercício da política [...] os profissionais da medicina, direito e teologia são tomados enquanto profissionais que tradicionalmente exercem influência na vida das pessoas, visto que, em sendo dominantes na ordem política, estes profissionais são encarregados de criar e controlar as práticas mais costumeiras e habituais em uma sociedade.

Esse contato direto com a população que deveria ser o alvo de quem governa, tanto para efeitos de eleição quanto para efeitos de saneamento social, dava o respaldo de especialista em gerenciamento de coletividades ao nosso personagem, que fora usada por diversas vezes em sua carreira. Sendo assim, por mais que quisesse parecer acima de um jogo partidário, Achilles Lisboa já seria um intelectual capacitado a estar à frente do estado, especialmente porque acumulara atividades especificamente políticas ao longo dos anos de 1920, e por isso mesmo poderia ser um escudo para que os jogos políticos continuassem a acontecer em segundo plano.

Ele apresentava a seguinte biografia em 1936: médico e farmacêutico, homem de 64 anos, casado, apesar de ser o segundo casamento, pai de 3 filhos³³, reconhecido notoriamente pelas suas publicações em termos de saúde pública, botânica e engenharia agrícola, profilaxia e tratamento de doenças, conferencista em vários seminários nacionais e internacionais sobre moléstias tropicais. Apresentava também publicações periódicas em revistas científicas e em jornais locais, onde dissertava de forma panorâmica sobre as grandes questões nacionais. Tinha conhecimento *in loco* da atuação sanitarista e conhecia pessoas importantes no ramo, entre eles Oswaldo Cruz, de quem fora discípulo em parte de sua vida. Para além disso, dirigira e atuara em centros de pesquisa ligados diretamente a órgãos públicos, sendo para além de um pesquisador também um burocrata. Era também fundador de várias instituições de pesquisa, ligadas as autoridades municipais e estaduais do

³² Ele chega a fazer menção a uma clínica na obra *Necropsia do Estado Novo* (1944) e ao longo da pesquisa descobrimos que Achilles Lisboa era proprietário de um consultório e de um laboratório na cidade de São Luís, Maranhão, funcionando na Rua 28 de julho. Localizamos aliás inclusive o anúncio quase que diário nos jornais da época conforme digitalizado e exposto nos anexos no fim deste trabalho.

³³ Sobre essas informações ver Manuscrito nos anexos fim deste trabalho no qual faz uma autobiografia.

Estado do Maranhão. Por fim, fora Prefeito de Cururupu e, provavelmente, tinha contatos político no Estado e na capital federal, dentre eles o próprio Getúlio Vargas, a quem recorrera na época de seu impeachment, sinalizando um certo grau de contato.(LISBOA; 1944).

Visto desta forma, Achilles Lisboa não era um nome ao acaso. Ao menos ali, nas circunstâncias conturbadas daqueles anos de 1930, ele tinha o currículo, os contatos, a experiência burocrática, a fama e até um projeto político modernizante que poderia servir de respaldo ao novo pacto político que pudesse se implementar no Maranhão. Para fins de nosso estudo é preciso descortinar alguns aspectos que propiciaram a nosso personagem os elementos que lhe permitiram chegar a esse ponto em sua carreira, a saber: a construção de sua notoriedade intelectual, a elaboração de um projeto modernizante coletivo e a presunção de uma carreira política.

No que diz respeito a sua pretensa notoriedade intelectual, critério de qualificação para o exercício de atividades propriamente políticas, esta é fruto de um longo processo que nos remonta a sua própria formação sócio cultural ao final do século XIX, passando por uma profunda iniciação científica pelas academias durante a primeira república e uma constante atividade de pesquisa e publicação que fizera quando participara de diversas instituições acadêmicas ou públicas na qual ingressara.

Filho de proprietários de terra³⁴, Achilles de Faria Lisboa, nascera aos 28 de setembro de 1872, na cidade de Cururupu, interior do Maranhão. Tinha como pais João Antônio de Faria Lisbôa e Cândida Braga de Faria Lisboa. Sua mãe era da cidade de Guimarães e seu pai nativo do distrito de Cururupu, outrora chamado de *Cabelo da Velha*³⁵, que só viria a ser cidade no ano de 1920. Sua família tinha parentesco com as famílias ‘Lisboa-Braga’ e ‘de Faria Lisboa’,³⁶ que haviam se estabelecido no eixo Guimaraes-Cururupu desde o século XVIII³⁷

³⁴Essa informação é mencionada na obra de NUNES (2000, p. 324), porém sem fontes. Nosso estudo nos revelou que essa informação pode estar correta se levarmos em consideração os dados extraídos a partir da genealogia de Achilles Lisboa, apresentada no fim deste trabalho.

³⁵*Cabelo da Velha*, termo mais comumente utilizado para possessões de terras naquela região, conforme os documentos localizados no Arquivo do Conselho Ultramarino. (PROJETO RESGATE-realizado pela Torre do Tombo)

³⁶Informações extraídas do livro SOUZA NETTO, José Coelho de et al. **Quatro Famílias Maranhenses: história dos Coelho de Souza, Braga, Reis e Dias Vieira, originários de Guimarães, MA.** Rio de Janeiro: Ed. Olímpica, 1976.

³⁷As citadas famílias se estabeleceram na área de Guimarães e estenderam terras até a área que hoje chamamos de Cururupu a partir de fins do século XVIII, conforme também relata o Dicionário

A região ficara conhecida a esta época pelo cultivo do açúcar, algodão e arroz, e é possível que alguns destes engenhos tenham pertencido a esta família. Seus possíveis parentes também teriam atuado em cargos públicos e também tinham outros negócios³⁸ o que contradiz a auto representação discursiva de nosso personagem, ao se declarar de origem humilde³⁹.

Ele, um “humilde” morador de uma cidade interiorana recebera suas primeiras letras em casa de um professor particular vindo de Portugal, que viera aquela cidade a convite de seu avô paterno, justamente com finalidade de abrir uma escola⁴⁰. Apesar de não ser apanágio das famílias mais ricas a possibilidade arcar com estudos particulares, esta atividade era bem mais comum entre os grupos mais abastados, levando-nos a crer que Achilles Lisboa tivera em sua tenra idade muito mais recursos do que declarara. (MICELELLI; 2001)

Assim como muitos filhos de proprietários de terras, Achilles Lisboa deixara sua cidade natal em direção à capital do estado, São Luís, que como falamos no capítulo anterior, era o local que poderia oferecer educação em níveis maiores que àquelas propiciadas pelas primeiras letras, especialmente porque, como demonstramos no capítulo anterior, o número de escolas regulares no interior do Maranhão era muito baixo.

Não conseguimos, entretanto, rastrear com qual idade ele viera a São Luís e, tampouco quanto tempo levava para concluir seus estudos. O que temos por certo é que ele estudara no Seminário das Mercês, provavelmente de inspiração humanista cristã, onde fizera o curso primário completo e parte do secundário.

A segunda parte dos seus estudos secundários foram concluídos no maior colégio do estado, referencial na formação da elite do Maranhão, especialmente no

Histórico-Geográfico da Província do Maranhão de César Augusto Marques: “o primitivo terreno deste distrito pertenceu a dois herdeiros das famílias de Felipe Pedro Borges e João Antonio Borges Lisboa”. (SOUZA NETO; 1976,p. 396)

³⁸De acordo com a obra *Famílias Maranhenses- História dos Coelho de Souza, Braga, Reis e Dias Vieira*, livro coordenado pelo Padre José Coelho de Souza Netto, e publicado no ano de 1976 na cidade do Rio de Janeiro. João Antônio de Faria Lisboa, teria de fato nascido em Cururupu, e chegado a assumir o posto de Alferes da 2ª Companhia da Guarda Nacional e substituto de Delegado de Polícia e do Juiz de Paz em Cururupu. Seu irmão, Antônio Joaquim de Faria Lisboa, por sua vez, era Major e teria sido Comandante do batalhão de Reserva da Guarda Nacional, Vereador e eleitor da Paróquia. A família, ainda segundo esta obra, era proprietária de três grandes engenhos na região: o Engenho de Santo Antonio, o de Monte Cristo e o Maiaú. Além disto, os irmãos dirigiam ainda a serraria “Açude”. (SOUZA NETO; 1976,p.290)

³⁹ Acreditamos que ao se declarar humilde Achilles Lisboa retomava o jogo de auto representação política que praticara desde os anos de 1920.

⁴⁰ Infomração extraída do manuscrito da autobiografia de Achilles Lisboa (anexo A).

que tange a construção da *intelligentsia* nativa ao final do século XIX, o Liceu Maranhense. O momento em que Achilles ingressa nessa instituição, já proclamada a república no Brasil,⁴¹ enfrenta já vozes mais contundentes pedindo pela reforma do currículo que pretendia substituir o humanismo cristão, predominante no Império, pelo Positivismo que ganhava força desde os anos de 1870.

Não temos informações precisas do que fora ensinado a Achilles Lisboa tanto em termos de humanismo cristão quanto em termos de positivismo. É possível que o humanismo cristão tenha sido mais frequente na época de Liceu e no Seminário das Mercês do que na época da faculdade, onde o positivismo já se tornava a forma epistemológica hegemônica. Isto posto, coloquemos em comparação o currículo do Liceu Maranhense em dois momentos.

Quadro 1 - Comparação em dois momentos do currículo do Liceu Maranhense.

DISCIPLINAS 1838	DISCIPLINAS EM 1899
Matemática	Língua Portuguesa
Geografia	Língua Latina
Gramática Filosófica	Língua Grega
Latim	Língua Francesa

⁴¹ Como a fonte biográfica dá conta de que em 1897 ele já cursava o terceiro período de farmácia, é crível que ao tempo da proclamação, 1891, ele já estivesse no LICEU, cujo curso secundário durava 3 anos.

Retórica	Língua Inglesa
Francês	Língua Alemã
Inglês	Matemática
História Universal	Astronomia
Comércio	Física
Filosofia racional e moral	Química
	Geografia
	Mineralogia
	Geologia
	Meteorologia
	Biologia
	História Universal
	História do Brasil
	Literatura geral e nacional
	História da Filosofia
	Desenho
	Música
	Ginástica
	Esgrima

Fonte: Organização de dados feitas pelo autor a partir dos dados apresentados na obra de (FERNANDES; 2003, p. 234-5).

O quadro acima mostra dois momentos específicos na organização curricular do Liceu Maranhense. A primeira parte do quadro, à esquerda, diz respeito aos saberes ensinados na época da formação desta instituição de ensino, que se dera também em outras províncias, que aponta para o estudo de matérias mais clássicas como Retórica, Gramática Filosófica e Filosofia Racional e Moral. Esse currículo sofreu inclusão de várias disciplinas de matriz positivista ao final do século, a parte direito do quadro, tais como Química, Biologia, Mineralogia, Meteorologia, Astronomia, e mesmo eugênicas como Ginástica e Esgrima. Como houvera ainda no século XIX uma crescente pressão para a substituição do currículo humanista pelo científico de matriz positivista, iniciada já durante o Império, é possível que a mudança tenha se dado de maneira gradual, acrescentando uma e outra disciplina, tendo esse processo sido acelerado durante a República, quando o positivismo se torna o norte das grandes decisões institucionais (CARVALHO, 1990).

Em nossa pesquisa não conseguimos precisar se ele praticara ou não majoritariamente mais disciplinas humanistas ou positivistas, mas considerando que ele terminara o curso do Liceu com 20 anos de idade, por volta então de 1892, podemos presumir que ele ingressara na referida instituição de ensino secundário (que tinha duração de 3 anos), pelo menos em 1890, já findando por isso o período

imperial. Ainda assim, não temos conhecimento de qual a real mudança curricular que ele acompanhara.

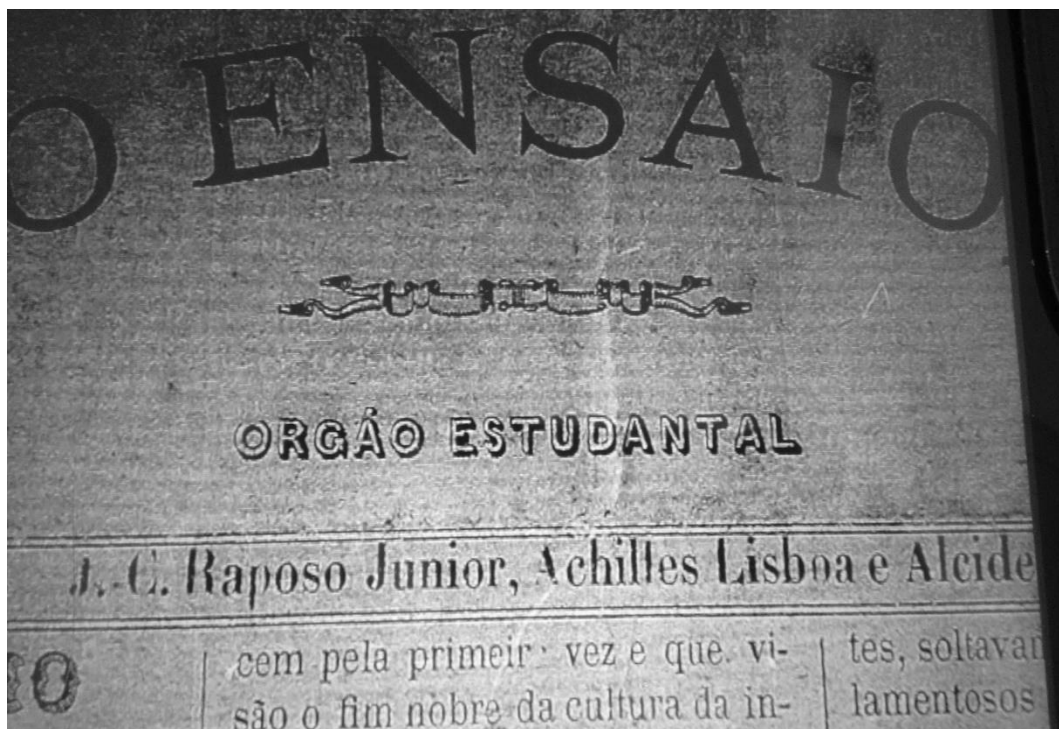
Além disso é nesta instituição de ensino que adquirira o hábito de escrever e publicar seus escritos, característica que se tornará marcante em toda a sua trajetória social. Envolvera-se, dessa maneira, na publicação de um jornal intitulado *O Ensaio*, datado de 13 de setembro de 1890. O periódico, fora publicado em parceria com mais dois colegas: J. C. Raposo e Alcides Pereira.⁴²

No editorial de *O Ensaio*, o então jovem Achilles Lisboa, com aproximadamente 18 anos de idade, esclarece que ao menos ali, não pretendia integrar-se à imprensa em geral, mas à classe de estudantes ao “*fim nobre da cultura da inteligência da mocidade e sua iniciação no caminho das letras*”. Esse posicionamento nos remete ao valor dado para a expressão literária pela concepção educacional humanista, uma das influências mais marcantes no estilo de escrita do médico e nos temas que ele remonta em suas metáforas e comparações ao longo de suas produções escritas nos anos subseqüentes.

Em contrapartida, possivelmente influenciado pelo novo regime do país, a República de inspiração positivista, expressava também entusiasmo no ideal de pátria e liberdade “*Impellidos menos pelo dealthantismo do que pela necessidade de aprender, eis-nos enfim na liça a ensaiar armas para os futuros combates em prol da Pátria e da liberdade*”. (Jornal O Ensaio; 13/09/1890)

Figura 1 - Jornal O ensaio – produzido por Achilles Lisboa e amigos de turma no período em que frequentava o Liceu Maranhense

⁴²BNDigital Brasil. Disponível em <http://memoria.bn.br/>; Acesso em 24 de julho de 2015.



Fonte: BNDigital – disponível em: <http://memoria.bn.br/>; acessado em 24 de julho de 2015

A construção de Achilles Lisboa enquanto pesquisador dá-se, contudo quando este ingressa no mundo acadêmico. Segundo Scwarcz (1993), a *intelligentsia* brasileira foi se formando o ingresso em 3 cursos principais: o de engenharia naval, medicina e direito. As faculdades como ainda eram raras no país, mas nem por isso menos pretensiosas, ficavam em apenas algumas capitais de alguns poucos estados, coisa que foi gradualmente mudando ao longo do século XX.

Dentro das possibilidades a serem escolhidas por um indivíduo que terminara o curso secundário, oportunidade preferencial a certos quistos privilegiados socialmente, Achilles Lisboa escolhera mudar-se para a Bahia, onde encontrara um dos maiores centros de pesquisa do país, ou escola “tropicalista”. O centro de medicina da Bahia era referencial em pesquisa, diagnóstico e publicações acerca de doenças tropicais, em consonância com as novas linhas de pesquisa e metodologia que despontavam na Europa. Apesar de não ter optado inicialmente por medicina, mas por um dos cursos afins desta escola, a de Farmácia, fora provavelmente aqui que Achilles Lisboa entrara em contato com positivismo, pelo menos em seu caráter prático-científico.

Não encontramos informações detalhadas acerca da grade curricular de farmácia, que poderia trazer a luz os traços de positivismo fundamentais na construção do pesquisador, e mesmo das atividades que desenvolvera

posteriormente. No entanto, sabemos que a faculdade de farmácia da Bahia atuava conjuntamente com a de medicina, especialmente no que tange aos estudos em botânica e mineralogia apontados por Santos Filho (1997) que não era domínio exclusivo de boticários, mas também de médicos que manipulavam substâncias que seriam dados aos pacientes sob forma de medicamentos⁴³.

Após 3 anos de curso, ele se graduou farmacêutico volta por de 1895.⁴⁴Também não chegou a nosso conhecimento se ele trabalhara em alguma botica de outra pessoa ou se chegou a montar um estabelecimento próprio nessa época, apenas que ele em algum momento de posterior de sua vida trabalhara nesse tipo de estabelecimento, mas não precisamos em qual ano isso ocorrera ou se fizera disso uma atividade permanente ou apenas circunstancial em sua vida.

Sabemos ainda que, pouco tempo depois de terminada a sua graduação em farmácia ele também ingressara em medicina já que as duas instituições tinham trabalhos complementares. Durante o começo do curso, provavelmente no segundo ano de curso, em 1897, ele, juntamente com alguns alunos da Faculdade de Medicina da Bahia, alistou-se na brigada médica voluntária para prestar auxílio aos feridos durante a ‘Guerra de Canudos’. Esta experiência ele registra no artigo *Recordações da Campanha de Canudos*, à Revista Nação Armada

Ficou então resolvido que nos oferecêssemos, nós os estudantes, para lá irmos nos hospitais de sangue, em pleno sertão, prestar os nossos serviços, os quais, si não poderiam substituir os dos nossos Mestres, teriam ao menos um efeito minorativo da ação reprovável destes e, valendo sempre alguma cousa como lenitivo às dores dos feridos, tudo valeriam como defesa dos créditos daquela Faculdade.(LISBOA, 1940,p.63).

A experiência de campo durante aGuerra de Canudos, foi-lhe favorável mais a frente, bem como lhe oportunizara a retomada de sua produção literária e jornalística desenvolvida no Liceu Maranhense, ao se tornar correspondente do *Diário da Bahia*, repassando informações das regiões de conflito. O hábito de escrever em jornais tornou-se corrente em Achilles Lisboa, tornando-se ele próprio diretor de um jornal, “O Coroaá”, em 1918, quando retornara ao Maranhão.(MARANHÃO, 2007).

Os ganhos de sua participação nesse episódio foram altos para a sua carreira, apesar de ainda estar no começo de sua graduação em medicina. A

⁴³ Para saber mais acessar: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> acessado em 12 mar. 2016.

⁴⁴ Aqui os dados são incertos, são entendimentos chegados a partir do conjunto de informações obtidas e analisadas.

faculdade lhe rendera uma homenagem em seu salão principal e ele recebera um convite para concluir o Curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Até então ele cursara as seguintes disciplinas na Bahia.

Quadro 2 – Disciplinas cursadas na Faculdade de Farmácia da Bahia.

CURRICULO
1º ano: física médica; química inorgânica médica; botânica e zoologia médica; anatomia descritiva (1ª parte).
2º ano: anatomia descritiva (2ª parte); histologia; química orgânica e biológica; fisiologia (1ª parte).

Fonte: Tabela produzida pelo autor a partir do artigo de SANTOS FILHO, 1997.

Insistimos em mostrar as disciplinas que cursara para entender porque campos de pesquisa ele enveredara ou poderia enveredar. A medicina em finais de XIX e começo dos anos XX tinha funções bem diversificadas. Se por um lado absorvia conteúdos de campos de saber ainda em construção, por outro tinha de cobrir as grandes demandas da saúde pública (SANTOS FILHO, 1997). Além disso a botânica, que era parte integrante dos estudos tanto de medicina quanto de farmácia fora sua linha de pesquisa, atestado pela sua tese de formação em Medicina “Da mestiçagem vegetal e suas leis” cuja publicação se dera em 1912⁴⁵. Lisboa concluiu seu curso de Ciências Médicas com 40 anos de idade.

Como alguém que tivera sua primeira graduação aos 23 anos de idade e se mudara para o Rio de Janeiro aos 25, pôde ter esperado 15 anos para concluir sua graduação? Esse hiato na vida de Achilles Lisboa tem poucas evidências registradas. Dessa maneira tivemos de recorrer a sua autobiografia para elucidar suas atuações (Anexo A). Por um tempo, conta ele mesmo, ele dera aulas particulares e trabalhara de botica na capital federal para se sustentar. Assim é quase certo que tenha tido de interromper o curso de Medicina por algum tempo, mas não conseguimos precisar esta duração. Uma das atuações mais marcantes de nosso personagem nesse

⁴⁵ A notícia da publicação da sua tese de conclusão de curso não significa, entretanto que esta data seria a real data em que ele de fato teria concluído o curso, pois percebemos ao longo da pesquisa que havia por parte dos intelectuais da época uma necessidade de publicação de seus escritos, porém não necessariamente no período em que eram realizados. O fato é que as pesquisas nos levaram a entender que na segunda década do século XX é certa a presença de Achilles Lisboa na capital federal. (SOUZA, 2000, p. 24)

período, todavia, fora justamente sua nomeação de auxiliar acadêmico da campanha da febre amarela no Rio de Janeiro, em 1906, chefiada por Oswaldo Cruz.

O tempo que passou na equipe de Oswaldo Cruz, cuja duração nossa pesquisa não conseguiu determinar, fora importantíssimo para a prática discursiva de nosso personagem. Como falamos no capítulo anterior, o Rio de Janeiro sofria um processo de modernização urbana, que deveria refletir as pretensões do Brasil no contexto de inserção no modelo de capitais especulativos e na reprodução de um padrão civilizatório europeizado. O médico-sanitarista Oswaldo Cruz era um dos maiores expoentes nacionais não apenas em termos de pesquisa científica e publicação, cujos pilares haviam sido lançados no país pela Faculdade de Medicina da Bahia, como também nas ações de higienização social e de saúde pública em geral.

Obviamente não se quer dizer que as categorias principais de apreensão do social de Achilles Lisboa, ao menos no que tange à díade barbárie/civilização; higienização social, eugenia ou mesmo evolucionismo, fossem estranhas ao curso de farmácia/medicina baiano, mesmo porque o currículo da faculdade do Rio de Janeiro baseou-se na correspondente baiana que era mais antiga. Entretanto, o fato de ter visto na prática o *modus operandi* dos sanitaristas, o trato com as chamadas “classes perigosas”, a situação calamitosa da saúde pública nos meios urbanos, certamente reforçaram a concepção de sociedade que Achilles Lisboa expressará em suas publicações que intentaram explicar e diagnosticar os problemas brasileiros.

Mesmo que nosso referido médico não tivesse tido esse contato mais direto com as práticas cotidianas dos agentes sanitários, o próprio curso de medicina já se preocupava em providenciar aos seus acadêmicos saberes que eram de maior urgência para a saúde pública, não somente a saúde individual

Quadro 3 – Disciplinas cursadas na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro.

CURRICULO	
ANO	DISCIPLINA

1º ano	física médica; química inorgânica médica; botânica e zoologia médica; anatomia descritiva (1ª parte).
2º ano	anatomia descritiva (2ª parte); histologia; química orgânica e biológica; fisiologia (1ª parte)
3º ano	fisiologia (2ª parte); patologia geral; anatomia e fisiologia patológicas; química analítica e toxicológica; clínica propedêutica; clínica dermatológica e sifiligráfica.
4º ano	patologia médica; patologia cirúrgica; matéria médica; farmacologia e arte de formular; clínica propedêutica; clínica cirúrgica (2ª cadeira); clínica oftalmológica.
5º ano	operações e aparelhos; anatomia médica e cirúrgica; terapêutica; clínica cirúrgica (1ª cadeira); clínica médica (2ª cadeira); clínica pediátrica.
6º ano	higiene; medicina legal; obstetrícia; clínica médica (1ª cadeira); clínica obstétrica e ginecológica; clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas.

Fonte: FIOCRUZ, 2016.

Quando observamos a formação curricular pela qual Achilles Lisboa provavelmente passou notamos a inclusão de algumas disciplinas recentes que até estavam diretamente associadas aos cursos de área de saúde, algumas das quais serão retomadas por nosso personagem em outros momentos como é o caso da clínica psiquiátrica, da botânica, já referida anteriormente e da disciplina higiene, incluída no curso de medicina já apontando para a tarefa de orientação e modificação do comportamento dos pacientes com relação ao ambiente e ao corpo.

Concluído o curso de medicina, Achilles Lisboa ingressou em institutos de pesquisa importantes da capital federal⁴⁶. Em um período de 3 anos (de 1913 a 1916), ele esteve ligado à área de botânica, já que trabalhara junto ao Jardim Botânico, onde exerceu a função de ajudante na seção de botânica e, posteriormente, atuou na Seção de Fisiologia Vegetal e Ensaio de Sementes; atuou como auxiliar técnico comissionado no Serviço do Algodão, na Diretoria Geral de Agricultura e Comércio, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; e foi professor de Botânica na escola de agricultura anexa ao posto isotecnico de Pinheiros.(VARIA HISTORIA, 2011).

Apesar de não termos acesso a quaisquer manuscritos do referido personagem nessa época é possível que ele tenha publicado diversos artigos e comunicações em periódicos acadêmicos ou mesmo dos próprios institutos. Esta prática, como vimos fora corriqueira no século XIX, e possivelmente se expandira no

⁴⁶ As informações são muito desconstruídas quanto a datas precisas dos cargos que ele desempenhou. Por isso, optamos por usar as referências que mais se repetem nas fontes pesquisadas.

século XX. Um dos indícios dessa prática de escrita se deve a sua indicação para ocupar a na Academia Maranhense de Letras em 1916.

A nomeação para a Academia Maranhense de Letras leva-nos a algumas questões. Como um sujeito que passa tantos anos longe de sua terra, mais de 25 anos, estava sendo monitorado em sua atividade intelectual ao ponto de ser convidado a uma grande associação literária em local de origem? Seria possível que Achilles Lisboa tivesse mantido contato com alguém de sua terra natal para além de seus parentes? Sob quais circunstancias um pesquisador e burocrata que está na capital do país tem seus laços nativos reabilitados? É preciso entender um pouco do que se passava entre a elite intelectual maranhense,

Durante a construção da nova ordem política da República, estados periféricos como o Maranhão precisaram reinventar sua posição no cenário nacional. Essa auto representação fora construída por sua elite intelectual que era parte indissociável de sua elite burocrática. Esse grupo gerou um ciclo de auto consagração e reificação de seus cabedais culturais, apoiado nas engrenagens administrativas que eles mesmos controlam. A forma de atuação mais frequente desse grupo se deu através da criação de sociedades de letras, institutos e periódicos, cujos membros eram indicados por eles mesmos. (MICELLI; 2001)

Não sabemos as condições de vida de Achilles Lisboa no Rio de Janeiro. Não temos também informações sobre os ganhos financeiros de seu trabalho de médico, tampouco de farmacêutico ou quais as perspectivas de prosperidade ele poderia ter tido na carreira burocrática ou de pesquisador nos institutos da capital federal. Mas sabemos que em 1918 ele retornara ao Maranhão, mas os motivos de ter deixado o Rio de Janeiro continuam nebulosos. A relação dele com sua terra natal poderia talvez ser rastreada pelas cartas que provavelmente escrevera quando se mudou para a Bahia, costume que provavelmente manteve quando fizera nova mudança para o Rio de Janeiro.

Porém no universo desta pesquisa não conseguimos rastrear nenhuma dessas cartas, provavelmente perdidas em arquivos de outros estados. Podemos presumir que devido ao fato dos intelectuais brasileiros da virada do século terem o costume de trocar correspondências, nosso personagem certamente pode ter tido contato com algumas figuras locais, mas a natureza das conversas e com quais sujeitos essas conversas a distância se deram não podem ser elucidadas.

As fontes nos permitem no máximo supor que alguns companheiros de Liceu como Alcides Pereira, diretor do jornal intitulado *O Jornal*, mantiveram com ele algum contato epistolar, mas nada que possamos averiguar mais a fundo. Assim, não podemos precisar se houvera convite de personalidades locais para que Achilles Lisboa retornasse ao Estado do Maranhão, ou se seu retorno fora decisão de cunho pessoal.

Quando regressara ao Maranhão, então com 46 anos de idade, ele era portador de um currículo que lhe gabaritava assumir e organizar instituições burocráticas e científicas que começaram a ser instauradas nas cidades do estado. Assim que chegou ao Maranhão organizou a Sociedade Maranhense de Agricultura, uma versão regional do trabalho que exercera nas sociedades agrícolas na capital da república. Fizera ele publicar os *Discursos pronunciados por ocasião da Instalação da Sociedade Maranhense de Agricultura* no mesmo ano.

A percepção do médico, farmacêutico, pesquisador e burocrata era diagnóstica. O Maranhão tinha inúmeros problemas em sua lavoura. Seria preciso organizá-la de maneira mais racional e eficiente. Achilles Lisboa pesquisa e publica suas teses sobre as formas de como atingir esses intentos. Mas o Maranhão para ele sofria de muito mais do que ausência de formas eficientes de organização da produção agrícola. Por mais que naquele momento assuntos de botânica fossem seu foco de pesquisa, a saúde pública precária lhe chamou a atenção.

A instauração da Estação Experimental de Coroatá, em 1919 é chefiada por ele. Seus juízos acerca dos problemas da saúde pública passaram a ser correntemente publicados em jornais (ele mesmo fundara um jornal quando chegou no estado). Esta instancia de difusão de seus saberes foi fundamental para que, ao menos em tese, os seus pares intelectuais e burocratas tomassem ciência das impressões e juízos acerca da situação do Estado. Seu artigo *O posto socorro médico aos ulcerados*, publicado no jornal *A Pacotilha*, mostra seu plano de recolher mendigos doentes espalhados pelas ruas.

Não se trata de lepra, é verdade. Mas a verdade consta-nos ser que os pobres hospedes improvisados do alprende do Cinema de São Luís estão, na sua maioria, afetados de mal contagioso em extremo e bastante grave, conhecido na medicina pelo nome de ulcera de Baurú, mal que campeia terrivelmente no interior do Estado. (LISBOA, 24/10/1919, p. 5).

A situação do interior do estado do Maranhão precisaria de intervenção urgente, especialmente por conta de um surto de “doenças tropicais” por isso ele pedira que a Cruz vermelha se instaurasse no Maranhão. Ao menos nesse momento

notamos que ele, provavelmente apoiado no círculo de seus pares, conseguira logo em seus primeiros anos de atuação no Estado a implementação de órgãos que até então não haviam por essas plagas.

Sendo assim, apoiado pela grande máquina burocrático intelectual, Achilles Lisboa abre seu trabalho em várias frentes: pesquisa, publicação, burocracia e política. Sua produção discursiva ao final da década de 1910 e começo da década de 1920, já fala abertamente dos grandes problemas do estado e da nação e das medidas possíveis para vencer as condições de atraso, expressadas não só numa agricultura mal planejada, mas também numa população doente e mal instruída.

O início dos anos de 1920, marca a trajetória de vida de Achilles Lisboa com a publicação da obra *Questão de interesse*, na qual aponta a necessidade da criação de um Horto Florestal no Maranhão e disserta sobre as condições da produção de farinha no estado e já aqui dá seus primeiros passos em direção a questão educacional, na qual no detemos mais demoradamente no próximo capítulo.

No mesmo ano é chamado a chefiar o Recenseamento do Maranhão. Sobre tal episódio, localizamos uma entrevista concedida por ele ao periódico “*O Jornal*”, com Direção do antigo companheiro de *O Ensaio*, Alcides Pereira. Na entrevista, cujo título apresenta-se como “*Curiozas informações de S. Exc. O Dr. Achilles Lisboa*”, Achilles relata os postos aos quais, segundo ele, sempre teria sido indicado, como a nomeação ao Ministério da Agricultura; a “*professor extranumerico [sic] do Ginázio Nacional no Rio*”; à Direção da Estação de Coroatá; a de Professor da Escola Normal, indicado pelo próprio Benedito Leite, governador do Estado.

É possível que o grupo intelectual agisse concomitantemente aos grupos de poder tradicionais da região, já que Achilles Lisboa parecia circular livremente em vários órgãos de várias regiões interioranas do Estado. Na mesma entrevista, quando perguntado sobre a ocupação de cargos públicos, toma a posição descrita pela ortodoxia positivista de começos da República, como apontara Carvalho (1996), colocando a primazia da capacitação e não a conveniência política como fator determinante para a ocupação de um cargo: “os cargos públicos não são propriedade dos governos ou situações políticas dominantes senão dos indivíduos, que tenham capacidade de os exercer.” (O jornal 27/04/1920).

Em 1921, detectamos em sua oratória, a inserção de seus esquemas de percepção e leitura aos da sociedade discursiva a qual passara a pertencer quando voltou ao Maranhão: o grupo dos *Novos Atenienses*. A referência a uma glória

primavera do Estado, expressado numa intelectualidade fulgurante que não encontraria par na História do Brasil era a pedra de toque dessa geração de intelectuais que buscava sempre um renascimento dos dias áureos do Estado tanto no aspecto econômico quanto no cultural.

A ocasião referida é a sua nomeação a Diretor da Escola de Farmácia na cidade de São Luís, capital do Maranhão, publicando por esta ocasião a obra *A Nova Escola*, na qual detém-se demoradamente, na discussão de que do Maranhão precisa recuperar seu prestígio de outrora, o que nos aponta para questão já tão discutida da Atenas brasileira. Sobre isto diz:

Porque o Maranhão, que foi Atenas, desceu quase a Tebas, senão pelo esmorecimento do ânimo de seus filhos! E por esmorecimento estes, emigrando sempre para dar a distância expansão aos seus valores intelectuais, senão porque secaram aqui as fontes de cultura com que lhes roubaste esse espírito para nunca esmorecer? [...] (LISBOA, 1922, p. 04).

Finalizando a referida obra com o seguinte dizer:

Aqui, pois, senhores, sempre conosco na luta pelo engrandecimento do nosso Maranhão, cujas tristezas das ruínas de Tebas, havemos de substituir pelas alegrias da florescência de Atenas, entregando-o melhorado e ressurgido aos que nos tiveram de continuar na arena deste imperioso dever. ” (LISBOA, 1922, p. 12).

O uso dos termos como “*Tebas*” e a referência frequente à “*Atenas*”, a contínua comparação, bem como apresentação de um novo momento glorioso que será vivido, nos leva a crer que Achilles Lisboa, não somente reproduz o discurso da Atenas Brasileira, como também se encaixa perfeitamente na categoria dos *Novos Atenienses*, caracterizados por uma visão “decadentista” da realidade maranhense, que ia ao encontro da recessão de suas atividades agroexportadoras. Corrobora essa visão Martins (2006, p. 22)

Para esse período, é possível asseverar que havia como que uma constatação setorial dos segmentos ligados à agroexportação de que a decadência da grande lavoura ainda repercutia sensivelmente, todavia, nos parece, a sensação de desânimo configura-se bem mais abrangente. Portanto, tratavam tais intelectuais de entender e discorrer sobre a complexa teia de “ruínas materiais e morais” que, concluíam, estava paralisando a vida maranhense, produzindo um cenário de sombras crepusculares, de “sombras enervantes.

Essa compreensão decadente ou mesmo moribunda da realidade social maranhense, que justapõe decadência moral e material, continua em obras subsequentes como na publicação *Pelo Maranhão*, fruto de uma conferência realizada a Assembleia convocada pela diretoria da Associação Comercial, na data de 17 de novembro de 1922, momento em que declara:

Não vos preciso definir o estado precário da situação em que nos achamos, quase que completamente, moral e materialmente, falidos! Temos com efeito vivido de mentiras políticas e administrações que nos deserdaram das glórias do passado e nos teem conduzido ao estancamento das fontes da fortuna no presente! (LISBOA, 1922, p.05 e 06)

O desânimo que cercaria as produções de Achilles e seus companheiros, ante a uma “situação precária” teria uma explicação? Seria ela “o efeito vivido de mentiras políticas” e de más administrações que levaram ao “estancamento das fontes da fortuna”? Eis aqui um dos grandes pontos de viragem na trajetória de Achilles Lisboa. Não bastaria apenas participar de instituições, pesquisar e publicar, em algum momento seria necessário que a elite intelectual anexa ao poder tradicional invertesse a ordem e se tornasse ela mesma o poder hegemônico.

Conforme nos informa Pécaut (1990, p. 22): “No Brasil dos anos 20, os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente”. Acrescentando ainda que: “A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional. [...]” (PECAULT; 1990; p. 22)

PECAULT (1990) diz ainda que essa geração de intelectuais dos anos 20 se considera herdeira de uma postura na qual reclama do Estado uma autoridade. Teriam eles, segundo ele, tomado como “ponto pacífico o fato de que sua missão era, primeiro, política”. (PECAULT; 1990, p. 24).

Dessa forma, PECAULT (1990) corrobora a visão de Carvalho (1996) e Swarcz (1993), quando assinala que os positivistas brasileiros não se contentam em apenas assessorar uma coletividade ou agir de maneira restrita as suas áreas profissionais, eles querem de fato tomar as rédeas da máquina administrativa para levar a cabo os seus projetos modernizadores que se baseiam na concepção civilizacional herdada dos seus congêneres europeus.

Um novo arco se abre na trajetória de nosso personagem, galgando agora cargos políticos diretos. Em 1925 já concorria ao cargo de Senador, pleito que perdera

para Magalhães de Almeida, que cedera sua vaga posteriormente a Godofredo Viana. A forma com que se pratica a política é duramente criticada por ele, reação esperada de quem era parte do grupo no poder, mas ambicionava se tornar parte hegemônica. Sua indignação fica patente na publicação de sua obra *Pela Honra do Maranhão*. Nessa publicação ele não só fala da eleição em si, mas diagnostica os problemas gerias do Maranhão que os grupos no poder não teriam condições de sanar.

[...]. O Maranhão precisa pois de reagir combatendo pela sua liberdade de opinião, ameaçada de asfixia pelos tentáculos de uma política, que nos separa o Estado em meia dúzia de politiquinhos de um lado, como senhores, e a coletividade do outro, como escrava! É tempo de se inverterem os papéis. [...]. A nenhum maranhense, pois, nesta emergência pelo cumprimento dos seus deveres cívicos. (LISBOA, 1922, p. 43).

Mais do que lançar bravatas contra os seus grupos politicamente rivais, Achilles Lisboa fora além do combate retórico legado por parte da sua formação humanista. Ele se valera de pesquisas *in loco*, viajando pelas cidades do interior do estado coletando dados para apresentar como prova de que não havia mais sustentabilidade do projeto político tradicional, seja ele qual fosse. Ele faz assim papel duplo de cientista, ao produzir dados verificáveis na construção de um panorama do Estado, e também de missionário, atribuindo-se agente da salvação da Nação, postura comum aos intelectuais brasileiros dessa época (PECAULT, 1990).

Embrenhando-se no jogo político ele troca farpas com seu adversário político, Godofredo Viana, em sua publicação em forma de pergunta “*Entre civilizados ou entre selvagens?*”. A pauta da discussão girava em torno do atentado sofrido pelo jornal *Diário de São Luís*, que segundo Achilles Lisboa, teria sofrido a ação de policiais devidamente fardados, “a tomar a toda a gente, para publica e afrontosamente rasgarem a edição de um jornal, em que se lançava a essa força pública o grande ridículo de uma alcunha de todo inofensiva”. (LISBOA, 1922, p. 15) Situação calamitosa que aviltaria o papel pretendido pelo país ante o mundo civilizado:

No momento justamente em que se celebra no país o centenário de sua independência política e se procura mostrar ao estrangeiro, com todos os progressos materiais neste decurso de tempo realizados, que já somos possuidores de uma das mais elevadas civilizações, ella não pode deixar de ser considerada como um borrão execrável com que o nosso Maranhão tornou o quadro roxo das suas exhibições. (LISBOA; 1922, p. 15)

O projeto político se dá concomitantemente aos seus projetos de pesquisa, publicações e provavelmente ao exercício de suas profissões. Quando enfim vence

um pleito, a eleição para prefeito de Cururupu, sua cidade natal, a 453 km de São Luís, capital no ano seguinte ao que perdera a disputa para senador, em 1926, ele finalmente pudera pôr em prática o projeto que vinha elaborando desde pelo o final da década de 1910.

A vitória de Achilles Lisboa para as eleições municipais não fugia a normalidade política do Estado. Desde a época imperial são filhos de fazendeiros que tem ocupado magistraturas, órgãos públicos e cargos políticos. As formações acadêmicas desses sujeitos tem uma certa estabilidade ao longo dos anos, sendo mais da metade de Advogados e uma parcela menor de médicos, nos quais se enquadra Achilles Lisboa (REIS, 2013)

Em paralelo ao pleito o IHGM (Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão) o nomeara para ocupar a cadeira nº 17 de Frei Custódio Serrão. Esta instituição é mais uma herdeira do período imperial que visava criar uma “História oficial” da localidade (em consonância com o IHGB). Em mais uma demonstração de inclusão autorreferente e de consagração do poder simbólico que pretendia o grupo de intelectuais nativos. (SCHWARCZ, 1993)

À frente da administração de sua cidade, trata de reorganizar os espaços públicos, montar institutos e equipes de profilaxia e combate a endemias, órgãos que fomentassem e ensinassem a reorganizar a produção do campo, inspetorias que cuidassem da instrução pública. Cuidar da saúde pública, entendida aqui num sentido muito mais amplo que a saúde biológica dos corpos tomados individualmente, era o equivalente ao cuidar da saúde social.

No mesmo ano de 1926 publica “Mensagens do Prefeito Municipal Dr. Achilles Lisboa” onde relata que a cidade precisava: “reorganizar a instrução pública municipal [...]”; “preciso modificar, de acordo com as circunstancias do momento, algumas disposições do Código de Posturas”; Preciso organizar o serviço da lavoura intensiva” (CURURUPU (MA), 1926, p.07-08). Monta-se aí o tripé do seu plano de governo: instrução, saúde e agricultura. Pré-requisitos basilares para a superação da situação de atraso, pois onde “não há cultura mental, não há estímulos verdadeiramente utilizáveis para o trabalho, não há probabilidade de progresso”. (CURURUPU (MA), 1926, p.08).

O intelectual, docente, pesquisador, jornalista, médico, sanitarista, farmacêutico e burocrata, agora também tinha em seu currículo o cargo de prefeito. Sua missão seria a de levar “ a ciência e a educação ao campo”. (VARIA HISTORIA,

2011). Tentando “*salvar o Brasil*” a partir da ciência, e agora colocando a política a serviço da ciência tentara cobrir o maior número possível de campos de ação, criando o que ele mesmo chamava de “*ciência útil*”. Explica-nos Pecault (1990, p.21)

[...]. Nos anos 20, eles reivindicavam uma ciência social; poderia tratar-se de uma artimanha para serem ouvidos pelos governantes, mas uma grande parte das elites achava-se observada pela crença de que esta ciência poderia fundamentar uma administração científica dos homens e da natureza. Daí o fato de que as estratégias dos intelectuais só podiam ser entendidas em relação ao papel atribuído por outros setores ao conhecimento científico real.

Tendo cumprido sua “administração científica”, o trajeto de Achilles Lisboa se reorienta mais uma vez para atividades de pesquisa científica, que provavelmente não deixou de exercer por conta de seu mandato. Nossas fontes dão conta dele em um seminário em Belém do Pará, já em 1928, onde participa de uma rodada de estudos sobre a Lepra, que estava se tornando epidêmica no Brasil e tinha no Pará, Rio de Janeiro, Amazonas e Maranhão os maiores focos da doença. (CABRAL, 2013).

Achilles Lisboa já chegara, como conferencista, dando mostras que já vinha estudando o assunto há um bom tempo, posto que apresentara o estudo *A lepra sobre o ponto de vista da hereditariedade mórbida*. Esse assunto, a hanseníase, tornou-se sua nova bandeira de luta nos anos 30. Encontramos mais uma publicação de nosso personagem, em 08 de março de 1933, no jornal “A Noite”, do Rio de Janeiro, ao apresentar matéria sobre “O mal Hansen e sua profilaxia”. O periódico refere-se a Achilles Lisboa como: “um dos maiores especialistas do Brasil”. (A Noite; 08/03/1933).

A discussão acerca da lepra no início dos anos 30 do século XX, é algo de cunho nacional, portanto comum nas manchetes de jornais. No Maranhão, por exemplo, o jornal ‘A Folha do Povo’ de 09 de janeiro de 1932, já anunciava “O problema da lepra novamente em foco”, ao mencionar a passagem de outro leprólogo, Heraclídes Araujo, pelo Maranhão. O que provavelmente não passou despercebido por Achilles Lisboa em sua década de andanças por sua terra natal.

Ao final dos anos de 1920 publicou *Sobre o melhor meio de divulgação do ensino primário*, anos mais tarde candidatou-se a uma vaga na Academia Brasileira de Letras (mas não sabemos quem fizera a indicação), no ano de 1931, mas não teve sucesso. Neste mesmo ano também publicou a obra *Raízes positivas da nação: equação nacional*. O curioso dessa obra é que fora baseada num pronunciamento feito por ocasião da inauguração da Escola Federal e Aprendizes Artífices do Pará,

estado por onde se demorou 2 anos, evidenciando que assuntos educacionais continuaram a fazer parte de sua prática discursiva, mesmo quando outros assuntos, como a Hanseníase, eram seu foco de estudo.

Ainda na referida obra ele reflete sobre os problemas da educação no Brasil e os aponta como causas do atraso do Brasil em relação aos outros países. Diz Achilles Lisboa que “a solução do nosso problema nacional tem de facto de ser post⁴⁷a em equação em nossas escolas, que para tão alto objetivo se devem convenientemente aparelhar” e conclui que “*a reforma tem de vir pelo ensino, pela educação*”. (LISBOA, 1931, p. 21).

Como vimos, Achilles Lisboa age e produz norteado pelo positivismo, mas respaldado por uma elite intelectual burocrática que o acionam o tempo inteiro na realização de institutos que lhe permitem acesso aos rendimentos públicos, ao mesmo tempo que custeiam a sua atividade científica. Esse meio ainda, atribui mais poder simbólico aos que dele participam, todavia, eles se inquietam em sua posição subalterna dentro de um grupo de poder dominante e passam a galgar um caminho que deva lhes atribuir poder político propriamente dito. Achilles Lisboa tinha contatos partidários, tinha o reconhecimento de seus pares, mas, apesar de ter conseguido administrar sua própria cidade por um tempo ainda lhe faltava o poder institucional que lhe propiciasse realizar o que grande parte dos intelectuais positivistas ativos ou especialistas de sua geração não haviam conseguido: salvar o Brasil.

⁴⁷Conforme apresentado no “Cronologia: Jardim Botânico do Rio de Janeiro” produzido pelo Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico, pelos pesquisadores Begonha Bediaga e Renato Pizarro Drumond, no ano de 2007.

3.2 A reconstrução de Achilles Lisboa

Antes de voltar ao Maranhão, antes que a coligação Partido Republicano e Aliança Republicana Maranhense lançassem sua candidatura para governador do estado, Achilles ainda fizera mais uma incursão na capital federal. Dessa vez, de volta após 13 anos afastado, tendo passado 3 anos no Estado do Pará, ele assumiu o Jardim Botânico sob a condição de Diretor Geral.⁴⁸

Confessamos ser bastante obtusa essa parte de sua vida. Segundo nossas fontes ele estava numa ascendente política, tinha o apoio de seus pares, acabara de ser eleito prefeito de sua cidade, mas só constam 2 anos de administração, posto que em 1928 fora ao Pará e não mais regressara ao Estado do Maranhão. Será que as pretensões políticas de nosso personagem não eram tão grandes quanto pressupomos? Seria a carreira burocrático científica a maior ambição de Achilles? Encontramos muitas contradições entre os seus atos e as fontes que não podem ser encerradas nesta seção, tampouco no universo de nossa pesquisa.

O período de 3 anos à frente do Jardim Botânico (1931 a 1933) não obstou as múltiplas tarefas e publicações sobre hanseníase, objeto de estudo no qual vinha trabalhando desde os anos 20, após observar esta problemática no Maranhão e posteriormente no Pará. Nesse sentido, em 1932, preocupando-se com o avanço desta moléstia no país é convidado a dar uma conferência sobre o tema em Belo Horizonte (MG), na qual resulta na publicação da obra *'Pela Pátria, contra a lepra: o mais perigoso de seus inimigos'*. Nela diz

A política do silêncio, que nada encobre, portanto, e nos deixa apenas com a defesa do avestruz, é duplamente criminoso porque nos não ampara o futuro da nacionalidade contra esse perigo crescente e nos leva à indignidade do procedimento de termos a casa suja e entretanto convidarmos para nela entrar com a 'honra nacional'. (LISBOA; 1932; p. 06).

A problemática do combate da enfermidade como um problema de “honra nacional” remonta que aqui ainda há um projeto salvacionista e higienista ao nível discursivo de Achilles Lisboa, o Positivismo já não era há muito tempo a concepção hegemônica do projeto sócio-político, todavia o referido médico ainda era um de seus defensores mais ferrenhos.

⁴⁸ Isto pode ser melhor observado analisando Apêndice produzido pelo autor no fim deste trabalho na qual produz uma tabela elencando a trajetória de vida de Achilles Lisboa.

A direção de Achilles Lisboa não passou incólume pelos jornais cariocas. Num misto de reverência a um intelectual notoriamente reconhecido e a alguém que sempre se faz presente nas mídias nosso personagem tenta se manter em evidência. O jornal *A noite* de 02 de novembro de 1931, apresenta matéria, com foto inclusive, registrando este momento, o mais interessante é que foi a pedido de Achilles Lisboa que a imprensa esteve presente para registrar este momento

Algum tempo após haver assumido na direção do Jardim Botânico, o Sr. Achilles Lisboa teve um gesto de particular gentileza com a imprensa. Convidou os jornalistas para uma visita áquelle estabelecimento, afim de pedir-lhes apoio e incentivo A obra que pretendia realizar. Para Isso, numa longa demonstração técnico-administrativa, assinalou tudo o que havia de bom e eficiente pondo em destaque as lacunas e falhas. A NOITE, por esse ensejo, publicou circunstanciosa nota a respeito. Por Isso, não tornaremos hoje ao assumpto, ao aludir a visita, hontem, do Sr. Getúlio Vargas, ao Jardim Botânico. (A Noite, 02/11/1931)

A postura respeitosa da imprensa na capital federal atesta que ele se elevava de fato dentro do grupo de intelectuais locais, passando a ser um intelectual nacional, capaz de pensar e produzir conhecimento totalizante da realidade brasileira. Os periódicos dão conta de sua aceitação e adaptação à intelligentsia carioca, recebendo o halo de intelectual como mostra o jornal *A Noite*, ao anunciar a “Festa Maranhense” onde “foram convidados os intelectuais maranhenses” entre eles o Drs. Achilles Lisboa (A noite; 16 de julho de 1932)

Ele também contribuíra com a educação do Rio de Janeiro posto que, no ano de 1932, funda em parceria com Dr. José Campos de Oliveira, Sociedade Carioca de Educação fundado esta sociedade, com o intuito de melhorar a qualidade da educação ministrada no Rio de Janeiro. (A Noite; terça-feira, 15/11/1932.). Estivera também presente na visita do Presidente da Sociedade de Geografia da Rússia. Diz o jornal que “o Dr. Vavillor, foi recebido pelo General Moreira Guimarães e acompanhado pelos Drs. Achilles Lisboa e Alcides Franco. ” (A noite; Segunda, 02/01/1933).

Enveredando novamente por uma vida de pesquisa, burocracia e direção de institutos, ocorre mais uma guinada nos rumos de nosso personagem. Os jornais noticiavam com empolgação a visita que o então Presidente da República, Getulio Vargas, faria ao Jardim Botânico. Esse contato fora relatado muito tempo depois, na obra de crítica ao regime de Getulio Vargas chamado *Necropsia do Estado Novo* publicado em 1945. O encontro é desta forma narrado:

Recordemos pois, com saudades, Exc., aquelas empenhadas confabulações, que tínhamos os dous, à sombra, principalmente, daquelas árvores, que longe de nos perturbarem os raciocínios com o ciclar da brisa da Lagoa Rodrigo de Freitas nos seus ramos, antes, pelo contrário, nos garantiam a tranquilidade necessária para aquelas absorventes trocas de ideias sobre os grandes problemas nacionais. (LISBOA, 1945, p. 17).

A imagem do líder do Estado em novos tempos constitucionais trocando ideias com um intelectual estruturado da virada do século, mostra as condições de possibilidade realizadas com Revolução de 30. Achilles Lisboa e Getúlio Vargas certamente mantiveram correspondência após esse encontro. Era o componente que faltava para futuras pretensões políticas de nosso personagem se é que elas realmente existiam.

Mas a proximidade com Vargas não fizera efeito sobre a grande reestruturação que sofreu o Jardim Botânico. Rebaixado seu instituto de categoria e acusada sua administração de desvio de verbas, Achilles Lisboa entrega o cargo, soltando farpas. O episódio chegou a nosso conhecimento mais uma vez na obra que publicara nos anos de 1940

Na reunião do dia seguir, em que fomos recebidos apenas por aquele bando de salvadores da situação do Ministerio, entreguei aquele protesto, depois de desafiar o Snr. Navarro e sua companhia para irem ao Jardim, onde queria esmagar a calunia de afirmarem, como justificativa do seu vulpino, que aquele estabelecimento continuava em desordem e desmoralização". (LISBOA, 1945, p. 26. grifo do autor)

Indignado com as acusações que lhe são feitas recorre àquele que já sabemos ter mantido contato, o Presidente Getúlio Vargas. Diz estar indignado com as acusações e com a desconfiança sobre a idoneidade de suas ações dentro do Jardim Botânico. Ao então presidente teria escrito:

Ex., terminou aqui a minha missão e para que V. Ex. bem avalie de que sempre me soube manter na altura das responsabilidades, com que lhe aprouve à benevolência honra-me tão altamente, sponte sua, para direção deste Jardim, envio-lhe a copia do protesto, que acabo de deixar, no Ministério da Agricultura, contra o enigmático rebaixamento do mesmo, que eu vinha, entretanto, a reorganizar com a fiscalização pessoal e francos aplausos de V. Ex.. Respeitosas saudações." (LISBOA, 1945, p. 27).

Diante do quadro, pleiteia a aposentadoria, *"independente de interstício, com todos os proventos do cargos, que eu deixava!"*. Getúlio Vargas responde em

forma de bilhete Achilles Lisboa: “li, com sua própria letra: **“Não posso aposentar o Dr. Lisboa, porque continuo a precisar de seus serviços – Getúlio Vargas”**.”(grifo do próprio Achilles Lisboa). Mais uma vez se apresentam confusos os fatos. Achilles Lisboa pretendia continuar no comando de instituições burocráticas e por isso pedira a aposentadoria? Se fosse apenas o caso de retirar-se dos serviços burocráticos, por que comunicar diretamente ao presidente da República? Fosse real a intenção do médico de por fim a sua longa carreira como burocrata e cientista teria a fala com o presidente, que conhecera a pouco tempo, mas com quem certamente trocara correspondências, o suficiente para dissuadi-lo? Comentaria mais tarde o próprio Achilles Lisboa (1945, p. 29):

Em franca dissonância, entretanto, com este despacho, que me podia parecer consolador, mas trazia na cauda , como o escorpião, a peçonha de uma vingança, por ter sido eu, daquele modo, abnegado, de patriótico empenho em bem servir, mas com altivez e independência moral, naquela colaboração com o seu Governo, deixou-me V. Ex. largo tempo sem função de qualquer espécie, numa situação difícilima, que me fora desesperadora, si não tivera esta minha capacidade de resistência, que me faz encarar sempre, com estoicismo, todas as tempestades da vida!

A indignação na carta com a ausência de Vargas a acudir nosso personagem deveu-se a nada ter sido feito em prol do mesmo pelo presidente, quando do seu processo de impeachment em 1936. Getúlio Vargas que seria ou ao menos deveria ser seu trunfo político, se omitira e não acionaria Achilles Lisboa em nenhum dos projetos federais durante o Estado Novo.

Tendo sido encerrada a sua última tentativa de seguir uma carreira burocrático científica na capital federal, Achilles Lisboa retornou ao Maranhão em definitivo, em 1933. Não sabemos como ou se os seus pares intelectuais e políticos ainda deram projetos para que ele encabeçasse ou dirigisse, ou se seguira trabalhando em consultório, ou um misto de todas essas atividades. Mas o que é certo é que continuava um pesquisador atuante do meio social com a presunção positivista de reordená-lo sob preceitos racionais como fizera no artigo *O álcool e o alcoolismo*, do mesmo ano, onde demonstrava preocupação com o comportamento da população maranhense e os “*maus hábitos*” que estavam colocando a perder toda nação brasileira. (LISBOA, 1950, p. 81- 86).

Os anos subsequentes observara a política local entrar em ebulição. Como dito anteriormente rusgas, acusações, negociatas e manobras tornavam o cenário

político maranhense demasiado instável. Reafirmamos que não conseguimos elaborar com certeza de quem fora o ato da candidatura, mas em tempos tão conturbados. Segundo Meireles (2001, p. 328).

A Assembleia, inaugurada em 20 de junho de 1935, no dia seguinte elegeu sua mesa diretora em que conforme acordo bi-partidário, coube a presidência ao Partido Republicano, na pessoa do dr. Salvador de Castro Barbosa, e a vice-presidência à União Republicana, na de Antonio Pires da Fonseca; e a 22 seguinte elegeu o dr. Aquiles Lisboa, sábio leprólogo e estúdios naturalista, despedido de qualquer partidarismo extremado, para governador do Estado, no primeiro quadriênio da nova fase constitucional, a exemplo do que, também indiretamente, fizera a Assembleia Nacional com Getúlio Vargas que passara a presidente da república.

Como apontamos anteriormente esse despojo desinteressado de Achilles Lisboa era seu trunfo para a candidatura. Intelectual renomado, cientista, escritor, jornalista, articulado nos grupos de letras tanto no Estado, quanto fora dele, nosso personagem estava na posição ideal para ser o véu sob o qual os jogos políticos e de poder corriqueiros se reorganizariam.

Com o apoio da Diretoria da Associação Comercial do Maranhão, que fora um dos agentes em luta na época então encerrada das interventorias, começa a indicar a equipe de governo e empossa, segundo determinação da constituição a nomeação de seus auxiliares diretos e o prefeito da capital, Manoel Azevedo, “*seu compadre e antigo chefe político perrepista em Cururupu*”. (CALDEIRA; 1990, p. 60). Este ato violava o acordo com a coligação, posto que dentro dos bastidores políticos, seria a URM (União Republicana Maranhense) a indicar o prefeito, que deveria ter sido. Achilles Lisboa, sob via legalista dizia ser uma prerrogativa dele enquanto governador, mas a cisão estava instaurada. Declarara Achilles Lisboa (Discurso de Posse, CORDEIRO; 2013, p. 67-68)

um soleníssimo aviso: Não haverá considerações de espécie alguma, estima pessoal, parentesco, gratidão por obséquios recebidos, apresentação por pessoas às quais deva respeito e mesmo obediência, piedade ou comiseração pelo estado de pobreza, deferência apela posição social ou pelo valor soberanamente mais alto da cultura intelectual, nada, absolutamente nada haverá que me impeça de dispensar imediatamente os companheiros nos quais descubra que a satisfação do ganho prevalece ao devotamento ao serviço.

Percebemos em seu discurso a elevação do funcionalismo e do governo sobre as ligações pessoais e acordos políticos. Achilles Lisboa, era mais uma vez

chefe do executivo, e pronto a gerir uma coletividade ainda maior que a de sua cidade na época em que fora prefeito. Avisa aos políticos tradicionais do Maranhão representados por “parentescos”, “estimas”, “obséquios” e “deferência” tudo que realmente fazia parte do jogo político seria substituído por uma gestão racional e idealista onde “prevalece a satisfação do ganho” e o “devotamento ao serviço”. Ele apontava para novos tempos no estado.

Vinde, pois, vós todos, maranhenses de almas nobres, mentes abertas às grandes ideias, vinde trabalhar comigo nesta empresa santa em que se encare mais o interesse coletivo que os interesses individuais. O meu governo, crede-o vós, será uma objetivação exata de todas as ideias que tenho pregado sobre as necessidades do Maranhão, sendo ainda, sem discrepância, uma continuação das normas de minha vida pública. (Discurso de Posse, CORDEIRO; 2013, p. 68)

Percebemos em Achilles Lisboa a tentativa de realizar uma utopia salvacionista pela ciência em direção a um estágio civilizado, como ele mesmo colocara uma “objetivação exata de todas as ideias” que ele vinha realizando desde a década de 1910. As “mentes abertas às grandes ideias” é que seriam seu apoio. O Estado, “com as durezas dos problemas” era “rico em bocas que o sugam e pobre em braços que o ajudam!” (Discurso de Posse, CORDEIRO; 2013, p. 67-68)

Tudo aqui, portanto, são ruínas que é preciso desentulhar para poder construir. De que forças me poderei socorrer para o sucesso da empresa que se fia neste momento a fé cívica o amor pelo Maranhão? Estará sobretudo na vossa dedicação, no vosso amparo, na vossa ajuda, essa força principal de que carece para tudo remediar! Discurso de Posse, CORDEIRO; 2013, p. 67.

Em pouco tempo os grupos de oposição, responsáveis pelo “entulho” e pelas “ruínas” do Estado, ligados aos interventores prévios, entrincheiraram-se contra o Médico, mobilizando o aparato jurídico de várias instancias contra a medida “independente” do governador recém empossado. Conseguiram então usar um mecanismo previsto na constituição, que possibilitaria afastar o governador que eles mesmos elegeram, tratava-se do *impeachment*. Através do decreto-legislativo nº 1, de 8/04/1936, no qual determinava a extinção do mandato de Achilles Lisboa, “declarando-o incurso em vários dos crimes de responsabilidade definidos na nova Constituição (art.63)”. (MEIRELES; 2001, p. 328 a 330).

Achilles Lisboa abria duas frentes de combate a seus adversários políticos: uma mediante mandatos de segurança pedidos junto aos tribunais e a outra falando diretamente a população maranhense pela via que mais utilizara em sua vida: a publicação em periódicos. O jornal *O Imparcial* prestava-lhe solidariedade

O CASO MARANHENSE: não é valido o processo de 'impeachment' contra o governador Achilles Lisboa. Para um bom número de commentarios, evidentemente facciosos, reveste-se o caso político maranhense do aspecto de um denso nevoeiro, dentro do qual ninguém se entende. A questão é, entretanto, muito simples. Não passa de uma trama de políticos que, dispondo da maioria da Assembleia estadual quiseram transformar o governador Achilles Lisboa num fantoche a serviço dos seus pequenos interesses partidários e de fácil manejo. [...]. (O IMPARCIAL, 15/05/1936, P. 05)

Sendo manobra ou não dos “*pequenos interesses partidários*”, Achilles Lisboa tivera pouquíssimo tempo de governo e, apesar de já ter feito públicos vários projetos de reformas urbanas e sanitarismo, não conseguiu realizar nenhum. Antes mesmo que o seu processo de cassação se concluísse toma uma medida espetaculosa e deixa o palácio do governo, para “*ser carregado pelo povo*” (conforme registro fotográfico abaixo). Segundo o jornal *O Combate*

O Dr. Achilles Lisboa entrou de pé para o governo, exprimindo a vontade, a inteligência, o caráter e o civismo do povo maranhense, e desceu as escadas do Palácio como símbolo da resistência moral de nossa gente na hora gloriosa do sacrifício. (Manchete na 1ª página do jornal *O Combate*, de 9/07/1936)

Figura 2– Saída de Achilles Lisboa do Palácio dos Leões quando é afastado do Governo do Estado do Maranhão.



Fonte: (SOUSA, 2000).

Entendemos aqui que ao repetir um ato de alta comoção popular, Achilles Lisboa fazia uma última manobra política, tentando passar sobre o grupo majoritário no poder e se apoiar no grupo popular, nas instituições de letras e comerciais, e nos seus pares intelectuais, tentando gerar um novo consenso que lhe permitisse permanecer à frente do poder executivo estadual. Tudo em vão. O tribunal confirmaria a decisão da assembleia estadual. Inconformado, fizera publicar no mesmo ano (1936) *Manifesto à nação*, obra na qual desabafa sobre a ‘injustiça’ que acredita ter ele vivido e, logo em seguida publica também *O Dissídio Maranhense*⁴⁹, na qual menciona

⁴⁹ Ambos *Manifesta à Nação* e *O Dissídio Maranhense*, no Maranhão pela Imprensa Oficial, o primeiro no ano de 1936 e o segundo em 1935 no meio de todo o processo. Estas obras podem ser localizados no APEM (Arquivo Público do Estado do Maranhão).

[...] torna-se evidente não só a fraqueza espiritual ou a velhacaria partidária destes, que figuram assim à clareza da pergunta, senão também o crime de consciência que praticavam aqueles que abertamente mentiram por conveniência e procuraram levar fora daqui o descrédito a um governo, cuja falta única, determinante de uma tal oposição, foi lhes não atender ao interesse pessoal de lhes perguntar uma repartição pública, em que seu partido cevasse grandes ideias de rendosas colocação para os seus apariguados. (LISBOA, 1936, p. 2).

Outra oportunidade não surgiria já que a constituição fora mais uma vez suspensa e as interventorias mais uma vez retomadas, era o *Estado Novo*. Não sabemos se Achilles Lisboa esperava que Vargas o indicasse para o cargo, mas o que sabemos é que isso não ocorrera, sendo indicado Paulo Ramos para encabeçar o estado. Achilles Lisboa estava politicamente morto e dava seus últimos suspiros públicos. O jornal *O Diário do Norte* passa a ser um de veículos a darem conta de suas ações

Regressou a esta capital, após alguns meses de excursão pelo Noroeste do Maranhão o nosso conterrâneo e prezadíssimo amigo Sr. Dr. Achilles Lisboa. O douto maranhense demorar-se-a algum tempo nesta capital, onde inúmeros amigos e admiradores o tem visitado para lhe apresentar saudações de boas vindas.
O Diário do Norte cumprimenta-o cordialmente.

(Diário do Norte, 04 de agosto de 1937)

Retirado a sua cidade natal, o periódico torna patente que ainda há uma certa simpatia para com o ex-governador e deferência com seu status de intelectual. É bem possível que as atividades de pesquisa, publicação e palestras.⁵⁰ de Achilles Lisboa não tenha cessado, especialmente aos problemas da lepra no Brasil. Como aponta o jornal *O Imparcial* em 1948:

Amparo à causa do Dr. Achilles Lisboa.
Apesar de sua já avançada idade, o ilustre cientista conterrâneo, Dr. Achilles Lisboa permanece em intensa atividade médica no sentido de levar, cada vez mais à frente, os seus vastos planos de estudos e cura da lepra, uma das mais impressionantes doenças que perseguem a vida humana. (O Imparcial, 10/11/1948)

⁵⁰ Nesse período viaja ao Pará, conforme próprio relato no Jornal Diário do Norte de 24 de agosto de 1937, no qual diz: “em virtude de minha imediata para o Estado do Pará e das preocupações correlativas de tal partida, não me foi possível atender ao apelo que fizestes e alguns distintos colegas meus acolheram benevolmente [...]”.

Passando a década de 1940, estudando, publicando material, conferenciando, entre “intensa atividade médica” e “vastos planos de estudos” ainda escreve *Necropsia do Estado Novo*, onde faz um apanhado do que representara para si e para o Brasil a chamada Era Vargas e, *Profilaxia da Tuberculose*, mais uma vez evocando a reorganização do espaço e o gerenciamento de corpos e populações. Vez ou outra publicava nos jornais que lhe eram simpáticos como *O Imparcial* e *O Diário do Norte*. A morte se avizinhava, ironicamente um câncer de pele provavelmente adquirido por tanto se expor ao sol. (CORDEIRO, 2013)

Falecera em 1951, aos 72 anos de idade. Se por um lado obtivera êxito e reconhecimento em serviços especificamente de sua área, por outro não conseguira salvar o Brasil pela higienização de sua população através da reorganização de espaços e na reeducação dos corpos no que tange a hábitos de higiene, profiláticos e educacionais. Oscilando entre a pesquisa, o trabalho burocrático e a política não lograra êxito num projeto que pretendia unificar o cientista-burocrata do positivismo, ou “*cientista útil*”⁵¹ em seus dizeres, promovendo ante seus pares participação e consagração em agremiações e institutos e fracassando epicamente na política.

Todavia, nos propiciou devido a seu aguçado hábito de escrita um vasto corpus documental que nos permite dialogar com um sujeito que é portador tanto que conseguia conciliar a retórica e o amor a valores tradicionais de um humanismo cristão, o halo cultural de um grupo de intelectuais nativos que se auto representavam enquanto portadores de um legado e salvadores de uma coletividade decadente. Ainda trazia o método científico ao máximo de sua utilização prática, excedendo suas especificações teóricas para se tornar um plano concreto de intervenção nos comportamentos coletivos. Por mais que seja tentadora a ideia de tomar de uma vez todos os aspectos, deter-nos-emos em apenas um dos pilares de sua prática discursiva, a qual trataremos no próximo capítulo: a educação, momento no qual Achilles Lisboa constrói à sua maneira seu olhar e entendimento das melhorias que precisaria então o Brasil, encontrado por ele pelo viés da Hereditariedade Social, conforme abordaremos no próximo capítulo..

⁵¹ Referencia que ele próprio, por vezes, faz. Ao se entender que sua atuação iria para além do pensar mas acima de tudo de colocar em prática o conhecimento adquirido.

4 DA HEREDITARIEDADE BIOLÓGICA À HEREDITARIEDADE SOCIAL: o pensamento educacional de Achilles Lisboa

Como foi explicitado no capítulo anterior, por mais que os espaços sociais do cientista crescessem ao final do Segundo Reinado e fossem catapultados com o advento da República, ainda havia um limite muito grande nos efeitos reais das pesquisas científicas na realidade social concreta, sendo mais ou menos favorecidas dependendo do jogo de força dos grupos sociais. Achilles Lisboa, em meio a esses interregnos não se eximia de pesquisar e publicar sobre educação, mesmo que estivesse simultaneamente escrevendo sobre outros assuntos, fato muito comum em toda sua trajetória.

As obras que refletem diretamente sobre educação foram duas, mas apenas uma delas foi encontrada em seu texto completo. A publicação incompleta se chama *Raízes Positivas da Nossa Equação Nacional*, de 1931, um discurso pronunciado na inauguração da nova Escola de Aprendizes Artífices do Pará. A publicação que conta com o texto integral preservado data de 1926 e foi endereçada ao então presidente da república, Washington Luís, sendo intitulada *Sobre o Melhor Meio de Divulgação do Ensino Primário no Brasil*.

Há ainda o livro *No Maranhão*, uma compilação de artigos publicados em São Luís, que também tem textos educacionais, cuja data de publicação é incerta. Mas, considerando que desde o fim da década de 1910 ele já havia estabelecido moradia no Maranhão, bem como a temática do livro, é provável que tenha sido impresso durante a década de 1920.

Desse modo, a fim de manter a coerência com as condições de produção da obra, sem incorrer nos perigos de sublimação do discurso do referido autor pelo nosso, tampouco em incorrer em anacronismos, já que as produções posteriores respondem a outras conjunturas, ater-nos-emos com mais ênfase na referida publicação de 1926, cujos elementos constitutivos, pelo fato mesmo de poderem ser materialmente analisados na íntegra, apresentam mais subsídios para o diálogo.

Entendemos que essa obra abarca as principais proposições e práticas discursivas de Achilles Lisboa no que tange à educação, já que os ecos das medidas se fazem sentir pelos anos posteriores de sua publicação original, na medida em que orienta e apresenta práticas concernentes tanto à educação sanitária norte-americana, quanto ao escolanovismo que se fez mais presente a partir dos anos 1930.

Ainda, ela é parte de uma grande visão de mundo que perpassa pelas obras que lhe sucederam temporalmente.

Além da breve discussão conceitual acerca das condições de elaboração, publicação e circulação da obra, faremos também a compilação mais intrínseca de suas estruturas explicativas do real, da forma com que Achilles Lisboa concebe a realidade brasileira, a metodologia que aplica com a qual torna válido o enunciado de sua tese, e finalmente a concepção de educação que apresenta.

4.1 A história de um livro

Quando lançou Sobre o Melhor Meio de Divulgação do Ensino Primário no Brasil, em 1926, o Dr. Achilles Lisboa não estava se aventurando em uma área em que fosse neófito. Publicada pela Gráfica Paulo Pongetti & Cia, do Rio de Janeiro, essa obra já tinha percorrido um caminho quase vitorioso em meio a tantas que tratavam sobre o tema. No ano de 1920, a Academia Brasileira de Letras (ABL), lançara uma competição monográfica aberta a todos os que quisessem se candidatar, o Prêmio Francisco Alves.⁵²

Conta-nos Monarcha (2014) que havia na cidade do Rio de Janeiro um livreiro português chamado Francisco Alves que mantinha lojas na capital federal e em mais duas cidades, São Paulo e Belo Horizonte. Entusiasta, qual fora toda uma geração, do hábito de leitura e do livro como “redentor da nação” (SILVA; COSTA; 2011), ele comercializava cópias de vários gêneros literários e tinha por hábito fazer generosas doações à ABL. Quando de sua morte, em 1917, deixara para a referida academia uma vultosa herança de 5 mil contos de reis. Porém, seu testamento tinha também por condição:

Fazer de cinco em cinco anos dois concursos, um sobre o melhor modo de divulgar o ensino primário no Brasil; outro sobre a língua portuguesa, dando de prêmio às monografias que obtiverem os primeiros lugares dez contos de reis de prêmio a cada uma; às que obtiverem o segundo lugar cinco contos de reis a cada uma; e às que obtiverem o terceiro lugar, três contos de reis a cada uma (NEVES, 1940, p. 263 apud MONARCHA, 2014, p.151).

⁵² Este prêmio era realizado pela ABL (Academia Brasileira de Letras) de cinco em cinco anos, com objetivo de valorizar publicações voltadas para a educação, conforme exposto ao longo do corpo do texto.

Mais do que o valor da premiação em si, obter a certificação da ABL daria à obra premiada, bem como a seu autor, maior visibilidade e notoriedade entre tantos que, desde fins do Império, usaram da palavra escrita como forma de difusão de suas práticas discursivas. Não seria apenas um prêmio ao conteúdo, mas um prêmio que consagraria formas de pensar, construir premissas, argumentar e estruturar um texto.

Mas havia controvérsias: eram dois prêmios ou haveria a sobreposição de um prêmio ao outro? Os embates se deram com o concurso já lançado, não sabendo os acadêmicos se deveria haver uma modalidade única ou se deveria dividir a competição em duas categorias, mas as inscrições foram abertas, no ano de 1920, valendo até 1921.

Já com o edital publicado e o concurso em andamento houve novo entendimento e parecer, fazendo com que uma outra fase do concurso fosse lançada em 1922. O certame determinava que deveria haver dentro do concurso trabalhos estritamente direcionados à problemática da melhor forma de difundir o ensino primário no Brasil para cumprir plenamente a cláusula testamentária. Concorreram 75 monografias e os premiados foram: Júlio Nogueira (1º lugar), Achilles Lisboa (2º lugar) e Osvaldo Orico (3º lugar) (MONARCHA, 2014).

Sua atuação como pesquisador o pusera em estudos sobre doenças tropicais, botânica e engenharia agrícola, mas, naquela ocasião, Achilles Lisboa elaborara um trabalho monográfico sobre educação e quase ganhara. Não sabemos o tempo que levou para desenvolver a obra, a cujo volume original não tivemos acesso, mas sabemos que dedicara um bom tempo de pesquisa ao assunto, dado o volume de leituras e autores que apresenta.

Marca de uma geração cuja escolaridade incentivava a prática poliglótica⁵³, ele tinha acesso a livros dos autores mais renomados em seus idiomas originais, cujas citações são encontradas ao longo de toda obra. Usando sua rede de contatos por correspondência, qual seus pares fizeram em todo país, adquiria obras de autores nacionais e estrangeiros, numa época em que o mercado editorial nacional engatinhava.

⁵³ Se observarmos as disciplinas que estudou no Liceu Maranhense, bem como sua própria prática de leitura e escrita ao longo das duas graduações pelas quais passara, é bem possível que tivesse tido aulas de latim, grego, inglês, francês e alemão.

Para reforçar esse dado “identitário”, várias traduções de obras estrangeiras para o português eram feitas pelos intelectuais dessa geração, sendo o próprio Achilles Lisboa um desses tradutores.⁵⁴ No referido livro encontramos:

Tabela 1– Levantamento de obras estrangeiros.

Nacionalidade do Autor	Quantidade
Alemã	3
Belga	1
Brasileira	6
Estadunidense	3
Francesa	14
Inglesa	2
Peruana	1
Portuguesa	2
Suíça	1
TOTAL: 9 nacionalidades, em 5 idiomas	33 autores

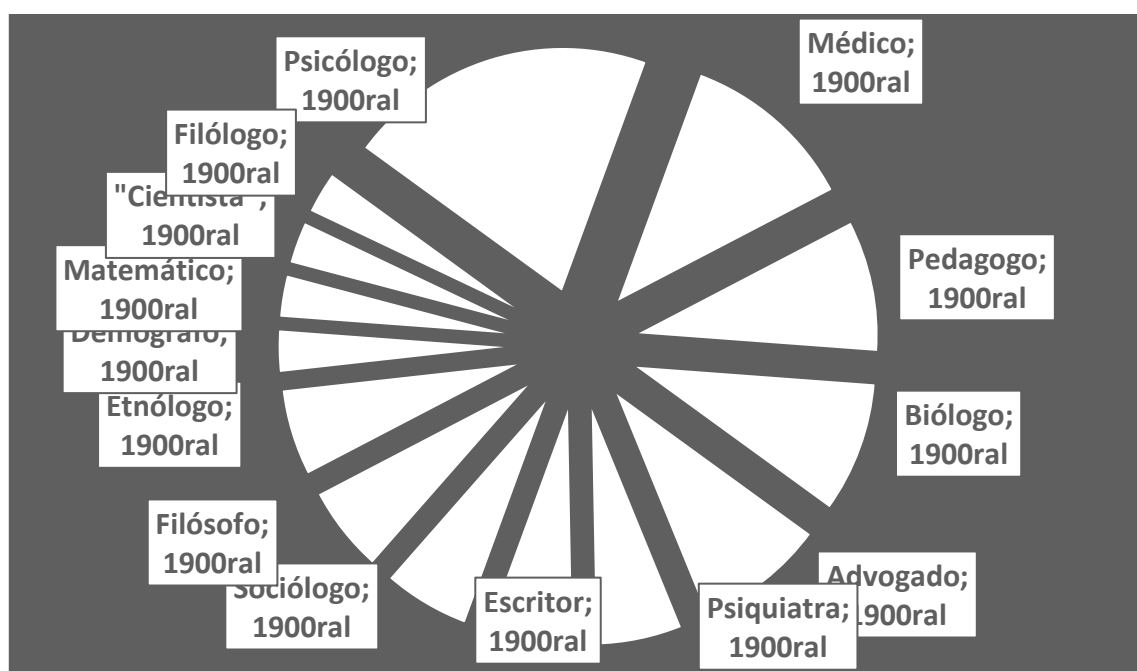
Fonte: Tabela construída a partir de dados pelo o autor, extraídos da leitura e análise da obra LISBOA, Achilles. Sobre o melhor meio de divulgação do Ensino Primário no Brasil. 1926. Editora Gráfica Pongelli e Cia.

A prevalência abissal de franceses, com 14 autores listados, deve-se ao galicismo cultural que encontrou terreno fértil nos intelectuais de países em construção ou reconstrução, como o Brasil (LACROIX; 2008). As principais categorias de análise são de autores franceses, representações com as quais a realidade brasileira foi pensada e ordenada por longos períodos de sua história. Nesse aspecto, Achilles Lisboa não diferia dos demais intelectuais de sua época. Os brasileiros compilados, segundo maior grupo de autores (6 membros), constituem-se nos demais pensadores da realidade do país que, assim como ele, estavam refletindo sobre as formas de resolver os problemas nacionais, intelectuais cujas obras são referidas ao longo do texto.

⁵⁴ Sabe-se, embora sem data exata, que Achilles Lisboa realizou a tradução do livro denominado de *Regras e Conselhos sobre a Investigação Científica (os Tônicos da Vontade)– Livro consagrado à juventude*; Traduzido da 6ª edição espanhola, com permissão do autor, e comentado pelo próprio Achilles Lisboa. A obra é: RAMON; CAJAL, Professor Santiago. *Regras e Conselhos sobre a Investigação Científica (os Tônicos da Vontade) – Livro consagrado à juventude*. 6ª ed.; ZELIO VALVERDE livreiro e editor; Editora Científica; Rio de Janeiro. (data incerta).

Um outro grupo de autores de outras nacionalidades, menor representado em um país que se inebriava com pensadores franceses desde o século XIX, aparece em seu texto com valores individualizados baixos, mas se tomados em conjunto apontam um número dilatado, 13 membros. A utilização de autores desses grupos minoritários responde a uma necessidade intrínseca da argumentação do texto: uma síntese de saberes ainda em construção que deveria responder às grandes linhas do pensamento social e oferecer novas premissas, refutando o “consenso” estabelecido. Como mostra o gráfico abaixo, sobre as ocupações dos autores citados:

Gráfico 1 - Pesquisa empreendida acerca dos referenciais de leitura de Achilles Lisboa



Fonte: Elaborado pelo autor. A versão completa encontra-se em Apêndice B no fim deste trabalho.

Ao número reduzido de biólogos (3) e sociólogos (2), autoridades discursivas consagradas quando se tratava do estudo de grandes populações, Achilles Lisboa apresentava autores ingleses, estadunidenses e suíço que pensavam a partir da visão psicológica (7 membros), como também médicos e psiquiatras (4 e 2 autores, respectivamente) para corroborar sua tese acerca dos métodos mais eficazes de difundir a educação.

Como informa Nagle (2001), o recurso a categorias psicológicas com viés educacional se constituía em uma forte linha de produção, a partir da segunda metade da década de 1920. Por seu turno, recorrer a autores médicos prestava contas

aos movimentos da educação sanitária norte-americana, que se configuravam ao final dos anos 1910. Um campo ainda em construção, cuja articulação era acompanhada por Achilles Lisboa, que, sendo sanitaria da “era oswaldiana”, possuía interesse nas formas de produzir efeitos nos comportamentos coletivos.

Erudição, aquisição de livros a despeito de sua escassez, acesso a leituras em várias línguas, apropriação de saberes e discursos dos grandes centros culturais. Essa era uma prática pertinente à elite intelectual que se articulava desde o Segundo Reinado, a qual fez do acesso à instrução formal nos mais diversos níveis o seu signo distintivo ante as demais elites nacionais (SCHWARCZ; 1993; MICELI;1989). A pretensão dessa *intelligentsia* era dirigir os rumos do país, e Achilles Lisboa, assim como vários membros dessa elite letrada, toma parte dessas discussões através de suas publicações.

Publicar era o hábito de escrita mais comum entre a elite intelectual brasileira (GEBRIN; 2007). Apesar de contar com um imenso número de analfabetos, os jornais se tornavam o meio de expressar e fazer circular com maior regularidade representações sobre a sociedade. Alguns periódicos de maior prestígio e maiores aspirações político-sociais reservavam espaço ao grupo de letrados, os convidavam para publicar, ao mesmo tempo em que alguns eram também jornalistas.

Silva e Costa (2011), usando uma experiência dos alunos das escolas secundárias da cidade de São Luís na Primeira República, mostra-nos que havia um incentivo à organização e produção de periódicos jornalísticos dentro dessas instituições de ensino, iniciativas estas que posteriormente resultaram na fundação de jornais profissionais, a despeito das dificuldades financeiras de manutenção dos mesmos.

Quando recuamos no tempo, para a juventude de Achilles Lisboa, vemos que ele desenvolvera a mesma atividade em um período correlato dos estudos, tornando-se posteriormente um colunista itinerante de periódicos não só de grande circulação, como também dos institutos aos quais foi ligado. Podemos inferir que, desde o final do Império, a prática jornalística estava se consagrando como a forma de circulação ordinária das representações de gerações consecutivas da *intelligentsia* nacional.

O dado que podemos acrescentar à experiência que desenvolvera ao longo de sua carreira reside na especificidade da geração em que nascera Achilles Lisboa, fins do século XIX e começo do século XX, e que se tornaria parte dos intelectuais

atuantes na Primeira República. Essa geração teve acesso a currículos conciliadores, ou pelo menos que tentavam se apresentar de tal forma, de saberes pertencentes ao humanismo cristão e também da nascente educação científica (SAVIANI; 2007).

O acesso a disciplinas tipicamente humanistas como Filosofia, Moral, Literatura, Gramática Filosófica e Retórica garantiam à sua prática de escrita coerência específica, agudo concatenamento de ideias, exame mental de argumentos, tributo aos grandes clássicos da literatura e da filosofia, assim como apego a léxicos e estruturas eruditas.

A epistemologia concorrente, já assinalada no currículo reformado no começo da república, se insinua em disciplinas eugênicas e que usam o método científico. Esses campos de saber que já dominavam os círculos acadêmicos deslizavam lentamente para a formação mais geral da futura geração letrada. Achilles Lisboa, fora um dos intelectuais a utilizar a estrutura linguística tradicional em prol do pensamento positivista diluído em suas duas graduações, farmácia e medicina, e em sua prática como sanitarista.

Um outro dado importante é que as ciências ainda estavam em formação, por isso, seus domínios ainda estavam muito imbrincados com um grande conjunto de saberes não especializados e que deveriam cumprir uma ampla gama de atribuições do profissional egresso (SANTOS FILHO; 1997). Dessa maneira, botânica, engenharia agrícola, mineralogia e psiquiatria eram campos nos quais acadêmicos da área médica (que também inclui a faculdade de farmácia) poderiam pesquisar e se enveredar, dando subsídios outros para pensar a realidade social. Nosso personagem, como foi mostrado no capítulo anterior, conseguiu locais de atuação/leitura, os quais foram abertos por essas áreas de conhecimento complementar.

Portanto, esse profissional de múltipla formação ao publicar um livro adentrava num terreno pantanoso. Havia uma correspondência entre jornais e livros na Primeira República como veículos de difusão de ideias. O jornal por ser um agrupamento de textos de várias naturezas e por ter um tempo de leitura mais breve visava um alcance socialmente mais abrangente de suas representações, concomitantemente, dividia espaço com a prática discursiva da *intelligentsia* militante (SEVCHENKO, 1992).

Em Achilles Lisboa, assim como em vários intelectuais que com ele discutem, a exemplo de Afrânio Peixoto, Oliveira Viana, Rui Barbosa, Belisário Pena,

apenas para citar alguns, percebemos que o teor das argumentações e temáticas apresentadas em jornais e revistas, como editoriais e artigos, poderia se converter em obras mais elaboradas posteriormente, onde o nível de disputas e trocas simbólicas atingia outro patamar (BOURDIEU, 1987).

A grande problemática era conseguir editores que arcassem com a produção de um livro, por isso, era vital que tivessem amigos ou contatos entre jornalistas, instituições que bancassem as publicações e políticos que incentivassem a cultura. Conseguir a publicação de obras mais elaboradas era quase sempre um estorvo, posto que não havia mercado que justificasse tal investimento, mesmo em centros econômicos mais pulsantes do país:

A situação do comércio de livros era extremamente desalentadora. Eram poucos os pontos de venda de varejo e praticamente limitados aos bairros mais ricos do Rio e de São Paulo [...]. A produção editorial que ainda tinha lugar no Brasil raramente se aventurava além dos campos seguros dos livros didáticos e de livros sobre legislação brasileira, e não passava de uma atividade casual e secundária das grandes livrarias. (HALLEWELL, 2005, p.235, apud GEBRIM, 2007).

Se essa afirmação era verdadeira para centros econômicos mais ativos como São Paulo e Rio de Janeiro, podemos deduzir como era irrisório o mercado editorial do Maranhão, onde Achilles Lisboa tinha fixado moradia em 1916. Curiosamente, o referido médico começara a publicar livros justamente após deixar a Capital Federal.

Como em um meio editorial tão incipiente como São Luís, Achilles Lisboa encontra formas de publicar na mídia livresca? É justamente o espaço social que construíra em todas as modalidades de aquisição de relações pessoais, sociais e culturais que vai criar atalhos onde falha o capital econômico.

Com mais de 40 anos de idade e tendo associação a grandes institutos, e com a prática corriqueira de escrever, expressar, comunicar, pesquisar e ler, Achilles Lisboa, como muitos intelectuais, tinha diversos materiais à espera de publicação. Os contatos que deixara oportunizaram o acesso e a simpatia de alguns editores entusiastas ou mesmo a mobilização dos contatos político-institucionais para conseguir o financiamento das tiragens (SEVCENKO; 1992).

Para se ter uma ideia dessa movimentação, até a publicação de *Sobre o Melhor Meio de Divulgação do Ensino Primário no Brasil* (1926), ele fez uso da imprensa oficial do Maranhão em quatro ocasiões e em três oportunidades usou

tipografias de particulares. Embora estivesse no Maranhão, conseguiu publicar material na capital federal, onde tinha um público leitor, utilizando-se tanto de uma editora pública, quanto de uma editora privada.

Isto posto, à tacaidez do mercado editorial brasileiro, intelectuais como nosso personagem mobilizavam uma rede de contatos que podia contornar as deficiências estruturais. O empecilho maior para os escritores e publicações se dava para além da inelasticidade comercial: era preciso que existisse um número relativamente elevado não só de leitores, mas de alfabetizados.

O equilíbrio entre publicações em gráficas públicas e privadas nos chama atenção para a primeira gráfica privada que ele utiliza fora do Maranhão, justamente a que publicara o livro que analisaremos. Mas por que necessariamente essa obra e por que fora publicada em uma editora privada? Possíveis respostas a essas duas perguntas podem esclarecer bastante sobre o contexto de época.

Ao que tudo indica, ele tinha altas pretensões com este livro. O concurso da Academia Brasileira de Letras tinha como cláusula que o trabalho monográfico só poderia ser inscrito em forma de livro ou se estivesse em sua primeira edição. Achilles Lisboa pretendia reinscrever a obra no concurso de 1927, o que nos leva a crer que ele contemplara apenas a primeira condição em 1922, “publicar em forma de livro”, já que não havia publicado a obra anteriormente, não estaria infringindo as regras, posto que aquela edição de 1926 seria a primeira publicação. Apesar de alguns questionamentos, a inscrição de *Sobre o Melhor Meio de Divulgar o Ensino Primário no Brasil* foi deferida (MONARCHA, 2014).

Houvera reelaboração do texto original de 1922, mas não podemos precisar até que ponto em suas fundamentações, já que não conseguimos ter acesso ao texto original, que nunca foi publicado. Podemos sustentar a tese da reelaboração textual pela inclusão de tópicos e referências ao Instituto Cururupuense, fundado em 1925, na versão que fora publicada pela primeira vez em 1926.

Esse novo texto, ao nosso ver, respondia a um momento efervescente nas pretensões do referido médico, então com 55 anos de idade. Já eleito prefeito da cidade de Cururupu e fundador do Instituto Cururupuense, e passados quatro anos da primeira apreciação de seu livro pela comissão da ABL, apresentava-se uma nova oportunidade de demarcar o local proeminente que o *pensamento educacional achilleano* deveria ter nas discussões. Discursos são disputas por ordens de sentidos, mas não se sustentam apenas na circulação de suas formas corporificadas, mas

também através das instituições que lhes agregam poderes de gerar efeitos de verdade (FOUCAULT; 1996).

Assim sendo, a proliferação discursiva sobre educação que nos aponta Nagle (2001) nos anos 1920, refletida na proliferação editorial propriamente pedagógica daqueles anos, gerava representações concorrentes às que Achilles Lisboa visava cravar como “verdadeiras”. A premiação da ABL seria o halo de consagração que suas representações precisavam (BOURDIEU; 1987).

A proliferação discursiva se acentuou com o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro, nos anos 1920, que deixara o marasmo da década anterior por decorrência da Primeira Guerra.

A indústria editorial paulista, por exemplo, assiste a um boom inesperado nos anos 20. Em parte desencadeado pela crise de importações e a calamitosa carestia do pós-guerra, o fato é que esse surto adquire uma dinâmica própria e se torna num crescendo auto-sustentado. Ele envolve não só livros, mas também revistas e folhetos de todo tipo. (SEVCHENKO; 1992; p.95).

Esse frenesi causado pelo mercado editorial trouxe um volume muito maior de livros ao mercado brasileiro e, ato contínuo, melhorou o investimento na capacidade produtiva, encurtou o tempo de publicação e aumentou a qualidade geral das encadernações. Com um volume muito maior de livros, houve também proliferação de autores que vinham de todos os cantos em busca de espaços para publicar. As editoras abraçaram vários autores novos, diversificando o mercado, inclusive o educacional como citado, chegando a produzir cifras perto de 1 milhão de tiragens ao ano (SEVCHENKO, 1992).

Apesar de não termos dados disponíveis para o Rio de Janeiro, local que Achilles Lisboa escolhera para lançar seu livro, podemos supor, que por ser a capital federal e também centro de negócios, a expansão editorial deve ter sido semelhante. Isto posto, publicar o livro no Rio de Janeiro objetivava atingir um público interessado, pois que já tinha leitores cativos e notoriedade pública, e usar uma editora particular nesse contexto presumia tempo curto de confecção e grande número de tiragens e em um espaço político estratégico, a capital federal.

Para além dos “leitores consumidores”, aqueles que estariam comprando o livro como produto, havia o que Castellanos (2010) chama de “leitores imaginados”, a comunidade leitora a quem o autor mirava ao elaborar a obra. Passando sobre o julgamento dos membros da ABL, instituição que coadunava a “missão salvadora da

literatura”, ele poderia ainda atingir a classe política, gerando efeitos práticos. Não poderia ter sido mera coincidência lançar o livro no exato mês em que assumiria o novo presidente, Washington Luís, e incluir na edição uma carta aberta ao novo chefe de estado. As condições eram favoráveis à reificação do seu “saber-poder” (FOUCAULT; 1996).

Em *Sobre o Melhor Meio de Divulgação do Ensino Primário no Brasil*, Achilles Lisboa faz uma leitura da situação intelectual e dos intelectuais que estavam à frente da República:

O aplauso e a aprovação, a satisfação do atraso e do amor próprio fazem toda a ambição dos espíritos: atingir a verdade, ser capaz de uma solução, formar a mente e o carácter são coisas alheias ao nosso destino. Nosso país está hoje transformado em vasto cenário onde se agita um povo que não sabe caminhar, conduzidos uns pela moda, outros pela ambição de efeitos literários, jornalísticos e de tribuna; pela popularidade, terceiros; pela auto-admiração e cultura de estereis virtudes passivas e severas intransigências pessoais, [...] Não temos opinião e não temos direcção mental. (LISBOA, 1926,p. 19).

O trecho acima, resultado de uma conversa intertextual com a obra do advogado Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro*, é uma conclusão de uma intelecção acerca das gerações que se sucederam após a proclamação da República e que tinham falhado em criar uma “cultura nacional”. Consumidores de bens simbólicos estrangeiros, eles não construíram nenhuma teoria nacional, “não temos opinião”. Mais grave, aderiam sem critérios às chamadas “modas” e eram dados à retórica pavoneada, buscadores de “efeitos literários, jornalísticos e de tribuna”.

A proliferação discursiva parecia ter criado um efeito de desorientação das elites que deveriam estar levando o país rumo ao progresso. Esse grupo sem um plano mestre para o desenvolvimento, “sem direcção mental”, não conseguia “atingir a verdade, ser incapaz de solução”. A geração que ele aponta que vinha levando a República tinha seus males ligados à sua própria formação: “instrução exclusivamente especulativa e literária com afeição superficial do exercício dialético, bizantina preocupação de regularidade gramatical e purismo clássico; arrebicado atavio da forma” (LISBOA, 1926, p 25).

Paradoxalmente, Achilles Lisboa atacava a mesma estrutura em que se formara, mas se apresentava como observador distanciado dela. Como a mesma premissa teria resultado em sujeitos tão diferentes? Esse limite do próprio

pensamento achilleano pressupunha que havia uma forma não neutra de propor uma política nacional neutra: a educação.

Mas, ao propor a educação, ele referia-se a uma prática renovada e concordante não apenas com os exemplos de “sucessos” ao redor do mundo, mas alinhada aos mais novos pensamentos sobre o fenômeno. A adesão aos modelos metodicamente construídos das ciências educacionais seriam parte das soluções para o “povo que não sabe caminhar”. Assim, ele reconstrói o presente e a educação seria a ação redentora desse futuro adiado.

4.2 Um antídoto à divergência e ao determinismo biológico

A construção do pensamento em *Sobre o Melhor Meio de Divulgação do Ensino Primário no Brasil* toma como ponto de partida algumas categorias e linhas de raciocínio que são axiomáticas para que possam tomar parte nos efeitos de verdade que são pretendidos pelo autor. As chamadas ciências sociais, filhas do positivismo comtiano, estavam propondo uma leitura “objetiva, neutra, livre de julgamento de valor, ou ideologias” dos fenômenos sociais (GIOLO; 1993, p. 70).

Efeito de sua carga simbólica esta procurava estabelecer essa relação dual entre sujeito e objeto, com distanciamento e neutralidade, de tal forma que as realidades sociais fossem apreendidas como realidades correlatas ao do mundo físico, sendo igualmente premissas de leis naturais constantes e imutáveis (BARROS; 2014).

Sendo a forma epistemológica hegemônica das academias ao longo do globo, estabelecera como válidos apenas os saberes obtidos a partir de metodologias que seguissem os passos que ela consagrara. Meios especulativos e metafísicos não teriam validade, pois falariam apenas de uma subjetividade (GIOLO; 1993). As academias brasileiras não ficaram insensíveis a essa influência tornando-se o positivismo a filosofia comum aos cientistas das gerações do final do Império (SCHWARCZ, 1993).

Achilles Lisboa, com duas graduações diretas, aprendera o *modus operandi* do cientista, filho do pensamento positivista, por isso a pergunta que fez é aparentemente estranha:

Mas serão estas deduções dos estudos dos geneticistas verdadeiras ou evidências irrefutáveis ou apenas certezas que, não obstante o seu

fundamento na observação e na experiência, novos estudos poderão vir contraditar?. (LISBOA, 1926, p. 6).

As palavras “verdades”, “evidências irrefutáveis”, “certezas” postas em dúvida assinalam para que algo no processo de elaboração de enunciados verdadeiros poderia não estar correspondendo aos processos que ele aprendera, ou mesmo lera, já que cita várias vezes Augusto Comte na obra. Mais surpreendente seria a afirmação seguinte:

Quando, em verdade, se considera que, até em domínios outros como a matemática, nos quais a cognição é mais positiva e segura, não pode existir essa invariabilidade das leis estabelecidas atendendo-se mesmo à natureza da nossa constituição mental, que não pode atingir o absoluto ao instituí-las, não se tem dificuldade em admitir a contingência das doutrinas biológicas da evolução que se tem sucedido na ciência(LISBOA, 1926, p. 6).

Achilles Lisboa conclama a incerteza da ciência. Se é premissa do positivismo transmutar o saber na linguagem mais lógica como matemática, modelo de certezas, a cuja “cognição é mais positiva e segura”, para poder dizer “verdades” e “certezas”, como elas não podem “atingir o absoluto”? Estariam as premissas erradas ou todo o modelo epistemológico? Uma verdadeira batalha de apropriações e releituras se desenvolveu nesse livro.

A leitura como processo social é “um jogo de apropriação e resistência”. Quando adquire as publicações, que apenas um grupo seleto de intelectuais no Brasil podia ter acesso, ele adquiria não apenas as representações contidas nos textos dos livros, mas colocava em apreciação as discussões sociais e o jogo de poder simbólico que desejava resolver ao lê-las (CASTELLANOS, 2010). Achilles Lisboa tinha de prestar culto às maiores autoridades intelectuais, afinal, a geração dele sabia “selecionar” o que ler, mas não podia concordar inteiramente com o discurso veiculado.

Se voltarmos ao corpo das citações perceberemos que ele dialoga diretamente com um grupo de cientistas, aos quais presta o devido decoro, representados nos termos “geneticistas” e como “doutrinas biológicas”. Como vimos nos capítulos anteriores, as ciências biológicas tornam-se não apenas fonte de novos saberes sobre o mundo natural, mas também fonte de saberes para o mundo humano.

A constituição das ciências sociais pelo positivismo estabelecia uma correlação epistemológica entre a sociedade e a natureza, sendo lidas e entendidas

pelos mesmos métodos (GIOLO, 1993). Em decorrência disso, há a leitura da humanidade pela sua natureza biológica, cujos conhecimentos serão usados como metáfora e como construção de categorias de apreensão e explicação do real, como aponta Barros (2014). Como efeito e marca de seu processo gestacional põe a genética em evidência e como modelo primordial da explicação dos fenômenos humanos, complementarmente assume a “seleção natural” como forma de hierarquizar, classificar e tipificar os seres humanos, no chamado “darwinismo social”.

Sujeito de seu tempo, Achilles Lisboa participa do consenso de sua comunidade discursiva dos preceitos “darwinistas” e “geneticistas”, ele mesmo parte desse ramo ainda inacabado da ciência. Por isso, ele tem grande preocupação com o axioma da “hereditariedade”.

Como já explorado no primeiro capítulo, havia uma forte tendência no século XIX e que atravessara boa parte do XX, de atribuir qualidades e vícios a determinados grupamentos humanos que mantêm características similares, porém diferenciadas dos demais, as chamadas raças.

Apesar de ser um tipo de pensamento que, segundo Schwarcz (1993) teve questionadores em toda parte do globo, ele tinha um grande poder simbólico, levando as elites dirigentes a pensarem maneiras de não verem soçobrar suas aspirações civilizatórias. Uma corrente mais aterradora, como a visão de Gobineu, daria por condenada as sociedades com grande número de mestiços, como a brasileira. Achilles Lisboa seria parte de um grupo de intelectuais que não veriam na mestiçagem algo tão tenebroso. Seria possível sim civilizar o Brasil. Como ele mesmo declara, em tom ufanista: “creio e confio na capacidade de civilização do meu país” (LISBOA, 1926, p. 24).

Por essa razão, ele precisa inteirar-se dos discursos dos geneticistas e biólogos, a fim de poder refutar nos termos da metodologia consagrada que aprendera em sua prática de cientista, refutando-os em suas próprias premissas. Mas que prova empírica apresentaria Lisboa para rebater as afirmações de que a natureza hereditária seria mutável? A resposta viria qual numa “equação matemática” (MONARCHA; 2014):

A educação é, não há dúvida, a mais segura das causas modificadoras da índole dos povos, e, no que somos, além de não oferecer o perigo das degenerescências observáveis nos cruzamentos, tem grande probabilidade de operar transformações mais ou menos bruscas, despertando energias

latentes, que a enfiatura dos nossos sertanejos deixa fracamente entrever” (LISBOA, 1926, p XVIII⁵⁵).

Como podemos notar, ele faz um movimento triplo para evidênciação do seu enunciado:

- a) Por um lado, aceita a premissa das “degenerescências observáveis nos cruzamentos”, afinal a mestiçagem como fator de degeneração no sentido multifacetado que a sociedade de época lhe atribuía, era uma posição válida no meio científico, mas não unânime, posto que alguns apologistas da mestiçagem começavam a se manifestar (SCHWARCZ; 1993);
- b) Em outro movimento refuta o imperativo imutável da herança, ao afirmar que a educação seria um elemento modificador da “índole”, não apenas do indivíduo, mas de “povos” inteiros;
- c) E, no terceiro momento, aponta que a educação teria “grande probabilidade”, de agir mais rápido que a mestiçagem, ou “cruzamentos”, mas sem os inconvenientes das probabilidades genéticas, dando como possível evidência pesquisas mais profundas da própria população brasileira, que, apesar de aparentemente fraca, teria potencial, representada na “infibratura do nosso sertanejo (SCHWARCZ; 1993).

Á solução da mestiçagem oferecia uma intervenção metódica e massificada que reverteria as “taras genéticas” das populações. Mas, mais uma vez, precisaria dos subsídios genéticos para revertê-los em prol de sua tese:

Malgrado a crença, que os estudos modernos dos geneticistas autorizam, de que a educação não poderá influir senão nos elementos variáveis da personalidade, nada sendo possível alterar nas predeterminações ancestrais, que são fixas e dão a medida do valor anímico das raças, a repartição continuada por algumas gerações desses preceitos morais salutareos não conseguirá criar hábitos mentais, que possam valer com reguladores do comportamento?. (LISBOA, 1926p. 21).

⁵⁵ O ano desta obra foi extraído a partir da leitura e entendimento do contexto aplicado. A localização da página está descrita em algarismo romano por se tratar de uma espécie de prefácio, já que esta parte da obra se trata uma carta aberta emitida por Achilles Lisboa ao então presidente Washington Luís. Esta carta é composta por 27 páginas, enumeradas pelo próprio Achilles Lisboa em algarismo romano.

Achilles Lisboa apresenta ao leitor, uma refutação a priori da proposição, parte do jogo da comunicação das premissas que compõe a construção da tese, com a incorporação do argumento geneticista. Afinal, se a realidade mostra que a hereditariedade ou “predeterminações ancestrais” são “fixas e dão a medida do valor anímico das raças”, isto é, determina povos e pessoas, seria inútil usar das técnicas educacionais? Em sendo verdade, a educação (com suas técnicas, saberes e “preceitos morais”) não pode transformar comportamentos? Achilles Lisboa confere uma pista: os “hábitos mentais”.

Ora, o hábito, como a memória, depende da propriedade essencial do sistema nervoso de reter as impressões, que lhe modificara o dinamismo, e reproduzi-las tanto mais facilmente, já sob a forma de imagens puramente mentais para a memória, já sob a forma de imagens motrizes exteriorizadas ou atos para o hábito, quanto mais vezes reiteradas. (LISBOA, 1926, p. 22).

Achilles Lisboa apresenta a categoria “hábitos mentais”, que provavelmente toma emprestado de Alfred Binet, fundador da Ortopedia Mental, cuja mecânica consiste na “repetição”. Usando de termos tipicamente biológicos, ele apresenta as operações no sistema nervoso de gravação de “imagens motrizes exteriorizadas”, agindo em prol da construção de um “hábito” que é ensinável. O hábito seria o instrumento pelo qual a hereditariedade poderia ser dirimida de sua fatalidade.

Ainda quando se não aceite a tese educacionista (sic) no caso seguinte a esta interrogação pela afirmativa, cabe no caso distinguir entre a hereditariedade germinal de variação lenta e a hereditariedade social, que se pode provocar pela educação e que, se não transforma rapidamente os instintos e sentimentos humanos, é capaz, todavia, de os influenciar e dirigir beneficemente” (LISBOA, 1926, p. 21, grifos nossos).

A univocidade da categoria “hereditariedade” agora se divide em dois conceitos que não são falsos, mas de natureza distinta. Informa-nos Giolo (1993, p. 52) que o positivismo, identificado metonimicamente como ciência, não trata exatamente de verdades universais, como nos aponta Barros(2014; p.128), mas de verdades naturais e constantes. Achilles Lisboa mostrava que havia duas hereditariedades, cada uma com seu tipo de natureza e leis, uma de caráter puramente genético, logo de “variação lenta”, pois conta com mutações que podem se arrastar por gerações; e uma outra, a social, que pode ser transformável, com a

vantagem de o fazer “rapidamente”. Seria essa última forma de hereditariedade que Achilles Lisboa pretendia explorar com a intervenção educacional, referida como “influenciar e dirigir beneficentemente”.

Apresentando sua premissa e excluindo a possibilidade de sua refutação a priori pelo discurso geneticista, Achilles Lisboa aponta que mesmo entre eles não existe consenso sobre a inevitabilidade das condições hereditárias, posto que “muitas as vezes em que os próprios eugenistas não evitam a confissão de sua crença nas influências do meio como modificador da hereditariedade” (LISBOA; 1926, p. 8).

Um embate simbólico se dava nos termos científicos. Achilles Lisboa estava convencido que não havia dados suficientes para sustentar quaisquer conclusões sobre a mutabilidade da natureza humana. Diante disso, um novo campo de observação deveria ser estabelecido: a realidade das classes populares brasileiras cumpriria essa prerrogativa.

4.3 A Educação como *hereditariedade social*.

Tendo refutado as premissas da imutabilidade genética, ao menos para o caso brasileiro, Achilles Lisboa precisaria reconstruir o caminho necessário à construção do “fato positivo”.

Aceitamos mesmo, como verdade racionalista fundamental que as relações das coisas, e não as coisas, são as *únicas realidades acessíveis e mensuráveis*, sendo a comparação o único processo cognitivo compatível com a nossa organização mental. Mas sabemos também que nada se pode criar pelo raciocínio puro; que o pensamento que não se organize por imagens resultantes de percepções do mundo, será sempre uma especulação vazia do sentido, não podendo mesmo ser concebida uma noção abstrata sem correspondência concreta que lhe forneça os elementos da ideação. (LISBOA, 1926, p.33).

A premissa do caminho começa a se delinear ao reafirmar que as coisas não podem ser acessíveis, somente “relações das coisas”, reiterando dessa maneira, o ponto de partida da concepção positivista como vimos. Todavia, era preciso reestabelecer o papel do sujeito e do objeto. O sujeito, “Dr. Achilles Lisboa”, dotado de saberes, instrumentos e de uma postura “neutra” deveria recolher as realidades “acessíveis e mensuráveis” que a manifestação fenomênica do real lhe apresentaria. O “olhar” sobre o mundo dos fenômenos era a marca inicial de qualquer aproximação do cientista ao seu objeto.

O objeto seria um grupo de fenômenos que manteriam alguma relação entre si, mas, para que essa relação fosse estabelecida, era preciso reconhecer que todas as impressões, serão dados a conhecer pelo próprio meio, que segue suas leis e estruturas conforme sua própria natureza. Ao cientista cabia descobrir, descrever e explicar essas relações (GIOLO; 1993).

Achilles Lisboa coaduna assim, a ideia de que a teoria é feita a partir do campo de observações que é o mundo real, sem ele se torna “*especulação vazia de sentido*”. As correntes de pensamento geneticistas ao decretar a morte dos tipos humanos degenerados o faziam a partir de um deducionismo com o qual ele não concordava, posto que, “*nada se pode criar pelo raciocínio puro*” (LISBOA; 1926, p. 33).

Demarcando essa postura em prol da experiência, resta-lhe estabelecer o caminho que deve ser percorrido a fim de que as novas proposições possam ser feitas e validadas de modo “positivo”. O método seria a garantia de que os dados colhidos no mundo real fossem comunicados da forma que mais se adequa à sua forma empírica (GIOLO; 1993).

Achilles Lisboa entende então que a comparação seria por excelência o “*processo cognitivo compatível com nossa organização mental*”. E busca delimitar um campo observável que possa ser descrito e comparado a outros. Nesse movimento agrega outros contextos para pensar hipóteses:

Melhor, de facto, não falaria a V. Ex., com tanto rigor de análises psicológicas nem com autoridade tamanha, do que transcrevendo preciosos trechos de um livro, que o celebrado político norte-americano – Theodoro Roosevelt – declarou que fora sempre o seu livro de cabeceira durante o seu tempo de presidência da grande república: *Lois Psychologiques de l'Evolution des Peuples*, de Gustave Le Bon. Tomando-lhe as sentenças dos trechos citados, devo, todavia, dizer que de tal obra tenho tido a ousadia de divergir, no ponto essencial em que nos condena de modo absoluto, pela sua constituição ethnica, a nacionalidade. Muito embora lhe reconheça o valor da análise do nosso caráter de latinos e dos males sociais que são também nossos, discuto-lhe a negativa de que possamos firmar uma grande civilização, com um verdadeiro destaque entre as potências mundiais, convencido como estou de que, não propriamente só pela ação de governos felizes que tenhamos senão principalmente pela hereditariedade social, que uma rigorosa e bem orientada educação poderá determinar, seremos capazes de revelar ao mundo contemporâneo um surto histórico não menos instantâneo e grandioso que o do Japão. (LISBOA, 1926, p. XVII, grifos nosso).

Em um primeiro momento evoca os sucessos que “governos felizes” devem creditar ao grupo privilegiado de sua constituição populacional. A autoridade

discursiva de Gustave Le Bon, psicólogo francês que apoia ideias deterministas, é evocada em países considerados mais evoluídos que o Brasil, como os Estados Unidos. Reconhece a autoridade de Le Bon em assuntos humanos, no entanto tem a “ousadia de divergir”, apresentando que há países como o Japão, que tem desenvolvido um “surto histórico não menos instantâneo e grandioso”.⁵⁶

O conceito de *hereditariedade social* passa a ganhar corpo em casos reais, mostrando como uma evidência do mundo empírico que ela é uma teoria aceitável, que pode, associado a outros fatores, ser possível alterar a índole populacional pela educação.

Ora o surto histórico do Japão, discutido por Motono, seu embaixador em Petrogrado, em discordância com Le Bon quanto às causas determinantes dessa estupenda revolução social, apresenta-se como uma dessas transformações operadas pela mudança extrema do meio que no caso foi positivamente a educação. (LISBOA, 1926, p.13).

Fossem verdadeiras as deduções de Le Bon, como seriam possíveis as notícias do “surto histórico” que o Japão experimentava? O mundo real mostrava que havia realidades em que o destino genético quedava ante a intervenção. Se o homem era fruto do meio, em mudando-se o meio, mudar-se-ia o homem? O exemplo japonês fazia sugerir que dentro de uma natureza de *hereditariedade social* (teoria que estava tentando confirmar), não só seria possível, mas que os resultados poderiam ser animadores.

O Japão, que talvez se tenha conservado o mesmo sob o ponto de vista da ancestralidade, *flutuou* sob a excitação dos processos educativos imitados da civilização europeia, e foi pela *hereditariedade social* antes que pela germinal que se organizou assim a sua metamorfose, a menos que se lhe não queira levar o caso à conta de uma verdadeira *mutação*. (LISBOA, 1926, p. 14, grifo nosso.).

Duas teorias eram confirmadas pela experiência japonesa: de um lado que a imitação da civilização europeia, forma modelar do processo evolutivo geral, não era uma assertiva falsa e, de outro, que a hereditariedade genética poderia ser suplantada por técnicas educacionais, no caso dos “processos educativos imitados da civilização

⁵⁶ Gustave Le Bon é um dos grandes referenciais de Achilles Lisboa, sendo citado em praticamente todas as suas obras, desde aquelas que tratam sobre educação àquelas mais voltadas à questão da saúde.

européia”. A “verdadeira mutação” que apresentava a sociedade japonesa poderia ser imitada na prática em outros contextos? Cabia a novos estudos confirmar essa teoria.

O caminho do olhar deveria não ser apenas o do observador que descreve, mas a do experimentador que intervém, conjectura e explica. E o Maranhão seria o laboratório.

4.4 A doença da incultura

Quando Achilles Lisboa delimita um campo de observação fenomênica, ele não trata apenas de perceber uma relação com o presente imediato daquilo que se desenrola, mas busca uma relação constante no tempo de uma realidade que observara em várias ocasiões: nas trincheiras de Canudos, nos morros do Rio de Janeiro, nos interiores do Maranhão. Em um dos escritos que precederam a publicação de sua maior obra sobre educação, ele informa o estágio de coisas do seu campo:

Foi este tristíssimo estado de atraso intelectual que se me vinha já desde algum tempo demonstrando e logo se me afigurou como o obstáculo maior ao progresso desta terra, o que me levou a acariciar e transmutar numa realidade a ideia da criação do Instituto Cururupuense. (CURURUPU (MA0. Mensagens do Prefeito Municipal Dr. Achilles Lisboa; Typ. Teixeira; Maranhão; 1925, p. 9).

O Instituto Cururupuense, feito ao tempo de suas incursões políticas, é efeito e causa de sua prática discursiva. O instituto partia de um posicionamento ante o real, gerador e causador de ação, que por sua vez renovaria e multiplicaria seus efeitos. Se em *Sobre o Melhor Meio de Divulgação da Educação Primária no Brasil*, usou-se de uma pretensa neutralidade científica para refutar a apriorística da dedução hereditária, à frente de cargos administrativos se tornou a mente com “direção”.

O cientista e “herói civilizador” não eram posturas inconciliáveis do sujeito cognoscente para Achilles Lisboa. Como cientista ele deveria supor que suas pesquisas desembocassem em resultados práticos para a população que deveria gerir, e como “herói civilizador” deveria converter capital simbólico em capital de ação política (BOURDIEU, 1987; COE, 2011).

A equação era relativamente simples: havia sempre em suas representações um “estado de atraso” que deveria ser revertido em “progresso”. A ideologia do progresso é um dos axiomas do determinismo que agrega mais variáveis,

mas que em linha gerais significaria posse e acesso à tecnologia e elevação intelectual (BARROS, 2014).

A grande questão e variável que emperraria o progresso era sobre a possibilidade universal de sua ocorrência. As linhas de pensamento mais contundentes representam a Europa como modelo a ser seguido e imitado, e põe em questão quais populações estariam geograficamente e geneticamente aptas a progredir e, se fosse possível, que meios seriam utilizados para tal fim. Achilles Lisboa não só observaria o fenômeno, mas experimentaria suas hipóteses:

Era preciso, portanto, fazer do nosso Instituto também uma escola em que se aprenda a trabalhar principalmente a adquirir o hábito do trabalho e a honrar-se com a capacidade de executá-lo com perfeição, seja ele qual for dos que nos constituem o mecanismo econômico de vida comum” (CURURUPU(MA). Mensagens do Prefeito Municipal Dr. Achilles Lisboa; Typ. Teixeira; Maranhão; 1925, p.11).

O conceito de “*hábito*” que desenvolveu no livro, já aparecia em seu instituto ao passo que credita à eficiência do trabalho, “capacidade de executá-lo com perfeição”, a uma intervenção educacional como catalisadora da produtividade da população cururupuense. O saber escolar deveria ser um saber “para” e não um “saber em si”.

Tendo feito vários estudos sobre agricultura, ele também advogava que a reestruturação da forma de produção seria fundamental para alcançar o “progresso da terra”, mas não credita as fortunas econômicas a forças outras que não a de sua própria população:

Ora, a produção é um efeito da inteligência: está por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular. Todas as leis protetoras são incapazes para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular. (LISBOA, 1926, p. 25-26).

A “riqueza”, parte não exclusiva da “ideologia do progresso”, seria derivada de operações intelectuais. A tecnologia, filha dileta do positivismo e causa dos progressos materiais, para Achilles Lisboa, seria um “efeito da inteligência”. A subordinação da ação ao intelecto humano trazia uma afirmação mais profunda. Não haveria “Progresso” feito por vias de mão única, exclusivamente de cima para baixo por governos ou “leis protetoras” e tecnologia, “melhoramentos materiais”, se não houvesse a elevação intelectual generalizada pela “educação popular”.

O *pensamento achilleano* pagava seus tributos à concepção social conciliadora de Augusto Comte, segundo a qual deve haver a “incorporação da massa trabalhadora à modernidade”, criando uma aproximação com a população pobre, tentando convencê-la pela “mudança de sua mentalidade”. (CARVALHO, 1990, p. 98). Educar a população em geral significaria ter um salto qualitativo generalizado na produção e no acesso às benesses da civilização.

Em Achilles Lisboa notamos essa característica do pensamento comtiano associado a um elemento pouco explorado: a elevação intelectual das elites dirigentes. Quando analisa Cururupu percebe que o meio carece de “cultura mental”, ônus que legava a cidade a sua condição de atraso. “Onde não há cultura mental”, “não há probabilidades de progressos”.

Como esperavam as elites dirigentes de Cururupu ambicionar o progresso se entre elas não havia “cultura mental”? Apropriando-se de um pensamento determinista, aproxima e correlaciona “meio” e “cultura mental”, atribuindo o atraso não apenas à população, mas também à falta do que ele chama de elite mental. A germinação dessa “cultura mental” levaria ao aparecimento da elite mental, que em moto-contínuo, elevaria o corpo social com “estímulos verdadeiramente utilizáveis para o trabalho”, levando ao progresso.

O estabelecimento de uma “ordem” como causa e o “progresso” como efeito, partem da concepção de “corpo social” equilibrado. A metáfora da sociedade enquanto corpo refere-se a funções e papéis que cada grupamento social deveria desempenhar. Tudo conforme uma hierarquia sistematicamente organizada.

Concomitante à sua posição de médico-sanitarista e farmacêutico, Achilles Lisboa constitui uma lente literal e metafórica, com a qual transfigura a sociedade brasileira como um corpo a ser examinado:

Afora o analfabetismo, que se conjugará dentro de alguns anos com os resultados mais que prováveis do Instituto Cururupuense, outros males sociais nos minam o organismo coletivo, deprimindo-lhe a vitalidade, afrouxando-lhe o caráter, apagando-lhe o brio: o alcoolismo, o diambismo e a vadiagem”(CURURUPU(MA). Mensagens do Prefeito Municipal Dr. Achilles Lisboa; Typ. Teixeira; Maranhão; 1925, p. 26).

Essa concepção médica do real criava uma alegoria da nação doente, o paciente por assim dizer, que se apresentava ao consultório acometido de vários males, como lepra, tuberculose, febre amarela e varíola, todas induzidas por

ambientes cheios de miasmas, representados na desorganização dos espaços, das ruas, das cidades. Na mesma escala em que existem moléstias causadas por microorganismos, existem “males sociais” que “minam o organismo coletivo”: o *alcoolismo*, a *vadiagem* e a *diambagem*. Vícios e moléstias seriam da mesma natureza.

Mas qual seria a natureza, em termos positivistas, dessa população? Sua mestiçagem a fizera uma população degenerada? Achilles Lisboa corrobora com essa apriorística ou a refuta veementemente? Em alguns momentos de sua obra sobre educação do ensino primário dá margem a essa discussão.

Se, por um lado, aparenta concordar com o que parece ser o triunfo dos determinismos, racial ou geográfico, dos tipos humanos brasileiros com as premissas da degeneração moral e da saúde, como em “O caboclo das marginais dos rios e das costas é mais preguiçoso e sem brio e também mais invadido pelos vícios e moléstias” (LISBOA; 1926, p. 24).

Por outro, e o faz constantemente em toda a sua obra, revela que há tipos que, a despeito das premissas raciais, sociais e geográficas, mostram inúmeras virtudes:

Esse super-homem é sempre o cearense. Nenhum ser humano seria talvez capaz de arrostar assim com aquela solidão que atemoriza? [...] Mas o cearense que se habituou as secas do Ceará não recua, que lhe oferecem contra a saúde a via a mata úmida do Amazonas? [...] Ninguém veja naquele espectro humano macilento, tangido pela desgraça, mais em busca de trabalho que de esmolas, um espírito vencido e um corpo paralisado. Se lhe tocam na honra da família por exemplo a transmutação é instantânea e homérica. Aquele olhar que inspira piedade agora infunde pavor. Da moleza daqueles músculos desnutridos não se explica, senão por um excesso de brio que os electriza. (LISBOA, 1926, p. 23).

A descrição do cearense acima é uma louvação euclidiana às virtudes dos grupos populares brasileiros, que contradizem a apriorística dos geneticistas. Ele, o cearense, era dado mais ao “trabalho” que a esmolas. A prática revelara a Achilles Lisboa que a teoria da mestiçagem não se encaixaria à nossa “natureza”. O Brasil precisaria de uma nova teoria. A hipótese fora refutada.

A ideia superficial vulgar de que o brasileiro é, de natureza, preguiçoso pertence ao número dos prejuízos que a observação superficial da nossa índole e dos nossos costumes inspirou ao nosso ceticismo de adopção. O brasileiro é trabalhador e ativo como os mais operosos povos do mundo. O trabalho é, no Brasil, em todas as profissões mais demorado e mais intenso

do que na Europa [...] o fato positivo, demonstrado pela observação do estado atual da nossa sociedade, não é o da propensão para a indolência, mas o de um desequilíbrio geral, na educação dos indivíduos, nas modalidades da sociedade, e nas condições da adaptação: falta de preparo do homem para o trabalho próprio e conveniente [...]. (LISBOA, 1926, p 25).

Usando a tríade - observação, experiência, raciocínio -, nota-se uma cadeia causal pela qual se chega ao que ele chama de “fato positivo”, desmonta em definitivo, ao seu ver, os argumentos que associaram o brasileiro à “indolência”. Os fenômenos expostos em sua tese seriam prova de que a ideia do brasileiro como indolente, deve-se a uma visão superficial, erro de percepção, o que invalida a premissa. O discurso se reverte positivamente a favor do brasileiro como “trabalhador e ativo”.

O *abstractum* humano brasileiro era agora conhecido em sua natureza. O cientista neutro dava lugar aos louvores das potencialidades de sua própria população. Mas o que estaria mantendo o caráter latente das virtudes brasileiras? A resposta viria da própria prática do Instituto Cururupuense.

Ora, iniciada a minha experiência, comecei logo a verificar que a mentalidade daquela boa gente não se podia absolutamente apropriar à elevação daquelas medidas, que lhes contrariavam os hábitos inveterados da rotina, chocando-lhes de modo muito vivo a incultura. Mas, apesar desses obstáculos, já se ia de algum modo operando a mudança, porque cheguei até ao ponto de obter que se não furtassem aos seus deveres os contribuintes, que a vadiagem desaparecesse, que o direito e a garantia individual fossem um facto, que a agricultura tendesse para os métodos racionais, e principalmente que a instrução e a educação se orientassem pela verdadeira pedagogia moderna, criando eu, para manter este rumo com toda segurança de êxito no futuro, o Instituto Cururupuense. (LISBOA, 1926, p. XXV).

Nota-se de pronto que Achilles Lisboa percebe uma barreira entre o que ele propunha pela ação de seu instituto e o que a sociedade cururupuense conseguia absorver, afinal a *elevação* daquelas medidas lhes pareciam *inalcançáveis*, pois que estavam dados os *hábitos da rotina* e da *incultura*.

A descoberta que fizera em campo, ao ler os sintomas da população cururupuense, cobaias de sua atitude ativa ante o objeto, criara agora o conhecimento que pudesse levá-lo ao melhor discernimento das relações das coisas no Brasil.

Mais uma vez, tratava-se de olhar as camadas populares de fora para dentro, buscando as causas de seus males que a *verdadeira pedagogia moderna*, inspirada em modelos de pensamento psicologizantes norte-americanos faziam dar notícias de seus sucessos. De nada adiantaria ensinar *métodos racionais* de

organização agrícola, se a população não pudesse alcançar a “elevação das ideias” que eram postas.(LISBOA, 1926, p. 06-07)

Achilles Lisboa acreditava ter encontrado a resposta à razão da degradação moral, material e cultural da civilização brasileira. Um meio sem cultura mental, tanto de sua elite, quanto de sua população, não poderia pôr a termo reformas mais profundas na agricultura e no comércio.

A doença real da civilização brasileira era, por fim, a *incultura*. A quebra dessa barreira dar-se-ia apenas pela universalização dos diversos níveis de instrução formal, uma educação que incentivasse hábitos higiênicos, que desenvolvesse saberes científicos, que solidificasse uma moralidade, que levaria à superação do atraso, da doença que impedia a civilização brasileira, vista tanto em termos do baixo número de seus intelectuais, quanto de seus grupos populares, de alcançar o progresso.

4.5 A fórmula de Achilles

No alvorecer do século XX, a educação era o assunto em voga e em constante construção. Desde a implantação da República discutiram-se e reformularam-se as ideias sobre como proceder com a educação no Brasil. As medidas em geral vinham por meio das chamadas Reformas Educacionais, que se desdobraram ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Conforme Souza (2000, p.09), o objetivo era de definir as finalidades da escola primária e os meios de sua universalização. Explica ainda que esse processo gerou debates acerca da democratização da cultura e da função política da escola nas sociedades modernas. O que tornou a discussão sobre o conteúdo da escolarização popular uma temática central e que oscilava em decorrência de diferentes interesses políticos, ideológicos, religiosos, sociais, econômicos e culturais (SOUZA, 2000).

A educação era uma discussão de âmbito mundial, sendo alimentada, no Brasil, pela circulação das ideias e modelos advindos dos países ditos “civilizados” na época. Souza (2000), nos informa que:

Os mais variados temas da organização escolar tornaram-se objeto da reflexão política e pedagógica: métodos de ensino, a ampliação dos programas com a inclusão de novas disciplinas, livros e manuais didáticos, a classificação dos alunos, a distribuição dos conteúdos e do emprego do tempo, o mobiliário, materiais escolares, certificados de estudos, a arquitetura, a formação de professores, a disciplina escolar (SOUZA; 2000, p.11).

Diversos meios possibilitaram a circulação dessas ideias e modelos, como as Exposições Universais, os congressos de instrução, relatórios oficiais elaborados por ministros e inspetores do ensino, publicações de livros, artigos, jornais e revistas especializadas no campo educacional.

Além disso, houve ainda as reformas educacionais, dentre as quais se destacam: a reforma Benjamim Constant (1890); o Código Eptácio Pessoa (1901); Rivadávia Côrrea (1911); Carlos Maximiano (1915); João Luiz Alves (1925); Carneiro Leão (1926); Fernando de Azevedo (1927), que procuraram nortear os rumos dos processos educacionais no Brasil.

Como resultado dessas reformas, houve alguma expansão e mudança no sistema educacional brasileiro, mas ainda com um baixo percentual de crianças e jovens na escola, conforme pode ser constatado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Evolução do crescimento populacional e da escolarização; população de 5 a 19 anos, 1920/1940

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no ens. Médio	Total de matrícula	Taxa de escolarização	Cresc. Populacional	Crescimento da matrícula
1920	12.703.077	1.033.421(*)	109.281(*)	1.142.281(*)	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28

Fonte: (SOUZA, 2000, p.23).

Achilles Lisboa acreditava fortemente na regeneração de seu país. Entretanto, para que essa regeneração acontecesse, sabia que seria necessário um esforço tamanho que articulasse variados meios e medidas para alcançá-lo. Dentre esses “*meios*”, entendia como o mais importante a educação. Fator fundamental determinante, segundo ele, do progresso social. Dizia ele que:

Preciso é, com efeito, que ao dizer sobre o meio de mais provável eficácia na divulgação do ensino primário no país como remédio que se propõe às deficiências deste, logo se discutiam as probabilidades da tentativa, com se encararem de um lado as possibilidades mentais do povo que compõe o mesmo país e do outro as doutrinas em vigor sobre a instrução e a educação como factores determinantes do progresso sócia. (LISBOA, 1926, p. 4).

Para Achilles Lisboa, a educação não serviria apenas para instruir o povo, alfabetizá-lo, mas acima de tudo, servia como “modificadora da índole dos povos”, operando na reconstrução do caráter que possivelmente viesse a ser degenerado pela hereditariedade, conforme acreditava o pensamento da época (SHWARCZ, 1993). A educação para Achilles Lisboa seria a maneira mais segura e modificadora da índole dos povos, sem risco das degenerescências das observáveis nos cruzamentos. Um meio seguro de despertar “as energias latentes, que a enfiatura dos nossos sertanejos deixa francamente entrever”. (LISBOA; 1926, p. XVIII).

O desejo de despertar “energias latentes” nos aponta o caminho de que Achilles Lisboa esforçava-se para crer na regeneração do povo de seu país. Reforçando ainda que algo de bom o povo tem, mas precisa ser “despertado”. Neste sentido, Achilles Lisboa pontua ainda a educação como um fator da educação mental. Entende que a educação só atua sobre as influências do meio, mas não sobre o fator biológico (as degenerações), explica ele que:

Poderá, de fato, a educação influir de maneira segura para modificar a constituição mental de um povo, neutralizando-lhe mesmo tendências hereditárias perturbadoras do aperfeiçoamento social? Não podemos actuar sobre o plasma germinativo, para lhe introduzir determinantes desejáveis, mas figurado apenas como formadora de hábitos, cuja transmissão se discute, será de todo negativo o seu valor no melhoramento da raça, sobretudo de um povo como cuja mistura étnica pesam as maiores condenações? Sei, com efeito, pelos estudos modernos dos eugenistas, que resistência dos caracteres hereditários, que nos predeterminam a personalidade nas células sexuais de cuja combinação resultamos, sendo todo ser antes um fenómeno de desenvolvimento que de sínteses evolutivas provocadas pela ação do meio, domina as flutuações determinadas por essas influencias mesológicas e que são as únicas variações sobre as quais pode indubitavelmente atuar a educação” (LISBOA, 1926, p. 5 - 6).

Achilles Lisboa chega a questionar o poder da educação sobre a herança genética degenerativa: “Poderá, de fato, a educação influir de maneira segura para modificar a constituição mental de um povo, neutralizando-lhe mesmo tendências hereditárias perturbadoras do aperfeiçoamento social?”. E ele mesmo responde que se não se pode mudar a genética, o que ele chamou de plasma germinativo,

introduzindo os determinantes desejáveis, poder-se-ia ao menos inserir hábitos, que se não ajudasse ao menos não lhe seria de todo negativo, haja visto que já pesavam condenações (LISBOA, 1926, p. 6).

O percurso seguido por Achilles Lisboa ao longo de sua obra nos faz perceber o longo e exaustivo estudo que fez para a construção do seu discurso educacional. Pontuando de psicólogo a médico legista, de biólogo a matemático, Achilles Lisboa buscou em diferentes leituras os meios possíveis para garantir a “salvação” para sua pátria adoecida, atrasada e condenada.

Concluiu Achilles Lisboa, a partir deste estudo realizado a partir dos pensamentos de alguns teóricos como: Lucien March; Edwin Conkin e Willian James, todos ligados ao campo da psicologia, que a educação pode sim ser instituidora de hábitos e reguladora dos destinos.⁵⁷

Nesse intuito chega a apresentar as contradições das ideias do já citado psicólogo Gustave Le Bon sobre o valor da educação. Le Bon ficou conhecido por ser um dos cientistas a estabelecer o conceito de raça, fazendo a ponte entre a interpretação darwinista social e as conclusões racistas. Também se destacou por ser adepto do que chamava de “psicologia social” (SCHWARCZ; 1993).

Menciona Lisboa (1926, p. 10) que:

São flagrantes, com efeito, as contradições do profundo pensador francês em seu juízo sobre o valor da educação, da qual, entretanto, magistralmente como ninguém, definiu ele o mecanismo fisio-psicológico dando-a como a *arte de fazer passar o consciente no inconsciente*.

Explica Achilles Lisboa que, no âmago de suas ideias, o próprio Le Bon aponta a saída para o problema da dita “degeneração”. Argumenta ele que:

Ainda num outro livro seu – *Psychologies Temps Nouveaux* – confere Le Bon à educação um valor positivo de excitante mental, capaz de influir nas predisposições ancestrais, muito embora sob a condição de se acharem estas dissociadas pela combinação de cromossomos diferentes nos cruzamentos, quando assim descreveu a formação da alma (LISBOA, 1926, p. 11).

⁵⁷Para saber mais sobre as leituras de Achilles Lisboa ver Apêndice B, na qual construímos no intuito de mapear as bases daquilo que formou e aperfeiçoou suas ideias.

Dessa forma, Le Bon aponta os caminhos para a solução do problema e assim a educação passa a ser “a arte de fazer passar o consciente no inconsciente”, desta maneira inserindo os bons hábitos no seio da sociedade.

Argumenta ainda Lisboa (1926, p. 14) que:

Queiram ou não queiram os geneticistas e psicólogos, que lhe negam a eficiência como modificador da hereditariedade, a educação é, concordantemente com os fatos, um elemento sociológico de primeira ordem e o mais manejável na formula do aperfeiçoamento das nações. Os fatos, na verdade, quaisquer, que sejam as interpretações das teorias, ali estão para o demonstrar. É que as verdades não podem ser absolutas nem invariáveis, por isso mesmo que são humanas!

Partindo deste princípio, Achilles Lisboa constrói a ideia de que “instruir é sobretudo educar”. Utilizando como caminho mais seguro para alcançar este fim o ensino na prática. Achilles Lisboa entende que “tratar da inteligência pelas noções teóricas e não do caráter pela prática dos atos, seria destruir simplesmente e não educar; e o melhoramento nacional buscado no intento seria positivamente nulo” (LISBOA; 1926, p. 15).

Neste ponto, já podemos observar também as sutis percepções da Escola Nova aparecendo levemente na construção de seus discursos. Vamos lembrar que, no período em que a obra em discussão foi produzida e publicada, o Brasil, assim como o mundo, está vivendo um período de efervescência no que tange à questão da educação, seus métodos, conceitos e aplicações. O duelo entre aqueles que apoiavam a chamada Escola Tradicional e a chamada Escola Nova se delineava aos poucos no cenário nacional. Achilles Lisboa (1926, p. 15), de alguma forma, inseria-se nesta discussão, ao dizer que:

Vê-se por aí que a educação puramente especulativa ou intelectual, isto é, a instrução pura, não vale a educação propriamente experimental, que excita a formação do caráter e só ela estabelece reflexos com a força bastante para se resolverem em decisões, que conduzem necessariamente à atos exteriores, de que se entristece a vida social.

Os novos olhares sobre a escola, diante do quadro de esmagadora população analfabeta no Brasil, abriram espaço para diversas formas de se pensar o processo de educação e da escola. No que diz respeito aos processos de educação, podemos mencionar aquelas que mais se destacaram, a saber: a Escola Nova,

também chamada de Escola Ativa, e a Escola Comportamentalista, contrapondo-se na maioria das vezes à chamada Escola Tradicional, que predominava no Brasil até então. Estas, dentre outras, compunham o caldeirão no qual estavam submersos os pensamentos sobre como proceder com a educação no Brasil ao longo da primeira metade do século XX. Discussão na qual Achilles Lisboa também se inseriu de maneira mais incisiva na década de 1920, com a publicação da obra sobre a qual estamos nos debruçando.

Pelejando nesta contenda, Achilles Lisboa, ao dialogar em suas leituras e escritos na referida obra, explica que “para resolver tais deficiências sociológicas não teria certamente nenhum valor a simples cultura da inteligência sem a educação, que visasse o estabelecimento de hábitos mentais formadores do caráter”. (LISBOA, 1926, p. 16. grifo nosso). O discurso de formação e/ou reformulação de caráter é frequente tanto nos escritos de Achilles Lisboa (1926, p. 17) quanto nos de grande parte dos envolvidos nesta questão.

[...], procurando apenas disseminar escolas em que se não pensasse verdadeira ortopedia mental necessária, em um ensino que seja antes de tudo um preparo para a vida social, não resolveremos o problema da organização do país que nos deve constituir para todos os brasileiros uma predominante e obsessiva aspiração. A situação a que chegamos, não podendo admitir como remédio reformas quaisquer de ordem propriamente política, que seriam quando muito paliativas, parece, entretanto, que encontrará no problema bem estabelecido da educação nacional a medida salvadora possível e conveniente.

O processo de ensino-aprendizagem era voltado para a vida prática, assim, anuncia que o Instituto Cururupuense não irá preparar bacharéis mas “*homens disciplinados e práticos*”.

Não prepara, pois, ‘bacharéis’ em agronomia, comercio ou pedagogia; põe o doutor fora de cogitações para formar apenas homens disciplinados e práticos, sem preocupações de pergaminhos e que não se sintam “estrangeiros” no meio onde nasceram ou laboram seus pais; capazes de, com um arado, uma enxada ou uma pena, realizarem, sem se julgar humilhados, o trabalho mais pesado do campo, do escritório ou do simples mestre escola. (LISBOA, 1926, p. 27).

A discussão acerca do tipo de educação que era proposto aos sexos masculino e feminino também aparece em seus apontamentos. Achilles Lisboa, como homem de seu tempo, via a mulher como aquele ser que deve ser preparado para o lar. A mulher era então a protetora e cuidadora do ambiente familiar. Pensando nisso,

esclarece que o Instituto Cururupuense “às moças fornece, além da geral, uma instrução especial que prepare a verdadeira salvadora do lar, tão em abandono anda em nossos dias” (LISBOA, 1926, p. 27).

A presença forte da influência das ideias educacionais norte-americanas aparece de maneira bastante contundente nos escritos de Achilles Lisboa:

Aos nossos alunos vamos oferece-las gradativamente variadas e crescentes, fazendo sempre que o *ato físico*, tanto quanto seja possível, como nas escolas da América do Norte, preceda ou acompanhe o ato do pensamento; que os ensinamentos ainda os mais abstratos lhes sejam dados sob as formas materiais e concretas, *que lhes exijam tanto a habilidade das mãos como vivacidade do espirito, aliando sempre o esforço físico, a ação muscular*, à assimilação das ideias, de modo que a instrução se faça com um verdadeiro exercício de resistência moral, que aperfeiçoe a dignidade da espécie [...]. (LISBOA, 1926, p. 29, grifo nosso).

Orienta Achilles Lisboa (1926, p. 30) que a educação siga os preceitos morais, sendo ela “*unicamente baseada sobre a experiência e jamais pelos preceitos dos livros*”.

Acreditando que sua proposta realmente apresentaria resultados positivos investe na estrutura curricular do Instituto por ele criado, distribuindo as disciplinas da seguinte maneira:

Quadro 4 – Distribuição das disciplinas

DISCIPLINA	FOCO DE ESTUDO
Ensino da História	- Manter o foco na História do Brasil, “além de noções sumarias das civilizações dos outros povos, a peregrinação das condições da nossa estrutura social e da nossa mentalidade coletiva o objeto de nossas lições” (p.31).
Ensino da Língua	- Fazer uso do instinto de imitação. “Não será, portanto, a gramática, mas a prática da fala e da escrita, o que proveitosamente poderá prover o indivíduo da faculdade de um idioma qualquer” (p. 31).
Ensino da Matemática	- Através do concreto (ver – tocar – experimentar). “Não lhes forneceremos aos nossos discípulos senão noções concretas de que derivem quantidade, que se

	possam ver e tocar e conseqüentemente avaliar experimentalmente” (p. 32).
Ensino da Física e da Química	“Da física e da química teóricas, sem experiências e demonstrações, nem se deve falar num programa do ensino que tenha o escopo, como o nosso, e não ser um puro atentado contra o tempo precioso de uma geração” (p. 32).

Fonte: Elaborado pelo autor (informações desenvolvidas a partir dos estudos realizados na obra LISBOA, Achilles. Sobre o Melhor Meio de Divulgação do Ensino Primário no Brasil; 1926)

Como apresenta a Tabela acima, os estudos propostos pelo Instituto Cururupuense, que aqui entendemos como laboratório de observação, experiência e raciocínio de Achilles Lisboa, tais estudos têm como foco a prática acima de tudo. Conforme ele próprio:

O ensino de todas as disciplinas do curso será adaptado ao fim prático, que o Instituto visa atingir, de modo que o estudo da física, da química e da história natural seja criteriosamente aplicado à agricultura e pequenas indústrias rurais; o da higiene se preocupe detidamente com as múltiplas questões do saneamento e profilaxia das nossas endemias rurais, da defesa do lar contra os germes nocivos, da alimentação, do vestuário, etc. (LISBOA, 1926, p.27).

Finalmente aqui ele retoma a sua concepção médica do mundo. Trabalho como remédio do atraso, higiene e cultura como profilaxia da saúde corporal e moral, alterando comportamentos e disciplinando corpos através de uma educação baseada em princípios práticos do que ele chamou de *educação nacional*. Resolver-se-iam pelo seu método os problemas da índole do brasileiro, dos seus vícios, do controle de suas “endemias” e “germes nocivos”, resultando em contrapartida em novos sujeitos aptos e dispostos ao trabalho, sobretudo no campo, área em que o nosso personagem tomara como objeto em vários momentos de sua trajetória.

O *pensamento educacional achilleano*, mais que a resolução e a proposta de um novo brasileiro era também a síntese de uma pluralidade de áreas onde o médico sanitário, jornalista, botânico e engenheiro agrícola atuou. Essa conjugação de práticas leitoras do real, seguindo o método da *observação*, *experimentação*, *raciocínio*, pôde ser finalmente comunicada aos seus leitores reais e imaginários

[...] afirmo que não haverá solução satisfatória possível se ao problema propriamente do ensino se não associarem os do transporte e do

saneamento. É, com efeito, aforismo de economia política que a intensidade e a rapidez de escoamento da produção, constituem os fatores principais da fortuna de um povo. Ora, não pode produzir intensamente o homem que não tenha o conhecimento dos processos econômicos do trabalho, que se adquire pelo ensino da técnica moderna, nem a capacidade de trabalhar, que depende da saúde; e os produtos de uma lavoura ou indústria incrementada não terão venda se não forem transportados. Deve-se, com efeito, exprimir a fortuna de um povo por uma fórmula semelhante a que, em mecânica racional, exprime a grandeza do trabalho em função do quadrado da velocidade, donde se conclua que sua prosperidade depende nessa mesma razão dinâmica do escoamento dos produtos do seu labor. **Logo, numa mesma fórmula – instrução+saúde+transporte – é que se devem exprimir as condições do desenvolvimento de um país** (LISBOA, 1926,, p 35-36, grifos nosso).

Era preciso pôr em termos o *transporte* e o *saneamento* como variáveis igualmente relevantes e interdependentes da questão educacional para a resolução de sua *equação nacional*. O primeiro era importante no que tangia à *velocidade de escoamento*. Tudo que fosse produzido pelas *modernas técnicas* necessitaria de pronto estar a caminho dos portos. A busca do mercado externo capitalizaria a economia nacional.

A seu turno, o transporte apenas coroar a rede de *trabalho*. Não o trabalho tradicional e rústico que era apontado por nosso personagem como *ineficiente e atrasado*, mas um trabalho *positivo*, no sentido comtiano, pautado numa engenharia agrícola com profundos conhecimentos de botânica, que Achilles tentara disseminar no Instituto Cururupuense, à frente do Jardim Botânico e dos Instituto de agricultura que participara. Essas técnicas agrícolas só poderiam ser aprendidas em centros de instrução voltados para tal fim, as *técnicas modernas*, alcançáveis apenas a pessoas que foram instruídas e adquiriram a *disposição* para o trabalho.

Por fim, e prestando o devido tributo ao movimento higienista que ainda fazia parte de sua atuação política, a *capacidade de trabalhar, depende da saúde*. A *consciência sanitária*, dessa forma, perpassaria por todo o corpo social brasileiro, sendo assim o instrumento pelo qual manter-se-iam corpos sadios e voltados para o trabalho. A educação não seria uma panaceia nacional, mas uma variável que não poderia ser tomada isoladamente.

Em uma época onde as vozes se tornavam cada vez mais plurais, percebemos um Achilles Lisboa se afogando em meio a outras proliferações discursivas como as humanistas tradicionais, integralistas, anarquistas, comunistas, modernistas, por isso a postura seria a de reafirmação da atividade intelectual “missionária” a fim de fazer seu discurso circular, proliferar, convencer.

Dessa maneira, o mundo observável e comunicável de maneira análoga ao mundo natural, ganharia status de verdade dentro da expressão matemática de uma equação: *instrução + saúde + transporte*. Na obra em específico, ele aponta a resolução de uma variável, a educação, sendo que as demais seriam resolvidas em outras obras e práticas que não estamos vislumbrando nesse trabalho.

Assim a educação seria para Achilles Lisboa aquela *energia latente* que bem desenvolvida e trabalhada em cada cidadão brasileiro encaminharia a pátria à tão sonhada redenção. Encerra dizendo que “indispensável é cultivar as belas qualidades de nossa raça mas de modo a corrigir os excessos, despertando o amor pelos problemas positivos, que reclamam as energias totais de todo brasileiro”. (LISBOA, 1926, p.28)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *pensamento achilleano* é uma totalidade que, respeitando o que deve às nuances das diferentes conjunturas em que responde a questões e discussões com outros produtores de ideias e representações, está o tempo inteiro fazendo referência ao espaço de possibilidades que o conceito de *hereditariedade social* pode inferir à concepção axiomática da hereditariedade genética.

Identificamos quatro balizas sobre as quais monta seu pensamento sobre educação:

1. Que a natureza da *hereditariedade social* é modificável e tem leis diferentes das que regem a hereditariedade genética, apesar desta última ter grau maior de influência sobre as populações, o faz de modo não irremediável. É possível fazer pouco a pouco mudanças na natureza de uma população.
2. Existem métodos positivos de intervenção no meio social. As notícias dos sucessos da educação ativa norte-americana seria a prova cabal da possibilidade de implementação de uma metodologia de ensino. Os exemplos do como México e como Japão seriam, para ele, comprovações não apenas de que populações de origem raciais mestiças ou tidas como inferiores poderiam progredir, como também que o modelo educacional poderia ser reproduzível em outros contextos.
3. Era preciso formar uma *elite mental* que dirigisse a sociedade por meio de institutos que ensinassem e elevassem culturalmente a população mais pobre, corrigindo-lhes os vícios e moléstias e inculcando a cultura do trabalho por técnicas modernas. Esse meio intelectual rico, de cima para baixo, levaria o país ao progresso.
4. A despeito dos *vícios*, *taras genéticas*, *moléstias infecciosas*, sobretudo, *incultura* que apresentavam, os grupos populares brasileiros traziam uma potencialidade latente que poderia ser trabalhada e desenvolvida, desde que os métodos educacionais adequados fossem implementados, especialmente a ortopedia mental.

É esta a estrutura normativa, fundada na obra educacional de Achilles Lisboa de 1926, que regeira todo o *pensamento educacional* achilleano em trabalhos posteriores. A perspectiva da mudança era presente em toda sua prática discursiva, considerando a mudança em si não poderia ser fruto de mero otimismo ufanista. Por isso, apresentou em sua obra educacional de maneira, por ele, sistemática e metódica, as formas que a experiência comparativamente demonstrara ser as mais eficazes nesse processo de mutação.

Seguindo uma cartilha nacionalista elencada pela ortodoxia positivista bem no começo da República (CARVALHO; 1990), ele coaduna com o paradoxo do positivismo: uma razão em prol da construção de *fatos positivos*⁵⁸, no sentido comtiano, baseada na experimentação, confrontação de hipóteses e construção de teorias de um lado; e por outro, entrega a valores estritamente emocionais que tomavam o civismo, o patriotismo, os símbolos nacionais como integração coletiva.

Mas não havia contradição para intelectuais brasileiros como Achilles Lisboa. Devotar-se à pátria e buscar soluções positivas para sua problemáticas mais urgentes eram formas complementares de atingir o progresso coletivo, objetivo maior de todos os que, como nosso personagem, desenvolveram práticas discursivas em torno da organização nacional naquela longa transição do Império para a República.

O seu *pensamento educacional* era o resultado lógico ao qual chegara após deparar-se com a realidade das classes subalternas tanto no Rio de Janeiro, quanto no Maranhão. Ele presenciara as epidemias, a falta de estrutura e de saneamento, os vícios da população, a desorganização dos espaços urbanos e, no entanto, se recusava a endossar a visão pessimista, travestida de certeza científica, que os cientistas estrangeiros tinham acerca de populações mestiçadas como a brasileira.

Partindo da própria matriz do positivismo, ou seja a observação, descrição e explicação dos fenômenos apreensíveis no mundo prático, ele refez um caminho de construção teórico-metodológico que levaria a um conhecimento otimista da realidade brasileira, refutando toda a apriorística internacional que dava como fatídico o destino da civilização nacional.

Diferenciava-se dos seus congêneres estrangeiros ao adotar a indução como metodologia própria para observar fenômenos sociais. Se este pensamento era axiomático para o higienismo, para a psiquiatria, para a sociologia, por que não o seria

⁵⁸ Positivo aqui expresso no sentido já explicado em nota anterior.

para a realidade brasileira? Ao determinismo racial propunha um novo determinismo, o da *hereditariedade social*, que apesar de ser menos rigoroso que o genético, dava um espaço de manobra e intervenções.

Seu “olhar observador”, devido justamente à sua experiência de sanitarista, farmacêutico, pesquisador de endemias, botânico e engenheiro agrícola era um andaime para atingir o “olhar experimentador”, sua postura dentro do campo de possibilidades que o positivismo lhe oferecia, com a forma linguística estritamente voltada a uma concepção médica da sociedade, no qual cabia diagnosticar e curar, mas também caberia prevenir, daí o entendimento da educação como tendo a função de reabilitação das moléstias já instituídas (adesão ao tratamento, entendimento do que não deveria ser feito para evitar o avanço das doenças e nem o contágio da coletividade), mas também de profilaxia (disciplinando os corpos, alterando os hábitos e infundindo novo caráter).

Pagando seus tributos a uma linguagem matemática e, por isso mesmo mais *positiva*, expressa todo o conjunto das problemáticas nacionais como uma *equação nacional*, onde a educação seria uma das variáveis

PROGRESSO DO BRASIL = EDUCAÇÃO + SAÚDE + TRANSPORTE

Estamos cientes, todavia, que tratar apenas uma das variáveis dessa equação é mutilar uma forma de pensar que visava reduzir as questões das grandes problemáticas do Brasil a um denominador comum, expresso na equação acima. O espaço deste estudo não nos permitiu fazer justiça a todos os elementos daquilo que ele próprio chamou de *equação nacional*, que apesar de serem trabalhadas em obras diferentes, faziam menção umas outras, pelo pouco que pudemos desvendar da *obra achilleana* até aqui.

Achilles Lisboa se apropria de discursos que trazem uma visão do real com a qual parcialmente coaduna, mas a subverte nos próprios termos em que os enunciados estão propostos. No caso em específico, ele vai na raiz da própria corrente epistemológica que segue. Não podendo acessar o mundo real em si, ele só pode

apreender sensivelmente o fenômeno e depois comunicá-lo em forma sintática verificável de maneira intersubjetiva.

O diálogo constante com seus pares e a própria realidade maranhense seriam a evidência observável de que seria possível civilizar o Brasil, a despeito do consenso e do determinismo. Era uma questão de contradição na interpretação dos fenômenos sociais. E assim, como era em *mecânica racional*, convencido estava de que havia uma fórmula para prever o grau de desenvolvimento de uma nação. Uma resolução que seria comunicada matematicamente e, pelas razões apresentadas, seriam evidentes pela sua estrutura lógica intrínseca.

Alinhando-se a uma visão decadentista do presente, arrogava a sua geração – a que *sabia caminhar e arranjar solução* – e também a si mesmo, o “dever” de multiplicar a herança do *patrimônio mental* do qual se julgavam herdeiros. Recuperar o Maranhão seria mostrar as evidências que o seu pensamento indutivo o levava: não havia elementos suficientes para fazer uma dedução universal sobre a “fatalidade” dos meios hereditários, apesar da hereditariedade ser da “natureza humana”.

O Maranhão, metonímia de toda a realidade nacional, fora o laboratório de onde ele tirara suas conclusões e caso modelos de intervenções, cujos frutos poderiam ser verificáveis pelas *notícias dos seus sucessos*. O Brasil mudaria, mas era preciso fazer algo naquele momento para que ele chegasse ao progresso. Uma educação profilática, intervenção saneadora que criaria a redenção do passado pela remissão do futuro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Henrique Tanner de. **Estudos de hygiene**. Rio de Janeiro: Quaresma, 1929.

ABREU, Jean Luiz Neves. Higiene e Conservação da Saúde no Pensamento Médico Luso-Brasileiro do Século XVIII. Universidade Federal de Uberlândia (UFU) In: **Asclepio**, v. LXII, n. 1, enero-junio, p. 225-250, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. **Grafia da vida**: reflexões experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. **Concepções do Corpo no Portugal do século XVIII**: sensibilidade, higiene e saúde pública. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia) .janeiro, 2014. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/14924/1/Barreiros_2014.pdf Acesso em 02 jul. 2016.

BARRETO, João de Barros. **Tratado de Higiene**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Teoria da História**. V.III. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. 4. ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. História das Ideias: em torno do domínio historiográfico. **Revista de História**, Juiz de Fora, v.13, n. 1, p. 199-209, 2007.

BEDIAGA, Begonha; DRUMOND, Renato Pizarro. **Cronologia**: Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico; Rio de Janeiro; 2007.

Biblioteca Nacional. **BNDigital**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 24 de jul. de 2015.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. 295 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CALDEIRA, José de Ribamar C. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. Dissertação (Mestrado - IFCH da UNICAMP) - São Paulo, 1981. (mimeo).

CAMPOS, Juarez Queiroz et al. **Introdução à Saúde Pública**. São Paulo: LTr, 1987.

CARVALHO, Hilário Veiga; BRUNO, Antônio Leão; SEGRE, Marco. **Medicina social**. São Paulo: Saraiva, 1965.

CARVALHO, José M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. História Intelectual no Brasil: a retórica com chave de leitura. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2002.

CASTRO LICAR, Ana Carolina Neres. **Os mestres e a escola**: relações de poder no campo educacional maranhense. **Dossiê História e Literatura/ Outros Tempos**; v. 8, n. 11, 2011. Disponível em www.outrostempos.uema.br/ Acesso em: 30 jul. 2016.

CASTRO, César Augusto. **História da Leitura no Maranhão**. São Luís, 2007, mimeo.

CHALHOUB, Sidiney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

_____. **História Cultural – Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Pierre Bourdieu e a história – debate com José Sérgio Leite Lopes**. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 abr., 2002.

COE, Agostinho Júnior Holanda. Higienizar para civilizar: a emergência de um discurso higienista em São Luís no século XIX. In: FARIA, Regina Helena Martins; COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. (Orgs.). **Saberes e fazeres em construção**: Maranhão, sec. XIX-XXI. São Luís: EDUFMA, 2011.

CORDEIRO, João Mendonça. **O Impeachment do governador Achilles Lisboa**. São Luís, 2013.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, João Cruz. O pensamento econômico sob o Império. In: IGLESIAS, Francisco, et al. **O Brasil Monárquico**. tomo II: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. **MERCATOR**, Fortaleza, n. 29, v. 12, set/dez, p. 51-67, 2013.

CURURPU (MA). Prefeitura. **Mensagens do Prefeito Municipal Dr. Achilles Lisboa**; Typ. Teixeira; Maranhão; 1925

DARTON. Robert. **O beijo de Lamourette**. tradução Denise Bottman. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão**: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FARIA, Regina Helena Martins, BEZERRA, Elizabeth Maria Coelho. (orgs.) **Saberes e Fazeres em construção**: Maranhão, sec. XIX-XXI. São Luís: EDUFMA, 2011.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações Maranhenses 1822 – 1929**. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FIOCRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <http://www.Dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 14 abr. 2016.

FOUCAULT. Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **O nascimento da Clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro:Forense-Universitaria, 2011.

GEBRIM, Virginia Sales. A difusão dos saberes e práticas escolares na pedagogia nova: o livro como dispositivo estratégico. **Educativa**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 85 a 95, jan/ jun, 2007.

GIOLO, Janne. **O conhecimento e seus critérios (A epistemologia no século XX)**. Tese (Doutorado em Historia e Filosofia da Educação) - . Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

GOFF, Jaques. “Introdução”. In: SÃO LUÍS: Biografia. São Paulo: Editora Record, 1999, p.23.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2001

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nízia. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira república. In: MAIO, Marcos Chor ; SANTOS, Ricardo V.. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

_____. **A era do saneamento**: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

JANZ JÚNIOR, Dones Cláudio. O valor da eugenia. **Cordis. História, Corpo e Saúde**, n.. 7, jul./dez, p. 87-120, 2011.

JÚNIOR, Hélio de Lena. **Gregório Bezerra**: o ser camponês e o tornar-se comunista. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2013.

LABRA, M. E. **O movimento sanitário nos anos 20**: da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração, Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1985.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. 3. ed. revisada e ampliada. São Luís: Editora UEMA, 2008.

_____. **São Luís do Maranhão**: corpo e alma. São Luís, 2012.

LEVILLAIN, Philippe. **Os protagonistas**: da biografia. In: René Rémond (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 141-184.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, A; PONTES, J. Arquitetura moderna para uma escola higiênica: um estudo a partir de manuais de higiene escolar: In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 8. Cidade Moderna e Contemporânea. 01 a 04 de setembro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: www.docomomo.org.br/indexfutura.htm. Acesso em 21 jul. 2016.

LIMA, Carlos. **História do Maranhão**. s/ed.: São Luís; 1981.

LISBOA, Achilles. O álcool e o alcoolismo: comentários à lei federal de 6 de julho de 1921. **Revista da Academia Maranhense de Letras**. v. III, set/1950.

_____. **Catecismo de defesa contra a lepra**. São Luis: Ed. Tipy São Luís, 1932.

_____. **Como e quando poderá vir a Paz universal?** Maranhão; s/ed.: 1951.

_____. **O Dissídio Maranhense**. Maranhão; Imprensa Oficial; 1935.

_____. **Manifesto à Nação**. Maranhão: Imprensa Oficial; 1936.

_____. **No Maranhão**. São Luís, Tipy São Benedito, S/D. 105p.

_____. **A Nova Escola**. S/D. S/E.

_____. **Necropsia do Estado Novo e da política profissional que o antecedeu e preparou**. s/ed; s/d. (1945?)

_____. **Pela pátria contra a lepra, o mais perigoso dos seus inimigos**. Rio de Janeiro: Tip. São Benedito, 1932.

_____. **Raízes positivas da nação equação nacional**, 1931. Rio de Janeiro: Tip. São Benedito, 1931.

_____. Recordações da Campanha de Canudos. **Revista Nação Armada**, Rio de Janeiro, n. 11, outubro 1940.

_____. **Sobre o melhor meio de divulgação do ensino primário no Brasil**. Rio de Janeiro: Empr. Graphica Editora Paulo. Pongelli& Cia, 1926. 65p.

LOPES, José Antonio Viana. **Capital Moderna e Cidade Colonial**: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LOVISOLO, Hugo. **O gene egoísta dos intelectuais**. 1998. Texto digitado

LUZ, Madel. **Medicina e ordem política no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. Serviço de Apoio Técnico. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís: Edições SECMA, 2007.

MARQUES, César Augusto, **"Dicionário Histórico Geográfico Da Província Do Maranhão"**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARQUES, V.R.B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e o discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

_____. **Medicalização da raça**. Campinas: Unicamp, 1997.

MARSON, Adalberto. **A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTINS, Manoel Barros. **Operários da saude**: os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EdUFMA, 2006.

MASTROMSAURO, Giovana Carla. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. **Cadernos de História da Ciência**, v. 6. São Paulo, jul/dez, 2010.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo, Vértice/IDESP, 1989.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. Convocando os hermeutas da República iletrada: o prêmio Francisco Alves. **Hist. Educ [Online]**. Porto Alegre, v.18, n. 44, set./dez., 2014, p. 149-164. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n44/09.pdf> . Acesso em: 02 ago. 2016.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologia**, Porto Alegre. Ano 9, n. 17, jan/jun, p. 240 -264, 2007.

MUNHOZ, Milton. A saúde pela educação. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba. v. 3, n. 1, dez, p. 11-18, 1933.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo:DP&A, 2001.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, Porto Alegre. v. 11, n. 19/20, jan./dez, p.101-138, 2004.

NUNES, Patrícia Portela. **Medicina, poder e produção intelectual**: uma análise sociológica da medicina no Maranhão. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

OLIVEIRA, Antonio José Silva; COSTA, Judite Eugenia Barbosa. Revista Maranhense: a linguagem científica do primeiro veículo de divulgação científica no estado do Maranhão. In: FARIA, Regina Helena Martins; COELHO, Elizabeth Maria Bezerra (orgs). **Saberes e fazeres em construção**: Maranhão, sec. XIX-XXI. São Luís: EDUFMA, 2011.

PECAULT, Daniel. **Os Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990, 335p.

PÊCHAUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PESAVENTO, S. J. Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX. **Estudos Ibero-Americanos**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. v. 30, n. 2, ago, p. 27-37, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RABINBACH, Anson. **The Human Motor**. Los Angeles: University of California, 1992. Disponível em: <https://history.princeton.edu/people/anson-rabinbach> Acesso em 20 jul. 2016

REIS, Flávio. **Grupos Oligárquicos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. 2. ed. São Luís: [s.n.], 2013.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas, SP: Fapesp, 2003.

ROCHA, S. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. **Cadernos de pesquisa**, v. 6, n. 13, 2011.

RODRIGUESIA. Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 26, dez. 1951. Disponível em: rodriguesia.jbrj.gov.br/FASCICULOS/Revistas%20escaneadas%20pela%20Biblioteca/per144398_1951_014_026.pdf . Acesso em 04 jul. 2016.

ROSEN, George **Da polícia médica à medicina social**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Unesp, 1994.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no período imperial. In: IGLESIAS, Francisco et.al. **O Brasil Monárquico**, tomo II: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **Homem de ciência e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais em finais do século XIX**. São Paulo, 1993. Tese (Doutoramento), Universidade de São Paulo, 1993.

SELBACH, Jeferson Francisco. **O ir-e-vir nos Códigos de Postura de São Luís/Ma: 1842, 1866, 1893, 1936 e 1968**. Apresentado nos anais; Seminário de História da Cidade, 2012. Disponível em: <http://unuhoopedagem.com.br/> Acesso em 09 jul. 2016.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: ED. Companhia das Letras, 1992.

SEVECENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Carmem Lúcia. **O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: (1850-1930).** 1990. Tese (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA NETTO, José Coelho de et al. **Quatro Famílias Maranhenses:** história dos Coelho de Souza, Braga, Reis e Dias Vieira, originários de Guimarães, MA. Rio de Janeiro: Ed. Olímpica, 1976.

SOUZA, Haroldo Silva, "**ACHILLES LISBOA – Glória do Maranhão e do Brasil** .S. Luís: Lithogra, 2000.

SOUZA, Rodolfo Agostini; FACHIN, Paulo Cesar. **Um breve estudo:** análise do discurso francesa no gênero textual propaganda. In: II SEMINÁRIO NACIONAL EM ESTUDOS DA LINGUAGEM. Diversidade, Ensino e Linguagem. Cascavel, PR, 2010. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/>. Acesso em 28 maio 2016.

SOUZA, Rosa Fátima. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 9, v. 51, p.09 - 28, nov. 2000.

STEPHANOU, MARIA. **Saúde pela educação.** escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. Porto Alegre: HG Edições, 1999.

TASC0, Aleidys Hernández. **O surto de febre amarela no rio de janeiro (1928-1929) (PONTOS CONTROVERSOS)** – Artigo apresentado ao Departamento de Política Científica e Tecnológica. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.3.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro.** São Paulo: Nacional, [s.d.].

TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURK, Peter Burke (org.). **A Escrita a história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p.689-709, jul/dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n46/15.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

VELAZQUEZ CASTELLANOS, Samuel Luís. **Práticas leitoras no Maranhão na Primeira República:** entre apropriações e representações. São Luís: EDUFMA, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Da intelligentsia aos intelectuais: o deslize dos sentidos. **Revista Brasileira de História da Educação.** Paraná, n.16, jan./abr., 2008.

VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo**: a higiene do corpo desde a Idade Média. Lisboa: Fragmentos, 1988.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**, 1612-1895. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 1, 2 e 3.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

Jornais consultados

O ENSAIO (1890)

O JORNAL (1920)

O IMPARCIAL (1935)

A NOITE (1933)

A PACOTILHA (1919)

Apêndice A - Produção intelectual de Achilles Lisboa

Nº	Ano Publicação	Obra/título	Impresso em por	Localização
01	1918	Discursos pronunciados por ocasião da instalação da Sociedade Maranhense de Agricultura.	Maranhão Imprensa Oficial 35p.	APEM BPDVF
02	1919	O posto socorro médico aos ulcerados	Maranhão J.Pires&C. 37p.	BAML BPDVF
03	1920	Em torno da questão da pesca no município de Cururupu.	São Luís Ramos de Almeida. 25p.	APEM
04	1921	Condições gerais sobre o problema biológico da seleção. SOCIEDADE MARANHENSE DE AGRICULTURA	São Luís. Imprensa Oficial. 77p. 30/junho/ 1921.	APEM BPDVF BAML
05	1921	Questão de interesse público.	Maranhão Imprensa Oficial 88p.	BAML
06	1922	A Nova escola	Maranhão J. Pires & Cia.	BAML
07	1925	Discurso pronunciado na rampa do Palácio por ocasião do desembarque de Marcelino Machado	São Luís Imprensa Oficial 17p.	APEM
08	1925	Pela Honra do Maranhão	Rio de Janeiro Imprensa Nacional 106p.	BAML
09	1926	Sobre o melhor meio de divulgação do ensino primário no Brasil. Rio de janeiro.	Empr. Graphica Editora Paulo. Pongelli& Cia 65p.	BAML

10	1926	Em defesa do regime pervertido e do Maranhão arruinado	Rio de Janeiro Imprensa Nacional. 59p.	BAML
11	1928	A lepra sob o ponto de vista da hereditariedade mórbida	Belém OfficinasGraphics do Instituto Lauro Sodré. 37p.	BAML
12	1931	Raízes positivas da nação equação nacional	Rio de Janeiro Tip. S. Benedito. 24p.	APEM
13	1932	Homenagem do Jardim Botânico à memória de Goethe	Rio de Janeiro Tipo. Do Ministério da Agricultura. 16p.	APEM
14	1932	Pela pátria, contra lepra, o mais perigoso dos seus inimigos.	Rio de Janeiro Tip. São Benedito 53p.	BAML
15	1934	O Álcool e o alcoolismo	Maranhão Tipo. M Silva 13 p.	BAML
16	1935	Mensagens do prefeito municipal Dr. Aquiles Lisboa.	São Luís Tip. Teixeira ,85p.	BAML
17	1936	Manifesto à nação OK	Maranhão Imprensa Oficial ,17p.	APEM
18	1936	Homenagem do Maranhão ao General Dalton Filho: discurso pronunciado no banquete de despedida oferecido pelo governador	São Luís Imprensa Oficial, 32p.	APEM
19	1936	A Jurisprudência da corte de apelação	São Luís Imprensa Oficial,21p.	APEM
20	1936	Mandado de segurança	São Luís Imprensa Oficial,21p.	APEM

21	1936	Catecismo de defesa contra a lepra		APEM
22	1938	Pro dignitate medicinae		BAML
23	1947	O Problema da paz	Maranhão S/ed. 64p.	BAML
24	1947	A imigração e a lepra. In: Revista e Geografia e História. Ano II, nº2	São Luís Revista e Geografia e História. Ano II, nº2, p. 103 a 107	BPJM
25	1948	O Problema da Paz	Revista da Academia Maranhense de Letras; Vol. V; nov/1948; p. 39-40.	BAML
26	1949	O imortal de Marabá	São Luís Tip. M. Silva p. 07 a 13	BAML
27	1949	Profilaxia da Tuberculose	Maranhão S/ed. P.87	BAML
28	1950	Bicentenário de nascimento de Goethe	Revista da Academia Maranhense de Letras jan1950, p. 09/20.	BAML
29	1950	Recepção na academia maranhense de letras do prof. Bacelar Portela.	Revista da Academia Maranhense de Letras; vol. VIII, set/1950, p. 69/83.	BAML
30	1951	Como e quando poderá vir a paz.	Maranhão S/ed. 25p.	BAML
31	S/D	Um novo método de cura e profilaxia da malária.		BAML
32	S/D	Necropsia do Estado e da política profissional que o antecedeu e preparou.	S/ed. 46p.	APEM

33	S/D	No Maranhão	São Luís São Benedito. 105p.	BAML
34	S/D	Como verdadeiramente engrandecer o Brasil?	Revista da Academia Maranhense de Letras; vol. VI, p. 19-23.	BAML

Fonte: Levando como base a produção apresentada na obra Medicina, poder e produção intelectual: (NUNES, Patrícia Portela. **Medicina, poder e produção intelectual**. São Luís: Edições UFMA, 2000.)

Apêndice B - Genealogia da Família de Achilles Lisboa

(Linhagem matriarcal)

Antônio Joaquim Braga _____ Maria Joaquina Dias Cadete
João Antônio Lisboa(?) (**LISBOA**) - filha de Felipe Pedro Borges (**BORGES**)
(bisavô materno) (bisavó Materna) (bisavô paterno) (bisavô materno)

O casal teve 11 filhos, dentre eles:

Antônio Joaquim Dias Cadete Braga _____ **Jesuina *Borges* Lisboa** -----irmão X
(Borges LISBOA) _____ Sra XY (**DE FARIA**)
(avô materno) (avó materno) (avô
paterno) (avó materno)

O casal teve 02 filhas, dentre elas:

O casal teve X filhos, dentre eles:

Cândida Lisboa Braga _____ **João Antonio de**
Faria Lisboa (Antônio Joaquim de Faria Lisboa)
(mãe de Achilles) (pai de Achilles)
(tio de Achilles)

O casal teve 03 filhos, dentre eles:

ACHILLES DE FARIA LISBOA

OBS 01: os dois (Cândida e João Antônio) eram primos⁵⁹

Jesuina Borges Lisboa era **IRMÃ** do pai de João Antonio de Faria Lisboa.

OBS 02: O pai de Achilles era Alferes da 2ª Cia da Guarda Nacional; Substituto do Delegado de Polícia e Juiz de Paz em Cururupu. E seu irmão era Comandante Reserva da Guarda Nacional; vereador; eleitor da Paroquia. *Os irmãos eram proprietários dos Engenhos Santo Antônio; Monte Cristo; Maiau*⁶⁰

OBS 03: Os Arquivos do Conselho Ultramarino indicam na linhagem da família a presença de um FELIPE PEDRO **BORGES** e seu GENRO – JOÃO ANTONIO LISBOA.⁶¹

⁵⁹SOUZA NETTO, José Coelho de et al. **Quatro Famílias Maranhenses**: história dos Coelho de Souza, Braga, Reis e Dias Vieira, originários de Guimarães, MA. Rio de Janeiro: Ed. Olímpica, 1976.

⁶⁰ Id. Ibid.

⁶¹ Arquivo do Conselho Ultramarino Doc. 6.189; 7848; 9.349.

Apêndice C - Trajetória de Vida de Achilles Lisboa (1872 – 1951)

ACONTECIMENTOS/ DATA	TRAJETÓRIA PESSOAL	TRAJETÓRIA INTELLECTUAL	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL
1872	Nasce em Cururupu (interior do Maranhão)		
1885 ^{*62}	Chega em São Luís para cursar o secundário no Liceu Maranhense.	Estudante Curso secundário.	
1889-90 *	Vai para Bahia para ingressar no Curso de Farmácia na Universidade da Bahia.	Estudante Universitário.	
1894-5*	Forma-se em Farmácia pela Universidade da Bahia.	Graduado em Farmácia.	
1895-6*	Ingressa no Curso de Medicina na Universidade da Bahia.	Estudante de Medicina.	
1897	Serve como voluntário nos hospitais de sangue durante a Campanha de Canudos.	- Em 31 de outubro – é homenageado na Salão Nobre da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia. Em seu discurso defendeu a obrigatoriedade do serviço Militar. - Foi correspondente do Diário da Bahia.	
1912	Forma-se em Medicina pela Universidade da Bahia. Defende a Tese: Da mestiçagem vegetal e suas leis.		
1913			Diretor Geral de Agricultura, Indústria e Comércio.
1914			-Ajudante da Seção de Botânica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. -Professor de Botânica da Escola Agricultura, anexo ao

⁶² Todas as datas que aparecem acompanhadas do * (asterisco), são datas que consideramos aproximada, ou seja, são datas possíveis, de acordo com a pesquisa, porém sem a real certeza.

			Posto Isotécnico de Pinheiros. - Auxiliar técnico comissionado no Serviço de Algodão, que exerceu até 1916.
1916		Membro da Academia Maranhense de Letras.	Atuou como médico ocupando o cargo de auxiliar acadêmico do Serviço de Profilaxia da febre amarela.
1918		Publica: Discursos pronunciados por ocasião da instalação da Sociedade Maranhense de Agricultura.	- Diretor da Sociedade Maranhense de Agricultura.
1919	Volta ao Maranhão	Publica: O posto socorro médico aos ulcerados	Assume a direção da Estação Experimental de Coroatá.
1920		Publica: Em torno da questão da pesca no município de Cururupu.	Delegado Geral do Recenseamento do Maranhão.
1921		Publica: Condições gerais sobre o problema biológico da seleção. SOCIEDADE MARANHENSE DE AGRICULTURA Publica: Questão de interesse público.	
1922		Publica: A Nova escola	Funda e torna-se o 1º Diretor da escola de Farmácia em São Luís.
1925	Teria disputado o cargo de Senador da República, perdendo para Godofredo Viana(bacharel).	Torna-se membro do IHGM (Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão) – ocupando a cadeira de nº 17 – Frei Custódio Serrão. Publica: Discurso pronunciado na rampa do Palácio por ocasião do desembarque de Marcelino Publica: Pela Honra do Maranhão	
1926	É eleito Prefeito de Cururupu- Ma.	Escreve: Sobre o melhor meio de divulgação de ensino primário – TESE PREMIADA PELA ACADEMIA	

		BRASILEIRA DE LETRAS. Publica: Em defesa do regime pervertido e do Maranhão arruinado.	
1928		Publica: A lepra sob o ponto de vista da hereditariedade mórbida	
1931		Concorre a uma vaga para a ABL (Academia Brasileira de Letras). Publica: Raízes positivas da nação equação nacional	Torna-se Diretor do Jardim Botânico no Rio de Janeiro.
1932		Publica: Homenagem do Jardim Botânico à memória de Goethe Publica: Pela pátria, contra lepra, o mais perigoso dos seus inimigos.	
1934		Publica: O Álcool e o alcoolismo	
1935-36	Torna-se Interventor no Maranhão. Sofre Impeachment neste mesmo ano.	Publica Mensagens do prefeito municipal Dr. Aquiles Lisboa. Publica Manifesto à nação Publica: Homenagem do Maranhão ao General Dalton Filho: discurso pronunciado no banquete de despedida oferecido pelo governador Publica: A Jurisprudência da corte de apelação Publica: Mandado de segurança Publica: Catecismo de defesa contra a lepra	
1937	Filia-se à Ação Integralista Brasileira com apoio de Belisário Penna.	Publica: Necropsia do Estado e da política profissional que o antecedeu e preparou.	
1938		Publica Pro dignitatemedicinae	
1940	É aposentado contra a vontade.		Assistente-chefe e naturalista do Museu Nacional. Ano em que é aposentado.
1947		Publica O Problema da paz	

		Publica: A imigração e a lepra. In: Revista e Geografia e História. Ano II, nº2	
1948		Em 28 de abril – teve o trabalho lido na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão. Publica: O Problema da Paz	
1949		Publica Profilaxia da Tuberculose	
1950		Publica Bicentenário de nascimento de Goethe Publica: Recepção na academia maranhense de letras do prof. Bacelar Portela.	
1951	Em Abril deste ano aos 78 anos de idade, morre de câncer de pele.	Publica: Como e quando poderá vir a paz	

Apêndice D - Principais teóricos, pensadores e políticos que influenciaram Achilles Lisboa em suas obras

AUTOR	TEMPO VIVIDO	ORIGEM	LOCAL DE FORMAÇÃO	FUNÇÃO/ PROFISSÃO QUE EXERCE	PRINCIPAIS IDEIAS
Pierre Janet	1858-1947	Francês	Escola Normal Superior de Paris	Psicólogo	Trabalhou no tratamento das neuroses e histeria; sua pesquisa sobre a hipnose como um meio para a compreensão do funcionamento psíquico e seus distúrbios influenciou significativamente o trabalho de outros
Paul Joire	1856-1930	Francês	Incerto	Psicólogo	Estudou os distúrbios da mente e chegou a discutir sobre o Espiritismo.
Gustave Le Bon	1841-1931	Francês	Incerto	Psicólogo	Foi o autor de várias obras nas quais expôs teorias de características nacionais, superioridade racial, comportamento de manada e psicologia de massa.
Alfredo Binet	1857-1911	Francês	Universidade de Paris	Pedagogo e psicólogo	Ficou conhecido por sua contribuição no campo da psicometria, sendo considerado o inventor do primeiro teste de inteligência, a base dos atuais testes de QI.
William James	1842-1910	Americano	Universidade de Harvard	Psicólogo	Percursor da psicologia funcional
Afrânio Peixoto	1876-1947	Brasileiro	Faculdade de Medicina da Bahia	Médico e escritor	Autor de romances regionalistas, foi criticado pelos autores do modernismo; era especialista em medicina legal.
Edouard Claparède		Suíço	Universidade de Genebra	Psicólogo	Fundou o que hoje é o Instituto de Ciências da Educação.
Wilhelm Wundt	1832-1920	Alemão	Universidade de Heidelberg , Universidade Humboldt de Berlim , Universidade de Tubinga	Psicólogo	Psicologia experimental
Jean-Martin Chacot	1825-1893	Francês	Universidade de Paris	Médico-psiquiatra	foi um médico e cientista francês; alcançou fama no terreno da psiquiatria e

					neurologia na segunda metade do século XIX
Mário Pinto Serva	1881-1962	Brasileiro	Incerto	Educador	Obras: Pátria Nova e A Renovação do Brasil.
Ruy Barbosa	1849-1923	Brasileiro	Faculdade de Direito de São Paulo	Escritor, filólogo.	Foi um polímata brasileiro, tendo se destacado principalmente como jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador
Jerome Hericourt	Incerto	Francês	Incerto	Psicólogo	Localizamos publicações e citações do referido teórico sobre higiene em Dissertações de mestrado na Universidade de São Paulo, mas não conseguimos rastrear nada mais além disso.
Guizot	1787-1824	Francês	Universidade de Genebra	Político	Renovou os conceitos de sociologia política.
Lamarck	1744-1829	França	Incerto	Biólogo	Teoria do uso e desuso
Friedrich Leopold August Weissmann	1834-1914	Alemão	Escola de Frankfurt	Biólogo	Neo-Darwinismo
Lucien March	1859-1933	Francês	Universidade de Paris	Demógrafo	Eugenia e higienismo
Eugène Apert	1868-1940	Francês	Incerto	Pediatra	Descobriu e nomeou a anomalia de Síndrome de Apert
Edwin Conklin	1863-1952	Americano	Universidade Johns Hopkins.	Biólogo	"O principal problema da evolução não é como as modificações são produzidos em adultos, mas como elas surgem no germe." EG Conklin de 1905.
Emilio Durkheim	1858 a 1917	Francês	Universidade de Leipzig	Sociólogo	Para o sociólogo francês, a principal função do professor é formar cidadãos capazes de contribuir para a harmonia social
Gottfried Wilhelm von Leibniz	1646 a 1716	Alemão	Universidade de Altdorf	Matemático e filósofo.	Os trabalhos mais importante de Leibniz são: o de Essais Theodicee (1710) em que muito de sua filosofia geral é achada, e o Monadology (1714). O trabalho dele foi sistematizado e foi modificado no século 18 pelo filósofo alemão Christian Wolff.
Francis Galton	1822 a 1911	Inglês	Universidade de Cambridge	Antropologista,	Iniciador da eugenia, em sua obra Gênio Hereditário,

				meteorologista, matemático e estatístico inglês	que se tornou um clássico, Galton tende a subestimar o papel do meio ambiente na formação da personalidade.
Júlio de Matos	1857 - 1923	Português	Universidade do Porto	Médico psiquiatra	
Alberto Torres	1865 - 1917	Brasileiro	Faculdade de Direito de Recife	Advogado	Defendia o nacionalismo étnico-social
García Calderón	1834-1905	Peruano	Universidade de San Agustín	Advogado, político e professor de Direito	1861 ele publicou o "Dicionário da legislação peruana"
Henry Maudsley	1835-1918	Inglês	University College London	Psiquiatra	Foi um pioneiro da psiquiatria inglesa, com importantes contribuições à noção de responsabilidade penal e conceito de Sociopatia
Lewis Henry	1818-1881	Americano	Union College	Antropólogo e etnólogo	Reconhecido como um dos fundadores da moderna antropologia científica, Lewis Henry Morgan foi o primeiro a estudar os sistemas de parentesco e elaborou uma ambiciosa teoria sobre a evolução cultural do homem.
Oliveira Vianna	1853-1951	Brasileiro	Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro	Jurista, etnólogo, historiador e sociólogo.	expôs sistematicamente suas bases gnoseológicas para o estudo da realidade brasileira
Charles-Ange Laisant	1841 a 1920	Francês	Incerto	Matemático e político; educador	Laisant co-fundou com Henri Fehr em 1899 uma revista pedagógica, "L'Enseignement Mathématique". Escreveu o livro La Mathématique. Philosophie – Enseignement, publicado em 1898, que pode ser entendido como um “resumo de suas principais posições epistemológicas” e pedagógicas à época. Defendia uma educação racional e científica..
Belisário Penna	1868-1939	Brasileiro	Faculdade de Medicina da Bahia	Médico	Saneamento e sanitização do Brasil, percorreu o Brasil em campanha para tal fim.
August Comte	1798-1857	Francês	Ingressa no curso de Medicina na Escola Politécnica de Paris, de onde é expulso por causa de suas ideias.	Filósofo	Sua doutrina considerou a "ciência positiva", baseada nos fatos, como o único fator de estabilidade do universo

OmerBuyse	1891-1943	Belga	Incerto	cientista	Publicou o livro MethodesAmericaines d'Education, entusiasta pelo trabalho, buscava o trabalhador ideal através da educação profissional.
Jules Ferry	1832-1893	Francês	Universidade de Paris	Advogado, jornalista e político.	famoso e célebre para a introdução de educação primária gratuita para os meninos
Francisco Adolpho Coelho	1847-1919	Portuguê s	Universidade de Coimbra	filólogo	Publica várias obras sobre a língua portuguesa.

Fontes: Disponível em:

<http://www.psicomundo.org/otros/janet.htm>; <http://philolibrorum.blogspot.com.br>;
<http://www.somatematica.com.br/> ;<http://educacao.uol.com.br> ; <http://www.scielo.br/>;
<http://translate.google.com.br> ;<http://www.biografiasyvidas.com/biografia>;
<http://www.ensayistas.org/> ; <https://cienciaeanarquismo.milharal.org>; <http://www.scielo.br/> ;
<http://www.sbhe.org.br/https://translate.google.com.br> ; <http://cvc.instituto-camoes.pt/>;
<http://www.acasadoespiritismo.com.br/>

Anexo A – Dados demográficos sobre o população do Brasil (especialmente Maranhão) nos anos de 1940 a 1980.

1. DEMOGRAFIA

1.9 – População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1940-1980

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	19-9-1940 (1)					
	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASIL	(2) 20 614 088	(2) 20 622 227	(2) 6 164 473	(2) 6 715 709	(2) 14 449 615	(2) 13 906 518
NORTE	743 265	719 155	192 368	213 424	550 897	505 731
Rondônia	-	-	-	-	-	-
Acre	44 079	35 689	7 131	7 007	36 948	28 682
Amazonas	225 727	212 281	50 964	53 825	174 763	158 456
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	473 459	471 185	134 273	152 592	339 186	318 593
Amapá	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	7 066 521	7 367 559	1 542 283	1 838 890	5 524 238	5 528 669
Maranhão	613 938	621 231	85 296	100 256	528 642	520 975
Piauí	404 989	412 612	56 603	67 594	348 386	345 018
Ceará	1 028 284	1 062 748	218 398	256 630	809 886	806 118
Rio Grande do Norte	379 945	388 073	75 356	88 892	304 589	299 181
Paraíba	697 800	724 482	143 019	168 383	554 781	556 099
Pernambuco	1 307 240	1 381 000	361 609	426 199	945 631	954 801
Alagoas	461 710	489 590	102 107	127 019	359 603	362 571
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-
Sergipe	258 747	283 579	74 250	91 991	184 497	191 588
Bahia	1 913 868	2 004 244	425 645	511 926	1 488 223	1 492 318
SUDESTE	9 261 559	9 084 272	3 523 951	3 707 954	5 737 608	5 376 318
Minas Gerais (4)	3 387 107	3 393 971	799 676	894 387	2 587 431	2 499 584
Espírito Santo (4)	392 109	380 330	75 323	82 197	316 786	298 133
Rio de Janeiro	1 811 738	1 800 260	1 089 944	1 122 267	721 794	677 993
São Paulo	3 670 605	3 509 711	1 559 008	1 609 103	2 111 597	1 900 608
SUL	2 893 631	2 841 674	773 402	817 073	2 120 229	2 024 601
Paraná	633 431	602 845	149 551	152 721	483 880	450 124
Santa Catarina	596 142	582 198	123 970	129 747	472 172	452 451
Rio Grande do Sul	1 664 058	1 656 631	499 881	534 605	1 164 177	1 122 026
CENTRO-OESTE	649 112	609 567	132 469	138 368	516 643	471 199
Mato Grosso do Sul	230 405	201 860	64 789	63 938	165 616	137 922
Mato Grosso	418 707	407 707	67 680	74 430	351 027	333 277
Goiás	-	-	-	-	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	19-7-1950 (1)					
	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASIL	(3) 25 885 001	(3) 26 059 396	(3) 8 971 163	(3) 9 811 728	(3) 16 913 838	(3) 16 247 668
NORTE	939 667	904 988	277 251	303 616	662 416	601 372
Rondônia	20 916	16 019	7 126	6 690	13 790	9 329
Acre	62 612	52 143	10 662	10 610	51 950	41 533
Amazonas	263 716	250 383	65 460	72 276	198 256	178 107
Roraima	9 644	8 472	2 666	2 466	6 978	6 006
Pará	563 076	560 197	184 097	204 914	378 979	355 283
Amapá	19 703	17 774	7 240	6 660	12 463	11 114
NORDESTE	8 766 551	9 206 862	2 167 792	2 577 016	6 598 759	6 629 846
Maranhão	790 034	793 214	126 890	147 398	663 144	645 816
Piauí	517 185	528 511	77 879	92 705	439 306	435 806
Ceará	1 321 929	1 373 521	311 555	368 049	1 010 374	1 005 472
Rio Grande do Norte	473 861	494 060	116 170	137 595	357 691	356 465
Paraíba	832 461	880 798	208 879	247 837	623 582	632 961
Pernambuco	1 644 518	1 750 667	536 339	631 061	1 108 179	1 119 606
Alagoas	526 616	566 521	127 910	158 469	398 706	408 052
Fernando de Noronha	335	246	335	246	-	-
Sergipe	306 791	337 570	91 398	113 586	215 393	223 984
Bahia	2 352 821	2 481 754	570 437	680 070	1 782 384	1 801 684
SUDESTE	11 327 839	11 220 655	5 209 396	5 511 338	6 118 443	5 709 317
Minas Gerais (4)	3 891 631	3 932 876	1 091 408	1 233 387	2 800 223	2 699 489
Espírito Santo (4)	464 375	450 544	94 459	102 847	369 916	347 697
Rio de Janeiro	2 323 227	2 351 418	1 659 790	1 734 632	663 437	616 786
São Paulo	4 648 606	4 485 817	2 363 739	2 440 472	2 284 867	2 045 345
SUL	3 961 792	3 879 078	1 113 414	1 199 571	2 848 378	2 679 507
Paraná	1 091 320	1 024 227	260 932	267 356	830 388	756 871
Santa Catarina	789 223	771 279	175 258	187 459	613 965	583 820
Rio Grande do Sul	2 081 249	2 083 572	677 224	744 756	1 404 025	1 338 816
CENTRO-OESTE	889 152	847 813	203 310	220 187	685 842	627 626
Mato Grosso do Sul	271 078	250 966	86 290	91 540	184 788	159 426
Mato Grosso	618 074	596 847	117 020	128 647	501 054	468 200
Goiás	-	-	-	-	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-

Anexo B – Dados demográficos sobre a população do Brasil (especialmente o Maranhão nos anos (1872 a 1920))

1. DEMOGRAFIA								
1.7 – População presente, por sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1872-1920								
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE							
	19-8-1872 (1)		31-12-1890		31-12-1900 (2)		10-9-1920	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASIL	5 123 869	4 806 609	7 237 932	7 095 983	8 831 002	8 487 554	15 443 818	15 191 787
NORTE	173 967	158 880	247 278	229 092	365 107	330 005	757 219	681 833
Acre	-	-	-	-	-	-	58 330	34 049
Amazonas	31 470	26 140	80 921	66 994	136 636	113 120	196 202	166 964
Pará	142 497	132 740	166 357	162 098	228 471	216 885	502 687	480 820
NORDESTE	2 363 462	2 275 098	2 956 944	3 045 103	3 363 970	3 385 537	5 507 595	5 738 326
Maranhão	178 831	180 209	212 586	218 268	246 751	252 557	428 759	445 578
Piauí	102 267	99 955	133 707	133 902	169 163	165 165	303 185	305 818
Ceará	365 847	355 839	394 909	410 778	419 279	429 848	637 518	681 710
Rio Grande do Norte	119 292	114 687	130 712	137 561	133 925	140 392	260 778	276 357
Paraíba	190 114	186 112	219 833	237 399	244 201	246 583	468 580	492 526
Pernambuco	428 588	412 951	503 555	526 669	586 012	592 138	1 055 313	1 099 522
Alagoas	173 497	174 512	250 480	260 960	333 141	316 132	479 303	499 445
Sergipe	85 579	90 664	150 892	160 034	175 184	181 080	228 055	249 009
Bahia	719 447	660 169	960 270	959 532	1 056 314	1 061 642	1 646 104	1 688 361
SUDESTE	2 101 802	1 915 120	3 144 615	2 959 769	3 999 613	3 704 520	6 988 096	6 666 838
Minas Gerais	1 047 026	992 709	1 627 461	1 556 638	1 838 238	1 756 233	2 981 806	2 906 368
Espírito Santo	41 466	40 671	69 813	66 184	109 228	100 555	234 933	222 395
Rio de Janeiro	576 966	480 730	739 330	660 205	866 578	751 022	1 389 617	1 327 627
São Paulo	436 344	401 010	708 011	676 742	1 185 569	1 096 710	2 381 740	2 210 448
SUL	372 675	348 662	729 316	701 399	914 693	881 802	1 798 224	1 738 943
Paraná	64 810	61 912	128 209	121 282	168 927	158 209	354 526	331 185
Santa Catarina	81 157	78 645	141 989	141 780	161 558	158 731	339 712	329 031
Rio Grande do Sul	225 708	208 105	459 118	438 337	584 208	564 862	1 103 986	1 078 727
CENTRO-OESTE	111 963	108 849	159 779	160 620	187 619	185 690	392 684	365 847
Mato Grosso	31 623	28 794	47 196	45 631	59 797	58 228	133 146	113 466
Goiás	80 340	80 055	112 583	114 989	127 822	127 462	259 538	252 381

(1) Os resultados não incluem 181.583 pessoas, entre homens e mulheres, estimadas para 32 paróquias situadas: no Maranhão (1 paróquia – 1.600 pessoas), Piauí (2 paróquias – 9.800 pessoas), Sergipe (5 paróquias – 58.400 pessoas), Minas Gerais (14 paróquias – 62.954 pessoas), Rio de Janeiro (6 paróquias – 36.880 pessoas) e Rio Grande do Sul (4 paróquias – 12.148 pessoas), nas quais não foi feito o recenseamento na época determinada. (2) Esses resultados incluem a estimativa da população, na data de referência, para o Distrito Federal, tendo em vista o cancelamento do Censo, sendo então, em 20-09-1908, ali realizado um novo Censo.

Anexo C – Autobiografia de Achilles Lisboa (manuscrito)

passar pelos rigores de arguição nos exames. Elber e Fonseca era antes um espantelho de que um grande challenge à passagem nos exames. Cultura filosófica de mais alto saber, habilidade e Ray Barbae no manejo e correção minuciosa de escrita, era tidos por estes dois peritos que os respeitáveis dizes temido de todos a qual Professor. Do Substituto de Basile, de Higiene, para a qual entrara por brilhante concurso, passou, a entre-gar sempre a Basile de Física, cujas laborações tinha feliciado. Deste seu parquinho nos exercícios de um assunto, que lhe era estranho, pagavam os mestres os seus discípulos, que lhe tinham de respeito os furiosos de leão agitado. Foi naquela atmosfera pesada que tive de entrar em nos estudos. Elber começava as primeiras lições, e logo que no Elberre fizera a mais ligeira cultura matemática, de todo indispensável ^{num} curso de Física, mesmo especificando como seria de qualquer Faculdade. Lamentavelmente - ele também a perdia no manejo dos aparelhos, em a qual nos conseguia recheio as experiências de curso.

De tudo isto fui do mais absoluto sigilo, temendo num caso as minhas necessidades de tudo pelo mais do curso, um incidente no gabinete de Física, onde o Professor Fonseca, tendo encontrado a restrição de Fúleno a tal respeito, pôs-o para fora a murros e insultos pesados. Elberre de um brio todo o estado-ano que, como desconfiança resolveu ir a Professor. Com efeito todo o corpo acadêmico, foi de a virio a disceder de que processo de defesa feita que se dava de categoria moral de classe, quando antes que se processasse em teses proferir que as iras do Professor era resultavam de sua ciência que tinha de própria incompetência como Professor de Física, que se lhe tinha a dar como um presente de trabalho. Rejeitaram-me a ideia, classificando-a de calourice, e deixaram a afeto a via. Com o seu alto prestígio na Congregação, conseguiram o Professor Fonseca o fechamento da Escola, como castigo aos estudantes pelo crime daquela via.

Resolvi então, por mim mesmo, a abrir a campanha pela imprensa contra a incompetência didática de qual Elberre. Comecei a primeira artigo no Diário de Bahia, cujo diretor me aconselhou a assistir de qual publicação. ^{esse me abor} Esperar ter pena do senhor que assim lhe aconselha, pois o Fonseca é um homem feroz e terrível. Recusaria Gerente de Notícias, de que era diretor o Professor Bivarre que depois de ler o artigo, muito acanhado de qual, me animou, a escrever ^{mais} e que fosse preciso por a minha demonstração, sem receio e prestígio do seu lado. Comecei a polémica. O Professor precisou defender-se sob anonimato e como num dos seus artigos, pois o estilo era visivelmente a seu, afirmou categoricamente que era bem senhor de matemática que havia mais, bem se esta repto de honra: que em as contas da Congregação, comparasse os seu gabinete, sub experimentalmente as feições a sua incompetência no manejo dos aparelhos de ensino que ali se achavam! Submeter-me a este castigo que lhe apresentava dar-me, e a nos com-

reír! Chatei assim a questões, pois a Presença no dia seguinte, sem modo me despendeu em
anonimato, título de recusar a burguezes para delectar que se nos aperce à redacção de
reales, periss que julgaos delecta a artigos já despidos pelas estudantes.

Do fim de anno, deisse de fazer parte da mesa examinadora a Pres. Funes, por ter de vir, re-
ar-se em Recife. O seu substituto, que lhe era inimigo fidedel, mandou-me chamar para
esser que me certa materia de dar distincoes naquella ^{previd.} tinha a maxima praxe com ex-
ninar-me. Perpendi-me immediatamente que naquella classe só me deissaria examinar pelo
afesso Funes, tanto assim que transferira a meu esome para a segunda epoca, delectar-se
me já fidera pela imprave. Além dos mezes delecta mil reis, tanto era a medida
na a meu venerando. Foi me pela mandar, ganhosa em bem dinkais amando em elegias
articulares e assim pude mandar durar na litoria Chatei, em Paris, tudo quanto de
nais alto huerse sobre Fides. Ganhosa me de que entre as obras que me huerem, tibe a re-
che trabalho de Freicinet - Filosofia da litoria - Chatei, pois, bem propendo para
novo ~~tembale~~ com aquelle Professor, do qual mais uma vez sehi deslucido, mas mantendo a
examinador, que foi rigoroso, e conseguinte uma respeito, negatida que fesse.

Antes depois, pedisse em Chatei, onde estudantes mercantiles me disseram que a Engenharia
determino de Brito, em reunião polemica com a Professor Funes, lembrase aquelles meus de
figos, citando-as senten a seu contentor.

A ida a Chatei.

No começo daquelle campanha, que mais pela perducção de que pela force, do delecta ter-se
chatei, por de título de ^{verdadeiro} de litoria Religiosa epidemicas, como a classe fidera Chatei
adrigos, a burguezes de Faculdade de Chatei, leve da pelo entusiasmo do começo, mandou
a unanimidade a ferece a Presença de Republica, os seus serviços nos hospitais de dengue.
intinuacion poram os processos de force do governo a fidera a situação que, por fim de de os contentor
a sperações, pedis e comando fidera rematidos meliis e enfermeiros de preferencia a romari de
unidades. Diante dinto, a Presença de Republica, que dispendera aquelle a ferecimento de burguezes, foi
leigado a acedido, explicando a meteo por que a ferece. Foi entao que, unanimemente, aquelle burguez
jacos delectar que mantendo a seu a ferecimento mas... para servir dentro de hospital! a isto quando
sitente delecta a título de litoria! Chatei de aquelle burguezes delecta unanime de burguezes,
leventei a ida de nos a ferecimento mis as estudantes, para irmos servir lá no teatro
e litoria, mis hospitais de dengue, onde nichardose eram urgentemente necessarios os meus serviços.
Seguimos em numero de 32, arrestando sem se mis delecta perigos e dificuldades de emprego,
Chatei, lá de teatro de litoria, com a dinto de Bahia a mis litoria a ferecimento explicando
quanto por ali de delecta.

No ultimo, no fim de Campanha, recebi do Governo Estadual um cheque, de cuja importancia me não recordo, e que imediatamente transmiti ao comitê organizado pelo velho alemão Wagner para o socorro dos victimas de guerra, uma vez que tinha sido de serviços prestados a meu socorramento ao Governo Federal. Mas sei de mesmo modo presideram a meus reláges...

No discurso, com que respondi a formidável manifestação que me fez a Bahia, no Salão da Faculdade de Medicina, mostrei antes a necessidade absoluta do levantamento pelo Exército Brasileiro obrigatório do nivel moral das nossas Forças armadas, que tinham sido desapietadas, depois de victoria, com se conhece!

Quando esta idea se objectou ao Governo Germano, procurei dar-lhe ainda maior impulso aqui no Brasil nos exames dos concursos. Elos, conforme o verso do poeta Vergilio hic vobis, non vobis, melificatis, apes - e com a frase esta que segue do imortal poeta Ovidio Bona.

